



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Daniela Fernandes Gonçalves

# O papel dos media em tempos de crise

Visões sobre a Troika em Portugal e na Alemanha

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais,  
na especialidade de Estudos Europeus,  
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para  
obtenção do grau de Mestre

Orientadora: Prof. Doutora Teresa de Almeida Cravo

Coimbra, 2016



## **Agradecimentos**

A realização desta dissertação não teria sido possível sem o apoio e colaboração de várias pessoas, as quais nunca vou esquecer.

Agradeço à minha Mãe e Avó Mamie, pelo investimento que fizeram na minha educação, desde sempre, e por todos os valores que me inculcaram e que me dão força para lutar.

É a elas que agradeço também a coragem que me dão para conseguir ultrapassar todos os obstáculos da vida. Sem a força delas, sei que nunca teria chegado onde cheguei.

Agradeço à minha Orientadora e Professora do seminário de acompanhamento, Professora Doutora Teresa Cravo, pela paciência e ensinamentos, tão inspiradores.

Agradeço aos meus amigos, pela compreensão das minhas ausências em momentos importantes, devido ao trabalho que tive em mãos.

Agradeço a todo o corpo Docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, que me acompanhou ao longo deste mestrado e que me ajudaram a descobrir mais sobre o interesse que nutria sobre esta temática.

## Resumo

Os acontecimentos políticos que se registam atualmente são fruto de intervenções mediáticas abrangentes, rápidas e alargadas à escala internacional e os meios de comunicação social dominantes, passaram a ser local privilegiado para a legitimação das narrativas mais alinhadas com os centros de poder.

Neste contexto, as crises económicas, sociais e culturais continuam a acontecer, tal como antes da massificação tecnológica dos media e, como então, elas continuam a ter influência no âmbito das Relações Internacionais e a ser estudadas no enquadramento das teorias que pautam esta disciplina. Mas como serão elas afetadas pela forma como a nova comunicação social lê e escreve os acontecimentos? E por outro lado, que repercussões terão as dinâmicas políticas e internacionais, nos próprios meios de comunicação?

O estudo de caso que selecionámos para esta dissertação visa analisar a experiência de crise vivida em Portugal e o impacto que as notícias veiculadas nos media sobre os três últimos encontros do comité constituído por um representante do Banco Central Europeu, do Fundo Monetário Internacional e da Comissão Europeia (mais conhecido por Troika) em Portugal, tiveram na opinião pública dos portugueses e dos alemães, em particular.

Com base na teoria construtivista, levámos a cabo um estudo de carácter exploratório, que recorre à análise crítica do discurso e à análise de conteúdo, como forma de interpretar a amostra, constituída por seis jornais *on line* de referência, três portugueses e três alemães.

A escolha das nacionalidades dos jornais, prende-se com o facto de, no caso português estes corresponderem à nacionalidade do país afetado pela crise e alvo concreto das reuniões que estiveram na base da produção jornalística, e no caso alemão se tratarem de publicações do país que é o principal credor do resgate financeiro, e aquele que, durante o processo de reestruturação da dívida portuguesa mais pressão exerceu.

**Palavras-passe:** europeização, identidade europeia, opinião pública, media.

## **Abstract**

The political events that are currently recorded are the result of rapid and internationally extended media interventions and the dominant media has become the prime location for the legitimization of narratives aligned with the power centers.

In this context, the economic, social and cultural crises continue to happen just as before the technological massification of the media and, as then, they continue to have an influence in the context of international relations and to be studied in the framework of the theories that support this area. But, how will it be affected by how the new media reads and writes the events? And secondly, what repercussions will the political dynamics and international dynamics have, in the media themselves?

The case study selected for this thesis aims to analyze the crisis lived in Portugal and the impact of the news published by the media over the last three meetings of the committee comprised of an European Central Bank representative, the International Monetary Fund and European Commission (better known as Troika) in Portugal, had on public opinion of the Portuguese and German people, in particular.

Based on the constructivist theory, we carried out an exploratory study, which draws on critical discourse analysis and content analysis as a way to interpret the sample that consists of six online newspapers, three Portuguese and three Germans.

The choice of the newspapers' nationalities was based on the fact that, in the Portuguese case, they match the nationality of the country affected by the crisis and concrete target of the meetings which formed the basis of journalistic production, and in the German case, they refer to the country's publications which is the main bailout creditor, and whom, during the process of Portuguese debt restructuring has exercised the most pressure.

**Passwords:** Europeanization, European identity, public opinion, media.

## **Lista de Ilustrações**

Ilustração 1 - Fórmula de Lasswell apresentada como um modelo gráfico de comunicação .....	22
--------------------------------------------------------------------------------------------	----

## Sumário

<b>Agradecimentos.....</b>	<b>iii</b>
<b>Resumo.....</b>	<b>iv</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>v</b>
<b>Lista de Ilustrações .....</b>	<b>vi</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>5</b>
<b>1. As Relações Internacionais enquadradas na teoria construtivista.....</b>	<b>5</b>
1.1. Discurso.....	9
1.2. Conceito de identidade .....	11
1.2.1. Conceito de identidade nacional .....	14
1.2.2. Conceito de Identidade Europeia .....	16
1.3. Conceito de europeização.....	18
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>21</b>
<b>2. Abordagem teórica à comunicação social de massas .....</b>	<b>21</b>
2.1. A função dos meios de comunicação .....	21
2.2. A relação Meios de Comunicação – Opinião Pública - Atividade Política .....	25
2.3 Teoria de <i>agenda-setting</i> enquadrada na teoria construtivista.....	32
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>37</b>
<b>3. Estudo de caso .....</b>	<b>37</b>
3.1. Introdução do Estudo de Caso.....	37
3.1.1. Identidade Portuguesa.....	38
3.1.2. Identidade Alemã.....	40
3.1.3. Identidade portuguesa e alemã na União Europeia.....	45
3.2. O contexto da crise financeira europeia .....	49
3.3. O contexto da crise financeira que deu origem à entrada da Troika em Portugal.....	52

3.4. A Alemanha no contexto da crise económica e financeira da UE.....	58
<b>CAPÍTULO IV.....</b>	<b>63</b>
<b>4. Metodologia Empírica .....</b>	<b>63</b>
4.1. Análise de notícias.....	63
4.2. Metodologia.....	65
4.2.1. Problemática .....	65
4.2.2. Objetivo principal desta dissertação .....	66
4.2.3. Objetivos específicos .....	66
4.2.4. Hipóteses / Argumento .....	67
4.2.5. Perguntas de partida.....	67
4.2.6. Pergunta de investigação .....	68
4.2.7. Metodologia adotada .....	68
4.3. Análise das notícias publicadas .....	70
4.3.1. Primeiro encontro de Portugal com a Troika.....	70
4.3.1.1. Correio da Manhã.....	71
4.3.1.2. Bild Zeitung .....	72
4.3.1.3. Expresso.....	72
4.3.1.4. Frankfurter Allgemeine Zeitung .....	73
4.3.1.5. Público .....	73
4.3.1.6. Der Sipegel .....	74
4.3.2. Segundo encontro de Portugal com a Troika.....	74
4.3.2.1. Correio da Manhã .....	75
4.3.2.2. Bild Zeitung .....	75
4.3.2.3. Expresso.....	75
4.3.2.4. Frankfurter Allgemeine Zeitung .....	76
4.3.2.5. Público .....	76
4.3.2.6. Der Spiegel .....	78
4.3.3. Terceiro encontro de Portugal com a Troika .....	78
4.3.3.1. Correio da Manhã .....	78
4.3.3.2. Bild Zeitung .....	79
4.3.3.3. Expresso .....	80
4.3.3.4. Frankfurter Allgemeine Zeitung .....	80
4.3.3.5. Público .....	81
4.3.3.6. Der Spiegel .....	82



<b>CAPÍTULO V .....</b>	<b>85</b>
<b>5. Análise e discussão dos Resultados e Conclusão .....</b>	<b>85</b>
5.1. Análise dos resultados .....	85
5.2. Reflexão sobre o conceito de europeização.....	86
5.2.1. A identidade europeia e a crise.....	87
5.3. Conclusão .....	89
<b>Bibliografia .....</b>	<b>91</b>



## **Introdução**

As Relações Internacionais têm na Comunicação Social um instrumento e uma realidade incontornável. Na verdade, os meios de comunicação são um dos protagonistas principais das Relações Internacionais pois é através deles que se tornam visíveis os acontecimentos o que concorre, em grande medida, para a construção da realidade. A somar a estes atributos há ainda que ter em conta que os meios de comunicação são um dos mais significativos agentes de construção da realidade.

As novas formas de trocar informações que emergiram no fim do século passado e evoluíram de forma vertiginosa nestes primeiros anos do século XXI são ainda um fator de aumento desse poder de influência dos media sobre as Relações Internacionais pois que, através do sistema de divulgação digital de notícias, os meios de comunicação chegam ao público de forma quase imediata, o que, no campo político determina, não só a opinião dos públicos, mas também a ação dos agentes.

Dadas estas primeiras considerações compreende-se o enquadramento da Comunicação Social em diferentes escolas de pensamento. No contexto do paradigma para a análise sociopolítica um dos estudos que mais marcou a evolução do pensamento acerca da Comunicação Social foi realizado por Lasswel em 1927. Apesar de ter sido apresentado há quase um século atrás e ter sido alvo de várias críticas, continua a vigorar, sobretudo na componente estrutural, uma vez que a partir dele se configuraram as questões de base a que os meios de comunicação, também denominados de comunicação de massas, respondem, ou seja: quem, disse o quê, através de que canal, a quem e com que efeito. A importância da obra de Lasswel (idem) merece-nos referência precisamente pelas perguntas que inscreve ao processo comunicativo uma vez que estas serão também a senda e o fio condutor do objeto da observação que pretendemos empreender.

Numa outra perspetiva, de carácter funcionalista, defendida por Wolf (2006) a Comunicação Social foi estudada do ponto de vista das suas funções e dos reflexos das mesmas, não em situações abrangentes, específicas ou mesmo excecionais, mas sim em situações quotidianas, e sob este ponto de vista ela foi descrita como um instrumento capaz de exercer duas funções sobre a sociedade: a primeira remete para situações de ameaças e perigos imprevistos, pois que a ela cabe a função de alertar os cidadãos; a

segunda passa pelo fornecimento de instrumentos de execução de certas atividades do dia-a-dia, tais como negócios com fins económicos, ou acordos políticos (Wolf, 2006).

Para Edgar Morin (n.1921) as funcionalidades da Comunicação Social alargam-se à divulgação e difusão da cultura e é por causa desta corrente de pensamento, denominada de teoria culturológica, que também se ouve com alguma frequência a Comunicação Social ser apelidada de “cultura de massas” (Breton, 2002). Estas e outras importantes escolas de pensamento em torno da Comunicação Social estiveram na génese do estado da arte que se debruça sobre a comunicação de massas e dentre elas destaca-se a teoria da agenda *setting* que defende a ideia de que os *media* influenciam a ordem de relevância, ou de importância, dos temas nacionais e internacionais (Marini, 2008).

Relevantes no contexto comunicacional do século XXI são ainda as teorias do *gatekeeper* e *newsmaking*. A primeira defende a teoria de que o fluxo de informações existentes num determinado sistema passa por diversos portões (*gates*) que funcionam como filtros informativos, a segunda sustenta a ideia de que o processo investigativo decorre de um processo de industrialização das notícias (McCombs, 2006).

Tal como foi dado perceber, as teorias abordadas dão conta da existência de uma relação triangular entre os meios de comunicação, a opinião pública e a atividade política e é exatamente este circuito relacional que constitui o objeto de estudo da presente dissertação, que surge da vontade de cruzar duas áreas do saber: as Relações Internacionais e a Comunicação Social.

Nesta envolvente, visamos analisar, com base na perspectiva construtivista, o papel dos *media* na construção da realidade social, em particular o seu impacto no sentimento de europeização nos países mais diretamente envolvidos na grave crise económica e financeira, tanto enquanto devedores como credores. Para tal tomámos como estudo de caso a experiência de crise que se viveu em Portugal e o impacto que as notícias divulgadas nos sites *online* de três jornais portugueses de grande tiragem - o *Correio da Manhã*, o *Público* e o *Expresso* – assim como de três publicações alemãs, a saber, o *Bild Zeitung*, o *Frankfurter Allgemeine Zeitung* e a revista *Der Spiegel*, tiveram na opinião pública dos dois países.

A escolha das nacionalidades dos jornais, assim como a escolha dos próprios jornais, não foi aleatória. De facto, as publicações analisadas correspondem à nacionalidade do

país afetado pela crise e alvo concreto das reuniões que estiveram na base da produção jornalística, e à nacionalidade do país que se assumiu como principal credor do país em crise e, portanto, aquele que durante o processo de reestruturação da dívida portuguesa exerceu mais pressão e se mostrou mais atento aos procedimentos e atitudes do Governo Português.

Para a realização deste estudo optámos por uma solução metodológica de cariz qualitativo, usando como método a análise exploratória comparativa. Foram analisados tanto o conteúdo como o discurso das notícias publicadas pelos sites *online* dos jornais acima referidos, durante o período que mediou a vinda a Portugal do comité da Troika para a realização das três últimas avaliações. O objetivo desta metodologia pretende encontrar quais os efeitos performativos do discurso, partindo de três pontos principais: o acontecimento, o impacto na opinião pública e a leitura que cada jornal *online* faz da notícia. No capítulo dedicado à metodologia é feita, com mais detalhe, a justificação das opções metodológicas.

Com este estudo pretende-se investigar de que forma as crises económicas, sociais e culturais são afetadas pela forma como a nova comunicação social lê e escreve os acontecimentos. Perante este objetivo pretende-se analisar que tipo repercussões terão as dinâmicas políticas e internacionais, nos próprios meios de comunicação e de que modo os modelos ideológicos dominantes de organização do mundo e de organização das sociedades se encontram sujeitos à influência da comunicação *online/on time* do século XXI.

Com base neste pressuposto delineámos as seguintes perguntas de partida:

- Existe uma mudança na opinião pública, antes e depois dos acontecimentos noticiados?
- Qual o impacto da linguagem mediática sobre a opinião pública na leitura da crise económica da União Europeia?
- Terão as notícias nos jornais *online* sobre os três diferentes acontecimentos, afetado a opinião pública dos dois países da mesma forma?
- Que tipo de apreciação fazem os jornais online, dos dois países?

O primeiro capítulo é dedicado à observação das relações internacionais enquadradas na teoria construtivista onde se vão explorar os conceitos de identidade, e posteriormente identidade nacional, identidade europeia e europeização.

O aprofundamento dos conceitos de agenda *setting* enquadrado na teoria construtivista da política externa que, se constitui como elemento fundamental para a clarificação da abordagem dos *media* e delimitação do seu campo de análise, constituem o corpo teórico do segundo capítulo.

Depois da construção teórica, no terceiro capítulo, é feita uma análise qualitativa das notícias publicadas, através das quais são recolhidos dados que, por sua vez, permitirão analisar de forma crítica o conteúdo das notícias. Por este meio será possível gerar conhecimento sobre a cobertura mediática das últimas reuniões da Troika em Portugal e, aferir em que medida é que as características do discurso noticioso revelou ser meio propulsor de europeização.

Com este estudo pensamos poder dar um contributo para a aferição do sentimento europeísta, ao demonstrar como é feita a construção social do mesmo facto, neste caso o período de crise avaliado em três momentos chave, face a uma situação que coloca dois membros da União Europeia em campos antagónicos, um como devedor e outro como credor.

## CAPÍTULO I

### 1. As Relações Internacionais enquadradas na teoria construtivista

Para compreender o papel que a comunicação social desempenha na sociedade é necessário entender de que maneira é apreendida e construída a realidade social. No seu tratado de sociologia do conhecimento Berger & Luckmann (1985: 11) entendem a construção social da realidade como um fenómeno social, cabendo à sociologia do conhecimento a tarefa de analisar as relações existentes entre o pensamento humano e o contexto onde essas ideias surgem, ou seja, de que modo os homens percebem a “realidade” no seu dia-a-dia. Trata-se assim de analisar um conhecimento real, de senso comum e não um conhecimento teórico, formado a partir de pressupostos e concepções. Para estes autores é este conhecimento, repleto de significados e não o “conhecimento das ideias” que é essencial para a existência de uma sociedade (Berger & Luckmann, 1985: 29-30).

O Construtivismo centra-se nas teorias sociais e na teoria da integração positivista pressupondo que as relações internacionais e a cooperação entre os Estados são reguladas pela interação de vários interesses e pela necessidade de encontrar o equilíbrio entre os mesmos. A balança que o construtivismo propõe é composta por três pratos, o da diplomacia, o da defesa e o do desenvolvimento (Hopf, 1998).

Segundo McNamee & Hosking (2012) o construtivismo social é uma teoria sociológica e psicológica do conhecimento que considera o modo como os fenómenos sociais se desenvolvem particularmente desde contextos sociais, enquanto que uma construção social pode ser entendida com uma concepção que apesar de parecer normal e evidente a quem a adota, é na realidade uma invenção cultural de uma sociedade em particular.

De acordo com Adler (1999) o construtivismo aposta na capacidade de reflexão humana e também na capacidade que o Homem tem de aprender e ponderar, enquadrando cognitivamente o mundo que conhece, vivencia e compreende. Esta é então uma teoria que apologiza o entendimento coletivo, aqui entendido como conhecimento e cultura, sustentando que este dá às pessoas as explicações acerca dos conflitos e da ordem das coisas e também lhes confere as indicações necessárias à forma como devem ser usadas as suas capacidades e materiais de que dispõem (Brown *et al.*, 2009).

O construtivismo foi introduzido nas Relações Internacionais por Nicholas Onuf mas terá sido Wendt (1992) com o artigo *Anarchy is What States Make of It* e mais tarde com o livro *Social Theory of International Politics*, publicado em 1999, que veio dar destaque ao constructo teórico que esta vertente defendia e à sua relação com a disciplina que abordamos, afirmando que na relação teórica, construtivismo e relações internacionais, o foco encontra-se na relação social da política internacional (Wendt, 1992).

De acordo com este autor, o argumento construtivista que suporta a ciência em estudo tem por base três ideias estruturais, sendo que a primeira é o conceito de realidade socialmente construída, a segunda sustenta a noção de que as estruturas são definidas pelas ideias mutuamente partilhadas em detrimento dos interesses materiais, e a terceira supõe que as identidades e os interesses dos atores são construídos, precisamente, pelas ideias que partilham. O conceito de identidade avançado por Wendt (1999) é, de resto, um dos conceitos centrais de toda a teoria construtivista, sendo aqui entendido como algo que define os interesses e que determina a aceitação, ou a não aceitação, de si próprio pelos restantes atores (Tsygankov, 2006). De acordo com a formulação do autor da Teoria Social da Política Internacional, o conceito de identidade é preciso, mas, simultaneamente flexível, de tal forma que por ele se é capaz de entender o modo como os Estados são constituídos. As identidades funcionam, por isso, como ponto de união entre as estruturas e os interesses. Sendo que este é um conceito determinante para a teoria construtivista e também para o aporte teórico que pretendemos abordar, com vista a levar a cabo a presente dissertação, voltaremos a abordar o conceito de identidade no item seguinte.

Levando em conta a triangulação em que se sustenta a relação do construtivismo e das Relações Internacionais, entende-se que, no construtivismo, as ideias são tão importantes na construção da realidade e dos agentes, quanto na definição das identidades e dos interesses. Na teoria construtivista que Wendt (1999) transportou para as Relações Internacionais os Estados são apresentados como entidades que podem assumir quatro tipos de identidade diferentes e que são capazes de sustentar simultaneamente: a identidade pessoal; a identidade corporativa, que se traduz nas partilhas sociais; a identidade papel, que expressa a relação com os outros, e a identidade coletiva, que resulta da combinação de identidade corporativa ou pessoal com a identidade de papel ou função. Na ótica apontada por este autor a relevância das



identidades e do poder é significativa e através delas parece ser possível explicar a construção social do mundo, em particular dos Estados, que, neste constructo são também definidos como defensores dos interesses nacionais (Nogueira & Messari, 2005).

No construtivismo, os factos sociais só acontecem porque se estabelece um acordo entre os atores que coexistem com o mundo material, e que se veem envolvidos em questões de interesses e poder em interação permanente com as identidades, e as estruturas. Deste complexo sistema de relações e interações resulta um diálogo que o construtivismo interpreta como sendo aberto e capaz de interligar a teoria com as questões sociais. Do ponto de vista da dimensão internacional a ação social, constituída por organizações sociais, normas e regras, apresenta-se muito complexa pelo que exige, dos agentes, aptidões discursivas subjacentes (Barnett, 2011).

Na verdade, o papel da linguagem e dos discursos, é outra das vertentes que importa de sobremaneira para caracterizar o construtivismo, sobretudo no entendimento da sua relação com as Relações Internacionais. De acordo com Nogueira *et al.* (2005), a análise dos padrões de ação dos atores internacionais deve considerar a análise dos seus discursos, sem esquecer, claro, as estruturas externas dos fenómenos sociais que Wendt (1999) valorizou.

Em oposição ao realismo e ao idealismo, o construtivismo não se apresenta como uma teoria da política em si mesma, assemelhando-se mais, ou sendo capaz de ser caracterizada, com uma teoria social onde os aportes que remetem para o construtivismo da política internacional se baseiam (Braillard, 1990).

A ideia de vinculação da teoria à necessidade de estar consciente da existência das normas é, de resto, uma das linhas caracterizadoras do construtivismo, uma das diretrizes que lhe dá firmeza e carácter de solidez. É com base nesta assunção que podemos partilhar da afirmação de Krasner, de que o construtivismo, num primeiro movimento, assume a ideia da conceção dos regimes como uma construção social definida através de “expectativas convergentes sobre princípios, normas, regras e procedimentos decisórios em determinadas áreas das Relações Internacionais” (Krasner, 1983:17). Através desta assunção o autor citado assume o carácter intersubjetivo dos Estados e, simultaneamente, estabelece um degrau de evolução na teoria, face ao que defendia o realismo, pouco dado a intersubjetividade (Mendes, 2012).

Da mesma forma, importa deixar clara a ideia de que o construtivismo não se suporta apenas numa estrutura composta por fatores materiais, assumindo que a anarquia<sup>1</sup> que tantas vezes se aponta como termo caracterizador das políticas internacionais está, também ela, dependente dos ideais da socialização intersubjetiva que se suportam no processo de construção das identidades nacionais, e que estas só são possíveis porque as nações são fruto das interações internas e externas (Wendt, 1999).

É aqui que reside um dos elementos básicos característicos do construtivismo: a ideia de que a construção da ordem internacional é resultado da interação social, que se processa de forma permanente entre os Estados (Giddens, 1984). Expliquemos melhor recorrendo a Guzzinni (2013). De acordo com este autor “além dos factos brutos, alguns factos existem apenas porque lhes atribuímos uma certa função ou significado” (Guzzinni, 2013:398), com o caso do dinheiro, por exemplo, que sem a atribuição que lhe é dada pelos seus utilizadores não passa de um pedaço de papel ou de metal. Assim, o dinheiro, para cumprir os objetivos da sua existência “depende de um conjunto de significados intersubjetivamente partilhados” (*ibidem*). Partindo deste exemplo, sublinhamos agora a ideia construtivista de que o mundo real não pode existir afastado da linguagem ou da relação que esta empreende com aquilo que a rodeia.

Assim entendida, esta teoria pode ser muito útil à interpretação da política internacional, sendo, por isso, um constructo importante e até indispensável à compreensão da crise europeia que constitui o pano de fundo do estudo que levamos a cabo, do conceito de europeização, e do papel que os *media* e os discursos resultantes da sua atuação possam ter neste contexto. Com intenção de clarificar convenientemente os conceitos que se destacam desta construção teórica e que resultam da visão construtivista das relações internacionais, vamos agora definir a identidade, na sua dimensão nacional e europeia e apresentar a conceptualização do termo europeização.

---

<sup>1</sup> A filosofia política subjacente à anarquia defende que as sociedades devem funcionar em regime de autogestão com base em instituições voluntárias. Muitas vezes descritas como sociedades sem Estado, vários autores, no entanto, optaram por as definir como instituições baseadas em associações livres não-hierárquicas. O anarquismo surgiu na segunda metade do século XIX, tendo como base uma ideologia política socialista de cariz revolucionário que considerava o estado indesejável, desnecessário e prejudicial. Um dos mais influentes teóricos e escritores do anarquismo foi Pierre-Joseph Proudhon, o qual foi também um dos primeiros a se autoproclamar anarquista, até então um termo considerado pejorativo entre os revolucionários (Sheehan, 2004).

## 1.1. Discurso

O discurso é uma das ferramentas fundamentais para que a interpretação construtivista do real possa ser levada a cabo, sendo, para além disso, um elemento que se veio constituir como ponto de viragem e de evolução na teoria geral, deixando para trás o construtivismo convencional e abrindo caminho à criação do construtivismo crítico de que Friedrich Kratochwil (n.1944) e Nicholas Onuf (n.1941) foram precursores.

Onuf (2014) trouxe para o construtivismo a noção Foucaultiana de que as ideias são uma forma de poder e que estas apenas podem ser expressas por meio da linguagem através de um discurso que, quanto mais estruturado, mais será capaz de estabelecer a relação de nexos entre poder e conhecimento.

A noção de que as ideias são uma forma de poder, esse poder é mais do que a força bruta, e que poder material e discursivo estão relacionados, não é nova. A articulação de Michel Foucault do nexos poder / conhecimento, a teoria da hegemonia ideológica de Antonio Gramsci, e a diferenciação de Max Weber de coerção de autoridade são todos os precursores à posição do construtivismo no poder na vida política (Onuf, 2014).

Para Wendt (1999) o discurso pode ser assertivo, genérico ou específico e é constituído por um conjunto de regras que instruem a ação de falar, através de uma linguagem que se fragmenta em qualquer um destes géneros discursivos, transmitindo ao agente o modo como ele deve falar com vista a atingir o seu objetivo.

Os trabalhos de Onuf e Kratochwil são de extrema importância para a demarcação do papel do discurso e da linguagem que lhe é subjacente no construtivismo, sublinhando-o como decisivo para a compreensão dos significados e para a interpretação do relacionamento entre a palavra e o mundo que traduz e que é feito, também, a partir dela.

Na sua interpretação da linguagem, Onuf tomou-a como um jogo com regras, relacionando-a à ação e apresentando-a em três modalidades. Assim, na sua teoria temos uma linguagem que pode ser assertiva, onde os conhecimentos sobre o mundo se vão relacionando uns com os outros. Para este autor a linguagem pode ainda afigurar-se como diretiva, servindo, neste caso, para fornecer instruções e ordens, explicitar normas e regras e adiantar, como disse o autor, o que pode acontecer se algo no processo de

instruções falhar. A linguagem pode ainda ser um código de compromisso, servindo-se de promessas e de acordos para estipular concretizações. É neste ato de linguagem das relações internacionais que se enquadram os tratados que os países estabelecem entre si, por exemplo, ou os acordos que assinam com vista à concretização de objetivos comuns (Onuf, 1998).

Esta simples estratificação da linguagem traçada por Onuf (1998) é, por si só, esclarecedora do papel que o construtivismo lhe atribui e que procuramos explicar, uma vez que por ela facilmente se depreende a ideia defendida pelo autor de que a linguagem é constitutiva e não mera representante. Num contexto dramático podemos dizer que, em cima do palco a linguagem é o protagonista, mas também o encenador e o argumentista.

É com a linguagem que as regras se constroem e as direções políticas são definidas, é através dela que os objetivos dos países são expressos e as suas intenções declaradas: “a linguagem não é apenas um instrumento de comunicação utilizado para falar de um mundo real fora da linguagem ela é uma força definidora que integra as relações sociais” (Onuf, 1998:19).

É exatamente esta a ideia que defende Kratochwil (1989), quando declara que “o mundo a que nos referimos é produto dos discursos que nos permitem nos referir a ele”. Segundo este autor os processos empreendidos pelo sistema internacional podem ser explicados pelo intrincado sistema de normas e de regras e a influência que estas têm na construção das ações dos homens e na relação de ambas, as normas e regras e a ação, com a retórica, já que só o discurso torna possível a interpretação das ações, a sua evolução e firmeza, ou o seu fracasso. Mais, o autor enfatiza que a linguagem guarda em si o poder de dotar o mundo, e o sistema de relações por que se pauta, de memória, garantindo-lhe a sua construção social e história e permitindo o desenvolvimento da sua identidade (Kratochwil, 1989).

Partindo destes conceitos e das teorias construídas tanto por Onuf (1998) quanto por Kratochwil (1989) e que dotaram o construtivismo de um aporte crítico indispensável para a compreensão do mundo e das relações internacionais temos que, na nossa opinião, o discurso, entendido à luz desta teoria, é, de facto, um elemento fundamental para a construção das relações entre os países e a solidificação de projetos comuns de que a Europa é exemplo. Na verdade, a atual União Europeia é uma construção

discursiva, cujo poder, tem sustentação no discurso diretivo de Onuf (1998), onde podemos encaixar os documentos basilares que são o pilar desta construção social das nações, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), entre outros.

## **1.2. Conceito de identidade**

Definir identidade, aqui entendida enquanto entidade coletiva, não é uma tarefa simples dado que são várias as abordagens acerca do conceito e, dentro destas, é possível identificar três paradigmas através dos quais se pode procurar fazer uma construção conceptual: o paradigma da identidade coletiva como herança; o paradigma da identidade coletiva como aprendizagem e aquele que entende este conceito como sendo uma construção (Hall, 1997).

De acordo com o primeiro dos paradigmas apontados a identidade não depende de qualquer tipo de construções sociais ou históricas já que é apontada como algo inato que surge por via do nascimento do indivíduo num determinado país, fazendo dele, simplesmente pelo facto de ter nascido, herdeiro de um leque de comportamentos, tradições, modos de pensar e de agir e de uma linguagem comum a todas as pessoas que, como ele, nasceram nesse país. De acordo com a conceção avançada para este paradigma a identidade coletiva faz parte do ADN dos sujeitos, como tal, é algo a que eles não podem escapar (Tann, 2010).

Numa outra definição, classificada como o paradigma atrás identificado que defende que a identidade coletiva é resultado de um processo de aprendizagem, podemos entender a identidade nacional como um constructo, algo que pode ser ensinado ao indivíduo e que, portanto, não lhe está nos genes e não resulta do simples facto de se ter nascido num determinado país. No entanto, o seu local de origem tem uma forte influência no processo de formação de identidade, dado que este começa logo após o nascimento, através de um processo de socialização que lhe confere conhecimentos acerca da forma como se deve comportar, pensar e sentir em relação ao seu país. De acordo com este paradigma, a construção da identidade coletiva, que é comum a todos, não ocorre de forma intencional, pois não se pressupõe que exista um modelo pré-concebido que explica como se ser cidadão de um determinado país, nem a construção de tal processo é possível. De facto, a complexidade da identidade nacional, que resulta

de um aporte onde se insere a etnografia, a cultura, as tradições, a língua, a história, a gastronomia e tantos outros aspetos seria impossível de replicar num esquema formal, idêntico, e a aplicar em determinada região. Apesar desta constatação, também firmada por Tann (2010) no paradigma de identidade coletiva como resultado de uma aprendizagem, o papel da escola e do sistema educativo dos países é crucial, seja na representação das construções individuais do país, seja nas suas representações coletivas (Tann, 2010).

Numa outra conceção, que deriva do paradigma que aponta a identidade como resultado de uma construção, estabelece-se que esta é resultado das relações que um sujeito estabelece com os outros ao longo da sua vida e que é construída no âmbito de um processo relacional com duração indeterminada. É no enquadramento deste paradigma que a identidade nacional se entende como recurso que se coloca ao dispor do indivíduo permitindo-lhe defender ou conquistar uma determinada posição (Tann, 2010).

O mesmo autor (Tann, 2010) propõe-se também examinar essa construção partindo da análise de histórias nacionais com vista a vislumbrar nelas um sentido de comunidade coletiva que constituiria essa identidade. Segundo essa abordagem, todos os membros de uma nação nasceriam já com uma história comum (Tann, 2010:163).

No entanto, o autor ressalva o facto de que qualquer discurso implica a existência de um narrador e de uma audiência, e que mesmo quando se reconta uma história nacional essa narrativa pode sofrer as influências das preocupações e intenções pessoais do narrador. Assim, segundo Tann (2010:163), a identidade nacional nunca está completa, encontrando-se sempre em construção, à medida que a história nacional é recontada.

A identidade é um dos conceitos que sustenta a teoria do construtivismo e, aqui, ela é interpretada como instrumento que define interesses e estabelece a aceitação ou a não aceitação do outro (Tsygankov, 2006).

De acordo com Hopf (1998:174-175) a identidade pode ser entendida como pilar de sustentação das estruturas uma vez que sem identidade, o mundo depressa se transformaria num caos.

Também tendo em conta os conceitos de identidade, e considerando um sistema onde a definição de identidade passa pela interpretação de cada país como elemento de um sistema global em que cada um tem funções próprias e bem definidas, Wallerstein

apresentou o conceito de sistema-mundo. Conceptualizado como uma unidade de análise básica onde a sociedade é considerada como um todo, e que tem reflexo, como o próprio autor da teoria avançou, no sistema capitalista contemporâneo, onde o mundo passa a ser visto do ponto de vista económico e as identidades de cada país se vão esbatendo em detrimento dos valores que o capitalismo pressupõe.

O sistema mundo idealizado por Wallerstein (1997), que pode ser equiparado, na perspectiva teórica à construção de uma Europa comum, pressupõe “*a unit with a single division of labor and multiple cultural systems*”, ou seja uma identidade geral, tal como se pretendia para a Europa comunitária. Na teoria do sistema-mundo os Estados são integrados como elementos capazes de manter as regras dos mercados através da promoção de leis e elementos de concertação. Esta teoria, que se baseia na ideia de uma identidade global, foi construída com base na história europeia e teve como ponto central a divisão mundial do trabalho que tomou o norte da Europa como exemplo, dado que este reunia as “condições para se constituir como o centro do sistema-mundo, especializando-se na produção baseada em qualificações elevadas” (Wallerstein, 1997:2). De acordo com este projeto de sistema-mundo e de identidade, o autor avançava que o mesmo seria composto pelos países do noroeste da Europa (Reino Unido, Irlanda, Alemanha, França e Áustria, assim como os países nórdicos) uma vez que estes eram aqueles que reuniam condições para a produção de trabalho especializado, suportado em recursos humanos com qualificações elevadas. Os restantes países da Europa, no enquadramento deste sistema, entre eles, Portugal, ocupariam o lugar de semiperiferia dessa Europa identitária, sistematizada em torno de um objetivo económico comum.

Tomar a conceptualização da identidade no âmbito desta proposta teórica leva-nos, desde logo, a assumir diferenças identitárias entre os países do sistema-mundo e aqueles que se tomam como periféricos, daí que se possa afirmar que a identidade está muito dependente da perceção que o posicionamento geográfico, ou mesmo geoestratégico, de um país, tem dentro de um sistema e, no contexto da europeização, podemos então assumir que a questão da identidade dificilmente poderá ser interpretada por um cidadão português do mesmo modo que por um indivíduo nascido na Alemanha.

Por último, convém esclarecer que ambas as teorias acima referidas, tanto a teoria do centro-periferia, como a teoria do sistema-mundo, são doutrinas diametralmente opostas

ao construtivismo, porque enquanto que o construtivismo está ligado ao idealismo, estas duas teorias são materialistas e ligadas a estruturas.

### 1.2.1. Conceito de identidade nacional

Segundo Ernest Gellner (1993), o Estado desempenha o papel primordial na formação da Nação e subsequentemente na construção das identidades nacionais, reduzindo-as a uma dimensão meramente instrumental e resultantes de processos de aculturação. Para este autor, uma nação moderna é o produto de uma etnia que teve sucesso, enquanto que as etnias, em contrapartida seriam “nações mal sucedidas”.

Por outro lado, Anthony Smith (1986), sustenta que um Estado só pode ser fundado se existir dentro do território onde se pretende fundar esse Estado, uma identidade coletiva que possua as características e possa ser conotada com que se entende por identidade nacional. Na mesma linha de pensamento encontra-se Anderson (2006), o qual salienta o importante papel desempenhado pela imprensa – livros e jornais diários - na construção das identidades, porque as reforça. Ao lerem os mesmos conteúdos, na mesma língua, no mesmo espaço e tempo, os indivíduos de uma determinada nação tomam consciência da existência de um discurso comum que os une, e que permite que todos se entendam, mesmo quando nessa nação proliferam vários dialetos locais. Esta teoria subjacente ao conceito de nação, conhecida por *print capitalism*<sup>2</sup> foi cunhada por Anderson, o qual afirma também que os primeiros Estados-nações europeus foram formado em torno das suas “línguas impressas nacionais” (Anderson, 2006: 224). O mesmo autor defende também que uma nação assenta no sentimento de pertença partilhado por uma mesma comunidade de indivíduos. Para este autor as identidades nacionais formam-se nas “comunidades imaginadas” que partilham um passado comum, repleto de memórias e tradições que os seus membros expressamente desejam preservar (Anderson, 2006: 49). Esta noção vai de encontro ao conceito de nação preconizado pelo seu teórico mais influente – Ernest Renan – o qual no seu clássico *Qu'est-ce qu'une nation?* a define como sendo as glórias comuns de um passado ou de um povo que fez grandes coisas junto (Renan, 1882: 50).

---

<sup>2</sup> Capitalismo de impressão (tradução nossa).



A definição do conceito de identidade, assim como a identidade nacional, é de extrema relevância para a construção, e visão construtivista, de uma teoria de Europa global (Barnett, 2001:259). Assim, este autor entende que a interpretação que fazemos de nós próprios, da nossa posição social e da posição que o nosso país ocupa num sistema-mundo, vai ter um papel preponderante na forma como iremos definir os nossos interesses, e entender e trabalhar a relação dos mesmos com os interesses dos restantes países, sobretudo aceitar ou rejeitar as determinações que esses outros países nos possam colocar. É dessa visão que cada país, que cada povo, tem sobre si próprio que depende a aceitação das leis gerais do sistema mundo, ou o fracasso das mesmas, no caso em concreto, a viabilização de uma europeização plena ou o seu fracasso total (Barnett, 2001)

Para além do exposto importa dizer que, segundo Hopf (1998: 175), as identidades nacionais dizem-nos a nós e aos outros quem nós somos e a nós quem são os outros. Este autor atribui uma significativa importância à questão da identidade nacional, atribuindo-lhe, também a responsabilidade de definir quais os atores que podem garantir a cooperação entre os Estados ou não. Por exemplo, e tomando para tal uma situação extrema e óbvia: a cooperação entre países como a França, ou mesmo a Alemanha, e o Irão, atendendo às identidades destes Estados, é facilmente identificada como extremamente complicada, pois estas nações apresentam características identitárias, de religião e abordagem às questões dos Direitos Humanos, completamente contraditórias. Apesar destas contradições aparentes, o autor acredita que conhecer as particularidades de identidade nacional pode favorecer as aproximações, sobretudo se se atuar na senda das Teorias do Construtivismo.

Benedict Anderson, por seu turno, propõe uma perspectiva antropológica para construção de uma identidade nacional a partir de uma “comunidade imaginada” onde os membros partilham um imaginário ancorado num sentimento de pertença nacional, gerado num passado comum e disseminado através de um discurso de afirmação e valorização do seu legado cultural (Anderson, 2006 [1983]).

Por outro lado, é possível distinguir as diferentes identidades nacionais, geradas através distintas trajetórias e processos de construção de nação e formação de Estado (Spohn *et al.*, 2003: 95). Estes autores começam por propor a distinção entre ‘nacionalismo’ como um “movimento ideológico direcionado para uma nação-Estado soberana e ‘identidade nacional’ como um conceito multidimensional de identificação variada com os muitos

aspectos da ‘nação’” (*ibidem*). Assim, nos países da Europa Ocidental, onde Portugal se inclui “o nacionalismo é ‘domado’ pelo Estado e os seus componentes políticos, civis, étnicos e culturais são combinados com base numa identidade nacional formada no início”<sup>3</sup> (Spohn *et al.*, 2003: 96), enquanto que na zona da Europa Central, onde a Alemanha pertence, o nacionalismo político se baseia num nacionalismo cultural e étnico (*ibidem*).

Assim e como reforço ao que foi dito, as identidades são importantes na medida em que constroem socialmente a visão do próprio Estado, e deste sobre o outro, sendo significativo para explicar, posteriormente, a visão da Alemanha sobre Portugal.

### **1.2.2. Conceito de Identidade Europeia**

Partindo da afirmação de Kastoryano de que a União Europeia é a única organização política nascida na modernidade e considerando o que acima se disse acerca da identidade, coloca-se a questão da existência, ou não, de uma identidade europeia e de como esta pode ser apresentada (Kastoryano, 1998).

Faustino (2006:35) identifica três grandes tendências acerca da emergência de uma identidade europeia, que denomina de perspectiva cultural, perspectiva instrumental e perspectiva cívica, as quais diferem entre si consoante as fontes de identificação europeia que defendem. Assim, segundo a teoria “cultural”, a emergência de uma identidade europeia como projeto cultural, seria uma criação artificial e utópica, dada a profundidade das diferenças culturais e estruturais existentes na Europa e as resistências das suas identidades nacionais. Segundo o autor, a emergência de uma identidade europeia de cariz cultural, para além de se prolongar no tempo, poderia, em última análise competir com as identidades culturais nacionais, levando à substituição das mesmas (Faustino, 2006:36).

---

<sup>3</sup> Tradução livre da autora. No original: “nationalism is “tamed” by the state and its political, civil, ethnic, and cultural components are combined on the basis of an early formed national identity” (Spohn *et al.*, 2003: 96),

Por outro lado, a perspectiva “instrumental”, baseada nos interesses próprios dos indivíduos, argumenta que

as percepções dos cidadãos em termos de ganhos e perdas podem levá-los a uma progressiva identificação europeia [...] Assim, para esta teoria instrumental, quanto melhor for a avaliação dos cidadãos sobre os resultados das políticas europeias, mais eles se sentirão “europeus” (Faustino, 2006: 37).

Por último, a teoria “cívica” realça a importância do sentimento de pertença à União Europeia, baseando a identidade europeia num “compromisso assente em valores comuns [...] que fixa direitos e deveres da sociedade civil [...] que transcendem as diferenças orgânicas num sentido mais etno-cultural-nacionalista”, tornando essa identidade europeia de cariz cívico compatível com as identidades nacionais, complementando-as, em vez de as enfraquecer (Faustino, 2006: 38).

É certo que a União Europeia resultou de uma vontade comum de todos os Estados que a compõem de viverem em conjunto, mas certo é também que a todos estes Estados corresponde uma identidade singular e que, apesar das décadas de construção europeia que já se contam, os termos “cultura”, “civilização”, “multiculturalismo”, “diálogo intercultural”, “pluralismo cultural” e “educação intercultural”, entre outros, continuam a pautar o cenário relacional das nações dando evidências de que a identidade europeia está ainda em fase de preparação de uma cultura unificadora, onde essa identidade se possa vir a suportar (Delanty, 1995).

Na verdade, e na nossa opinião, a identidade europeia não dispõe de um conceito que se possa apresentar pois ainda tem que ser construída, ainda carece de um espaço comum de entendimentos muito mais amplos e alargados que não as transações económicas, mas sim, as afirmações culturais, capazes de fazer da amálgama de identidades dos seus 27 membros um suporte de identificação política, social e cultural (Bruter, 2005).

A geografia e a história secular são pontos que favorecem a criação da identidade europeia, assim como a nova vaga de emigração que leva e traz jovens de um país para outro, sem as dificuldades de outrora ou as “malas de cartão” tão características de uma identidade que conhecemos bem. Esta emigração moderna parece constituir-se como meio de construção da tolerância e de combate à discriminação da cultura do desconhecido e vai ter, certamente, um papel determinante na construção da identidade europeia. Esta será, certamente, uma identidade cultural diversificada, construída a partir do conceito fundamental de que somos todos diferentes, de que as culturas podem

ser distantes e distintas, mas que partilhamos um espaço comum e uma ânsia de assimilar experiências e novos conhecimentos (Bruter, 2005).

### **1.3. Conceito de europeização**

Apesar da falta de consenso por parte da comunidade científica, acerca da definição do conceito de europeização, as suas dinâmicas geram impactos profundos a nível dos sistemas governativos e estruturas institucionais, como resultado dos processos de mudança que afetam as estruturas governativas, assim como as sociais.

Olsen (2002) em *The Many Faces of Europeanization* investiga as diferentes faces deste fenómeno, com o objetivo de identificar as dinâmicas relacionadas com a europeização, questionando os diferentes usos que podem ser dados ao termo europeização. Segundo este autor, a europeização, vulgarmente entendida como um projeto político visando uma Europa unificada e politicamente mais forte, tanto pode ser vista como uma simples alteração de limites territoriais externos, como o “desenvolvimento de instituições de governação a nível europeu” ou “penetração central dos sistemas nacionais e sub-nacionais de governo”, ou ainda “como formas exportadores de organização política e de governação que são típicas na Europa, mas distintas para além do território europeu” (Olsen, 2002).

Os esforços levados a cabo pelos cientistas políticos para conceptualizar este fenómeno integram duas correntes distintas, uma institucional direcionada para a sua dimensão política e que procura explicar as alterações a nível das estruturas políticas e institucionais face às pressões exercidas no contexto da integração europeia e outra social, “permitindo que por Europeização não se entenda apenas um fenómeno de alteração exclusiva das estruturas políticas e administrativas mas também de comportamentos, valores, ideias, discursos e identidades” (Lacerda, 2011: 12).

Falar de europeização no contexto do construtivismo e da interpretação da teoria da identidade e da identidade europeia não pode deixar de lado o tempo de crise que a Europa atravessa, tanto a nível económico quanto ao nível existencial.

De acordo com Risse (2001), falar de europeização implica considerar os processos de definição das preferências e das convergências das identidades e dos interesses de cada

um dos Estados membros, na política externa e na política de cada país e a forma como cada país se adapta às transformações impostas pela política das partilhas e das coisas comuns que o sonho europeu tem vindo a tentar galvanizar ao longo dos anos. Para este autor, e dentro deste contexto, é importante que também se leve em conta a forma como os países maiores, como a França e o Reino Unido, e cada vez mais a Alemanha, projetam e tentam fazer sobressair os seus interesses no cenário comum e como reagem os países cujas tradições políticas são mais apartadas dos princípios democráticos e das convenções partilhadas pela cartilha dos Direitos Humanos (Gross, 2009).

Segundo Gross (2009) a europeização já é um conceito palpável quando se fala de políticas externas nacionais, mas ainda não é possível identificar um trajeto linear de emergência de normas partilhadas, noções de interesse europeu comum ou a convergência entre as políticas externas nacionais e uma embrionária política externa europeia (Gross, 2009).

A europeização entendida por Giuliani (2003) considera a autonomia dos processos governativos e, neste sentido, ela pode ser considerada como um processo em si mesmo, na medida em que reflete as dimensões das escolhas dos governos que integram o projeto e dá a imagem de como estes se podem revelar inovadores e capazes de agir por si próprios.

De facto, para Risse (2001), a europeização não exige que os Estados se alterem a si próprios, “não é necessária mudança no nível nacional” (Risse, 2003: 61), mas só se a estrutura europeia tiver em consideração o seu funcionamento doméstico. Assim temos que a questão da europeização se revela complexa, influenciada, pelo grau de desequilíbrio entre os interesses domésticos, das identidades nacionais e coletivas, e os interesses do todo europeu que, em si mesmo, é muitas vezes difícil de conceptualizar (Gross, 2009).

Neste ponto, talvez fosse pertinente questionar se é a estrutura que precede a identidade ou a identidade que precede a estrutura.

Num estudo realizado tendo por base artigos de publicações científicas Featherstone & Radaelli (2003: 5) verificaram que ao longo do tempo, o termo europeização foi usado das mais variadas formas e sob diferentes perspetivas, e que entre 1981 e 2001, o seu uso aumentou consideravelmente. Com base neste estudo os autores definiram quatro categorias nas quais o conceito de europeização é utilizado. Assim europeização é um

conceito que tem sido usado ora como um “processo histórico”, ou como um “processo de difusão cultural”, as quais representam uma interpretação mais óbvia ao relacionar o termo diretamente com o impacto da União Europeia. Numa interpretação mais restrita deste conceito, ele tem sido utilizado para definir um “processo de adaptação institucional” ou um “processo de adaptação de políticas e processos políticos” (Featherstone & Radaelli, 2003: 5).

Enquanto fenómeno histórico, o conceito de europeização pode servir para descrever as dinâmicas relacionadas com a assimilação de normas e crenças sociais e culturais, comportamentos e valores, assim como organização e práticas institucionais cariz europeu. Nesta perspetiva a europeização está ligada diretamente às atividades da União Europeia (Featherstone & Radaelli, 2003: 7).

Provavelmente a categoria mais frequente atualmente é aquela que associa o conceito de europeização como um processo de adaptação institucional subjacente às pressões a que estão sujeitos os Estados membros da União Europeia. Segundo Featherstone & Radaelli este processo pode ser visto de dois ângulos diferentes: por um lado a forma como a adesão à União Europeia afetou os atores e as instituições e por outro a adaptação das instituições administrativas centrais às obrigações decorrentes dessa adesão (Featherstone & Radaelli, 2003, p. 8).

Em todas estas definições encontrámos elementos comuns, pois na nossa perspetiva a europeização é um processo que não está concluído, mas que se vai construindo ao longo dos tempos e que está diretamente relacionado com o processo de integração europeia.

Para a elaboração desta dissertação utilizaremos o conceito de europeização como um processo de difusão cultural. Se analisarmos este processo a partir da perspetiva do construtivismo crítico de Onuf podemos concluir que a europeização é uma forma de discurso. Assim, durante o desenvolvimento do nosso estudo empírico utilizaremos o conceito de europeização para definir os processos de adaptação dos discursos, decorrentes da integração europeia, que na sociedade europeia ocorrem entre os diferentes atores e que são veiculados através dos *media*.

## CAPÍTULO II

### 2. Abordagem teórica à comunicação social de massas

#### 2.1. A função dos meios de comunicação

A necessidade de estudar as origens, efeitos e funcionamento dos fenómenos da comunicação social de massas levou à elaboração de diversos estudos académicos e à formulação das denominadas *teorias da comunicação*, que abordam estes fenómenos nas suas diversas vertentes, sejam elas sociais, económicas, políticas ou cognitivas. Consoante o tipo de abordagem e os objetivos da pesquisa que se pretende levar a cabo esses estudos podem englobar diversas áreas científicas como a psicologia, a filosofia e a sociologia (Shoemaker, Tankard, & Lasorsa, 2004).

As primeiras teorias comunicacionais começaram a ser desenvolvidas no período compreendido entre as duas guerras mundiais, coincidindo com a emergência das ideologias totalitárias, numa época em que prevaleciam as “representações poderosas do poder dos media na percepção generalizada dos cidadãos, nas profecias literárias e na produção teórica” (Mesquita, 2004: 78).

Não surpreende, pois, que uma das primeiras teorias que emergiram num contexto histórico em que a comunicação mediática era representada como detentora de um poder absoluto, percepção essa que era claramente influenciada pela propaganda de guerra e pelas experiências dos partidos únicos, tivesse sido precisamente a *teoria hipodérmica*, que deve a sua designação à metáfora da “seringa hipodérmica” (Wolf, 1994:54).

Com efeito, a *teoria hipodérmica*, desenvolvida a partir de premissas behavioristas, pressupunha que a informação chegasse a todos os indivíduos da mesma forma e sem qualquer resistência, tratando toda a “massa” de sujeitos de maneira idêntica. Esta abordagem não pode ser dissociada do conceito de “massa”, o qual é fundamental para a sua compreensão. Segundo Katz, as investigações levadas a cabo por Lazarsfeld e pelos seus seguidores, demonstraram que esta teoria é demasiado superficial para se compreender os verdadeiros efeitos da comunicação mediática sobre a sociedade, os quais “são atenuados por processos selectivos de atenção, de percepção e de memória”,

processos esses que são influenciados por diversas características individuais dos destinatários das mensagens, tais como idade, história familiar ou ideologias políticas (Katz, 1989: 87).

O modelo de comunicação de Lasswell, desenvolvido em 1948 pelo sociólogo Harold D. Lasswell, apontava as lacunas da *teoria hipodérmica*, a qual destronou, sendo considerado ainda hoje como uma das abordagens teóricas comunicacionais mais influentes (Shoemaker, *et al.*, 2004: 109).

Este modelo apresenta cinco componentes que são usados como ferramenta de análise para avaliar o processo de comunicação. Esses componentes são cinco questões cruciais que deverão ser feitas para obter as respostas que conduzirão à correta compreensão da mensagem mediática: “Quem? (comunicador) diz o quê? (mensagem) através de que canal? (meio) a quem? (recetor) com que efeito? (efeito)” (Lasswell, 1948: 117).

As preocupações de Lasswell, quando formulou este modelo, estavam sobretudo direcionadas para a comunicação de massa e propaganda, pelo que a sua “fórmula” se destina a fornecer uma orientação para os tipos de pesquisa que é necessário levar a cabo para obter resposta a essas cinco questões, nomeadamente análise de controle, de conteúdos, pesquisa de efeitos, etc.

<b>Quem?</b>	<b>Diz o quê?</b>	<b>Em que canal?</b>	<b>Para quem?</b>	<b>Com que efeito?</b>
Emissor	Mensagem	Meio	Recetor	Efeito
Análise de Controle	Análise de Conteúdo	Análise de Meios	Análise de Audiência	Análise de Efeitos

Ilustração 1 - Fórmula de Lasswell apresentada como um modelo gráfico de comunicação

(Fonte: Elaboração própria)

Segundo Lasswell (1948) a primeira questão refere-se ao comunicador, ou melhor, ao transmissor da mensagem, pois só pode haver comunicação se a audiência receber a



mensagem e responder adequadamente a ela. Devido à aplicação da fórmula de Lasswell aos *media*, esta primeira questão tem vindo a ser associada sobretudo à análise de controle, que questiona e analisa o poder do remetente. Assim, a pergunta “quem?”, implica uma série de outras questões tais como: “Quem é o dono deste jornal? Quais são os seus objetivos? Quais são as suas lealdades políticas? Como é que o editor decide o que colocar no papel? Estão sujeitos a qualquer tipo de restrições legais? Tentam definir a política editorial? Será que o remetente detém mesmo todo o poder?” (Barton, [s.d.]).

A segunda questão deste modelo diz respeito à mensagem e direciona-nos para a área de estudo que engloba a análise de conteúdos. Este tipo de pesquisa está associado a estereótipos e aplica-se sobretudo a questões de representação de diferentes grupos políticos ou sociais como, por exemplo, de que modo as mulheres e/ou a população negra são representados na televisão ou na imprensa? A pesquisa de conteúdos está também relacionada com o efeito ou as segundas intenções da mensagem (Barton, [s.d.]).

O terceiro componente do constructo de Lasswell – o canal – refere-se ao meio de comunicação utilizado para transmitir a mensagem e reporta-nos para a análise dos *media*. A escolha do meio de comunicação a utilizar é de vital importância para toda a comunicação, pois quanto mais poder este tiver e maior influência exercer sobre os recetores, mais eficaz será a transmissão, e sobretudo, a receção da mensagem (Barton, [s.d.]).

“To whom?” é a questão apresentada no modelo gráfico de comunicação de Lasswell que pretende identificar o recetor, a que vulgarmente poderíamos chamar leitor ou audiência, e que é de vital importância para o sucesso da comunicação. A pesquisa de audiência é fundamental para identificar a população-alvo da mensagem, e é por esse motivo que os grandes grupos mediáticos investem em estudos para descobrir tanto quanto for possível sobre as suas audiências e a melhor forma de as captar (Barton, [s.d.]).

Finalmente, o constructo de Lasswell também nos apresenta a questão dos efeitos dos *media*. A análise dos efeitos é levada a cabo, geralmente, antes do processo começar. Este estudo destina-se a prever o efeito da mensagem na população-alvo, e de que modo esse efeito pode ser explorado. No entanto, para saber que espécie de efeito foi gerado

com a comunicação é necessário obter algum *feedback* (reação), o qual não é mostrado especificamente na fórmula de Lasswell que não tem essa categoria no modelo, e essa é uma das falhas que alguns autores lhe apontam (Sapienza, Iyer & Veenstra, 2015: 608)

[...] o modelo de comunicação de Lasswell, criado após a Segunda Guerra Mundial, representa uma concepção simplista de transmissão de comunicação, com um remetente, uma mensagem e um ou mais receptores, mas nenhuma interação. A comunicação em si é mecanicista, sem nenhuma caixa para como ou porquê. Nesse modelo, o comunicador técnico tem o estatuto de conduta, sem qualquer impacto reconhecido ou percebido sobre a comunicação para além de ser uma fonte de erro se o trabalho não for bem feito ... O modelo de Lasswell é certamente primitivo, e hoje todos se aperceberam que o contexto da comunicação técnica é muito mais complexa<sup>4</sup> (Wilson, 2001: 76-77).

Contudo, Sapienza *et al.* (2015: 609) no artigo intitulado “Reading Lasswell’s Model of Communication Backward: Three Scholarly Misconceptions” refutam os argumentos de “falta de categorias ou “ausência de caixas”, os quais, segundo estes autores “refletem o grau de confusão em torno da construção de Lasswell”, pois este não seria um modelo estático, estando as categorias destinadas a ser modificadas pela investigação teórica. Os autores referem ainda que o próprio Lasswell tinha sublinhado em várias ocasiões a necessidade de contextualizar essas categorias (Lasswell, 1948; Lasswell, Lerner, e de Sola Pool, 1952; Lasswell *et al.*, 1979; Sapienza *et al.*, 2015).

Em 1942, o psicólogo social Douglas Waples tinha proposto uma fórmula semelhante ao modelo de Lasswell, substituindo as variáveis “Diz o quê?” e “Em que canal?”, por “Comunica o quê?” e “Porque meio?”, acrescentando também uma nova questão: “Em que condições?” (Waples, 1942: 907). A vantagem do modelo de Waples é que a questão “Comunica o quê?”, tem implícito campo da comunicação não verbal e a questão “Em que condições?”, salienta a importância do contexto em que essa comunicação é feita (Sallevsky & Müller, 2011).

---

<sup>4</sup> Tradução livre da autora. No original: “Similarly, the Lasswell communication model, created after World War II, represents a simplistic broadcast conception of communication, with one sender, one message, and one or more receivers, but no interaction. The communication itself is mechanistic, with no box for how or why. In such a model, the technical communicator has the status of conduit, with no acknowledged or perceived impact on the communication other than to be a source of error if the job is not done well...The Lasswell model is certainly primitive, and everyone today realized that the context of technical communication is far more complex” (Wilson, 2001: 76–77).

Alguns críticos do modelo de Lasswell sustentam que os fatores envolvidos no processo de comunicação estão todos interrelacionados e que uma mera cadeia de questões é insuficiente para cobrir o processo como um todo, e que um aumento do número de fatores não compensa o risco nem as deficiências. Um desses críticos foi Kappler, o qual já em 1955 defendia que o que estava em falta na fórmula de Lasswell era a determinação da quantificação de variáveis de resposta e finalmente um modelo de interações sistemáticas (Sallevsky & Müller, 2011).

## **2.2. A relação Meios de Comunicação – Opinião Pública - Atividade Política**

Desde o desenvolvimento dos meios de comunicação, no século XX, que a relação entre os *media* e a classe política se tem vindo progressivamente a acentuar. O impacto da tecnologia revelou-se inicialmente com a popularização da rádio e depois com o cinema, meios que demonstraram a sua importância fulcral como instrumentos de propaganda.

Hitler foi um dos primeiros líderes políticos a tomar consciência do poder da rádio como meio de difusão ideológica, o qual a soube utilizar, como ninguém, como ferramenta propagandística. Tal como o *Führer* na Alemanha, também Franklin Roosevelt, nos EUA, soube fazer uso deste meio, tornando-se um dos “símbolos da política da era da rádio” (Miguel, 2002: 155). Mais tarde, a televisão viria a destronar, como meio de propaganda, tanto a rádio como o cinema, revolucionando a nossa perceção do mundo e aprofundando as transformações no discurso político, ao conjugar o “sentimento de intimidade, transmitido pelo rádio, com o apelo imagético próprio do cinema” (*idem*).

Tentar definir a noção de opinião pública não é fácil dada a complexidade da sua análise. Na Grécia Clássica, os retóricos utilizavam o termo *doxa* para a definir, termo esse que significava crença comum, ou de origem duvidosa, algo usado pelos sofistas como argumento para persuadir as pessoas, mas que não significava necessariamente que fosse verdade, ficando a meio caminho entre a realidade e o erro. Platão, por exemplo, opunha o saber verdadeiro – *episteme* - à *doxa*, o que gerou a clássica oposição do erro à verdade, muito comum na filosofia ocidental. Assim, a opinião

pública, pura e simples, tende a exprimir uma certa subjetividade, opondo-se à razão e caracteriza-se pela sua instabilidade (Rieffel, 2004: 34).

Segundo Georges Burdeau, a opinião pública “é uma força social que resulta de uma similitude de juízos sobre determinados temas por parte de uma pluralidade de indivíduos e que se exterioriza na medida em que toma consciência de si mesma” (Burdeau, 1990). Trata-se assim de uma opinião comum produzida por um público (ou por um eleitorado) que é partilhada por um grande número de indivíduos que a avaliam e tornam pública.

Constituindo-se como o fundamento implícito de todas as democracias, para Alfred Sauvy a opinião pública pode ser considerada como um poder anónimo, uma força política abstrata que não se encontra prevista em nenhuma constituição, mas que funciona como uma espécie de consciência, um árbitro ou mesmo quase que um tribunal, o qual apesar de não possuir poder jurídico, é, todavia, dos mais receados, pois nele se revê o foro íntimo de uma nação (Sauvy, 1977: 3).

Segundo Steinberg “a opinião pública não é facilmente suscetível de definição científica. É um subproduto de processos educacionais bem como do crescimento dos meios de comunicação de massa” (Lazerfeld, 1972: 103-104), enquanto que Tarde (1989:58) considera que se trata de um processo totalmente dependente ao enquadramento público, afirmando que “a opinião está para o público [...] como a alma está para o corpo”, resumindo a opinião pública a um conjunto de julgamentos mais um menos lógicos que transformam uma opinião individual numa opinião coletiva (*Idem*: 61). Esse parece ser também o raciocínio de Hannah Arendt, a qual sustenta que quando a opinião está relacionada com fatores políticos, esta “diz respeito ao todo que nós partilhamos uns com os outros de forma involuntária”, pelo que deveremos intervir mais, de modo a transformá-la numa opinião global (Arendt, 1995: 89).

Filósofo e sociólogo de origem alemã, Jürgen Habermas introduziu o conceito de “espaço público”, o qual remete para a noção de “esfera pública” existente no séc. XVIII, na época do Iluminismo, quando emergiu na Europa uma elite intelectual burguesa que se reunia em clubes e salões privados para organizar debates públicos, apoiados pela imprensa da época, cuja difusão estava circunscrita a grupos limitados. Esses círculos de debate serviam então de mediadores entre o Estado e a sociedade civil (Habermas, 1984).

Na sua obra *Mudanças Estruturais da Esfera Pública*, publicada em 1962, Habermas sustenta que a opinião pública da burguesia é influenciada pelos *media*, os quais são, no entanto, essenciais para a participação crítica dos cidadãos nas democracias modernas (Habermas, 1984). Assim, a emergência de sociedades burguesas implicaria a necessidade de criar um espaço público onde se pudesse enfrentar os interesses estabelecidos, individuais e gerais, e contestar a arbitrariedade estatal face a uma economia de mercado emergente. Essa teria sido então a razão do surgimento dos primeiros jornais de opinião. Segundo Habermas, as instituições parlamentares, próximas do poder estatal, não possuíam um espaço que pudesse permitir os debates com os poderes privados, pelo que os jornais políticos vieram preencher essa lacuna (Habermas, 1978). Ao conceito de Habermas, Louis Quéré (1982) acrescentaria outra dimensão, mais subjetiva, sublinhando que o papel dos *media* ultrapassa o de um lugar de debate de argumentos, constituindo também um lugar simbólico<sup>5</sup> de uma sociedade. Segundo este autor, todas as comunidades têm necessidade de um lugar para construir a sua imagem, onde os poderes que a instituem se possam tornar visíveis e os membros que a constituem possam encontrar a justificação para a sua filiação (Quéré, 1982).

No entanto, segundo Mário Mesquita (2004: 95), as sociedades atuais encontram-se radicalmente afastadas da “esfera pública” iluminista.

Na perspectiva de Habermas, as democracias de massas acarretaram o declínio deste modelo: a esfera pública foi contaminada, através dos *media*, pela lógica de interesses particulares e transformou-se em instrumento de manipulação. A opinião pública deixou de desempenhar um papel crítico, ao serviço da «Razão» (Mesquita, 2004: 95).

Na Europa do século XIX, a opinião pública era constituída pelas opiniões expressas pelos políticos, pelos jornais, pelos aristocratas ou alguns dos mais notáveis membros da classe média. Na prática, isso significava que apenas os grupos mais endinheirados é que expressavam as suas opiniões, enquanto a opinião da massa não tinha qualquer peso nas decisões políticas. O povo limitava-se a aceitar os acontecimentos, mas não participava deles (Stoetzel & Girard, 1979: 21). Segundo Alexis de Tocqueville, o teor dessa formação de opinião era altamente questionável, face ao modelo americano onde

---

<sup>5</sup> Segundo Mircea Eliade o carácter simbólico dos lugares precede a linguagem e a razão discursiva, permeando as atitudes pessoais em relação aos lugares que “invocam a nostalgia de um passado mitificado”. (Eliade, 1996:13).

prevalecia um governo da opinião pública, baseado na igualdade dos cidadãos. Este autor chegou mesmo a afirmar que à medida que os cidadãos se tornavam mais iguais diminuía a tendência para se acreditar cegamente num determinado homem, ou numa determinada classe, pelo que seria a opinião pública a dirigir o mundo (Tocqueville, 1972).

A opinião coletiva começou a ser alvo de uma atenção até então desconhecida, que viria mais tarde a traduzir-se nas sondagens e nos inquéritos de opinião, os quais remontando a meados do século XX, se tornaram na materialização da opinião pública. Entre os críticos das sondagens conta-se Pierre Bourdieu, o qual viria mesmo a questionar os pressupostos básicos das sondagens, ou seja, a suposição de que todo o indivíduo tem capacidade para formular uma opinião sobre qualquer assunto e de que todas as opiniões têm igual peso e relevância (Bourdieu, 2000).

Com as sondagens de opinião os *media* representaram uma influência crescente na formação da opinião pública, as quais, conjuntamente com o processo político, como o sufrágio universal e a representação parlamentar, são as bases institucionais da democracia. Segundo Splichal (1999: 222) “através das sondagens, as técnicas de pesquisa, a política e os *media* interligam-se muito intimamente, uma tal interconexão tão estreita destas instituições poderá, porém, resultar na erosão do seu genuíno significado democrático”.

Assim, o “espaço público” atual, é um espaço mediatizado, intimamente ligado ao funcionamento da comunicação social de massas e conseqüentemente à formação da opinião pública.

Segundo Mesquita (2004:95), para se compreender o funcionamento deste binómio é necessário saber analisar os mecanismos de sufrágio universal, da natureza do Estado e da sua atuação ao nível social, sobretudo nos campos da educação, da cultura e da saúde, da expansão do campo político com a conseqüente internalização das questões essenciais de natureza política e económica e sobretudo, da relevância das sondagens de opinião pública.

Sem espaço público, a política reduz-se ao exercício de uma dominação estratégica ou à aplicação de uma técnica puramente instrumental de configuração das relações sociais (Innerarity, 2006 :20).

Remy Rieffel (2004: 33) sustenta que esta nova forma de comunicação política mediatizada pode ter dois efeitos distintos, ora alargando o espaço de expressão do público, ou, em contrapartida, restringindo a “sua margem de manobra”. Assim, a questão que se coloca é saber se as sondagens avaliam efetivamente a opinião pública contribuindo para a instauração do debate público, ou em contrapartida impedem esse debate, ao “criar” essa opinião pública, amplificando-a e orientando a sua expressão.

Questão extremamente delicada: como podem os *media* influenciar a opinião pública? Serão eles simples amplificadores do fenómeno, uma caixa de ressonância? Ou conseguem eles criar, com todas as peças, um consenso em torno de um problema e, conseqüentemente, manipular de uma certa forma os indivíduos e instaurar um conformismo de pensamento? (Rieffel, 2004: 37).

Segundo Gabriel Tarde (1989), psicossociólogo que no início do século XX desenvolveu uma teoria moderna da opinião, a imprensa escrita teve uma grande influência no surgimento e desenvolvimento da opinião pública, devido à difusão em grande escala dos debates e das ideias que circulavam no seio das nossas sociedades. Partindo do princípio que a imitação é um dos fundamentos coletivos das sociedades humanas, no seu livro *L'opinion et la foule*, Tarde propõe-se distinguir a “multidão” do “público”. Assim, a primeira atuará de forma instável e impulsiva, podendo tornar-se intolerante e violenta, sujeita a preconceitos. Por outro lado, o “público” é constituído por sujeitos mais ponderados os quais “graças a uma espécie de «sugestão à distância»” se sentem ligados pela partilha das mesmas ideias (Rieffel, 2004: 38). Para Tarde o público é “uma coletividade puramente espiritual, uma disseminação de indivíduos fisicamente separados cuja coesão é puramente mental” (Tarde, 1989: 31).

No estrito modo de existência dos públicos não se pode ainda falar com propriedade de Opinião Pública, mas a sua dinâmica interna encontra-se já claramente orientada para a constituição de opiniões vinculativas. A espiritualidade dos públicos consiste numa comunhão de ideias partilhadas entre os seus membros, mas que deve ser objecto de construção: requer uma troca discursiva regular entre os participantes, sobre matérias de interesse comum e capazes de desencadear processos de opinião essencialmente livres e autónomos (numa base de diversidade interna e sem coacção) (Instituto de Filosofia da Linguagem, [s.d.])

Por outro lado, Gustave Le Bon (1895), considera que a “multidão” provém sobretudo das classes populares. Segundo este autor trata-se de um conjunto de indivíduos que são habilmente manipulados de forma a exercer pressão para servir a determinados

interesses políticos, económicos ou outros. A pesquisa de Le Bon acerca da unidade mental das multidões, levou a que ele identificasse diversos elementos psicológicos, como hipnose ou sugestão inconsciente, que poderiam despoletar as ações da multidão. Assim, na sua base podemos encontrar ativadores como o anonimato, as emoções que se estendem por imitação ou "contágio" ou o desaparecimento da consciência pessoal quando se está sob a influência da "multidão" (Le Bon, 1909).

Partindo da premissa de que os *media* desempenham o papel de um "cimento social" que unifica as opiniões dispersas e atenua os conflitos, Tarde propõe uma definição mais completa de opinião pública como "um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de juízos que, respondendo a problemas actuais, se encontram reproduzidos, em numerosos exemplares, em pessoas de um mesmo país, da mesma sociedade" (Tarde, 1989: 76). No entanto, esta polarização poderá também ser um fator de conflito ou de tensão, pois os *media* tanto podem fomentar a paz como exacerbar os ânimos dos seus leitores.

Schoenbach & Becker (1995: 326) salientam que todas as definições de opinião pública partilham um elemento comum fundamental: o da publicidade. Assim, muitas das opiniões das sociedades complexas só se tornam maioritárias porque foram largamente difundidas pelos meios de comunicação de massas, os quais funcionam como uma espécie de "correia transportadora" da opinião pública. Nesta perspetiva, todos os estudos sobre opinião pública terão de levar em consideração o papel desempenhado pelos *media*, ao "publicitar, moldar e criar essa opinião pública".

A publicidade garante a liberdade de de pensamento e a de expressão, princípio central da teoria de Kant, que pode ser compreendido um "conceito transcendental no direito público". Segundo os ideais iluministas kantianos a opinião pública comporta também uma dimensão ético-moral que defende que o homem é "incapaz de se servir do entendimento sem a orientação de outrem" (Kant, 1995: 11). No entanto, Kant sustenta também que se lhe for a dada a liberdade para "fazer um uso público da razão", o público acaba por se esclarecer a si próprio.

Acerca do efeito exercido pelos *media* na construção da opinião pública, De Vreese & Boomgaarden (2006) ressaltam que o papel dos meios de comunicação é especialmente relevante para a construção de fluxos de informação ou estímulos a que os cidadãos estão expostos e aumenta a relevância das questões da UE no debate público nos



Estados-Membros. Estes autores realizaram um estudo comparativo do conteúdo dos *media* e da opinião pública, na Holanda e na Dinamarca, antes e depois da reunião do Conselho Europeu de 2002, em Copenhaga. O estudo concluiu que, apesar dos meios de comunicação desempenharem um papel relevante nas mudanças da opinião pública, essa mudança depende do tom unilateral consistente (negativo ou positivo) da cobertura noticiosa. O estudo de De Vreese & Boomgaarden (2006: 430) confirmou as conclusões da literatura sustentando que "as considerações de ordem económica, as atitudes anti-imigração e a sofisticação política emergiram como os fatores mais importantes", que moldam a opinião pública, mas acrescenta a estes fatores a exposição dos *media*. Para De Vreese & Boomgaarden (2006) o conhecimento político e as opiniões dos cidadãos não podem ser formados no vácuo, mas são construídos e expostos a uma variedade de canais de informação e comunicação, que definem a esfera pública circundante, pelo que os meios de comunicação social são, assim, uma importante ferramenta para a construção do conhecimento e um fator importante para direcionar as atitudes positivas ou negativas dos cidadãos.

Os *media* constituem atualmente as estruturas de poder simbólico que direcionam a experiência social, promovendo e difundindo projetos políticos e visões do mundo em geral.

Ferramenta de eleição para a comunicação política, os *media* tornaram-se no “espaço público” onde ocorre a mediação entre a sociedade civil e o Estado e se exprime a opinião pública, o meio privilegiado onde “circulam as mensagens emanadas dos vários actores e centros de decisão política” (Mesquita, 2004:91).

Talvez nada ilustre melhor esta contraposição de modelos de espaço público do que as atuais discussões acerca da Europa, desse confuso aglomerado e interesses que, segundo tudo indica, ainda não conseguiu instituir-se como verdadeiramente comum. As eleições para o Parlamento Europeu costumam deixar bem claro como nos nossos discursos, nas nossas mentalidades e na nossa prática institucional estamos longe do horizonte de uma Europa verdadeiramente unida (Innerarity, 2006: 65).

O conceito de *campo* desenvolvido por Pierre Bourdieu (1990) permite compreender como se processam as relações entre os *media* e a política, dois domínios que se orientam por lógicas diferentes, mas que intervêm um no outro. Segundo Bourdieu:

o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher (Bourdieu, 1990: 164).

Este conceito definir-se-ia pela exigência de critérios exclusivos de avaliação dos factos, fixando os seus próprios objetivos, como a persecução do poder político, ou seja, este seria um campo autónomo, fechado sobre si próprio, “um universo obedecendo às suas próprias leis” (Bourdieu, 2000: 52). Contudo, no caso da política, este é um campo que necessita de se abrir periodicamente, submetendo-se ao escrutínio dos eleitores e a divisão de que é constituído esse modelo já não existe.

Assim, numa democracia representativa, onde as decisões políticas são tomadas por representantes eleitos pelos cidadãos, os *media* servem de elemento de ligação entre esses representantes e os seus eleitores. Segundo Leighley & Mifflin (2004: 134), esta função social dos meios de comunicação de massas deverá funcionar nos dois sentidos, ou seja, proporcionando informações ao público acerca das ações do governo e, em contrapartida, fazendo eco das opiniões e preferências dos cidadãos, relativamente à atuação dos governantes. O retorno dessa opinião pública pode ser um fator determinante nos “processos de formulação e implementação de decisões, moldando, formatando e condicionando opções” (Freire e Vinha, 2011: 38).

No entanto, para que essa comunicação política mediatizada se processe de forma democrática, torna-se necessário haver equidade no acesso aos meios de comunicação das diferentes representações do mundo social, dando lugar às diferentes vozes presentes na sociedade, para que participem do debate político. Em suma, o papel dos *media* na comunicação política não passa por ter uma postura neutral, mas por privilegiar um verdadeiro pluralismo, algo que devido aos próprios mecanismos de mercado, nem sempre se verifica (Miguel, 2002: 164).

### **2.3. Teoria de *agenda-setting* enquadrada na teoria construtivista**

Um dos temas mais atuais e polémicos prende-se com a questão da manipulação da opinião pública por parte dos *media*. Segundo Rieffel (2004: 41) “os media tanto podem impor os temas na ordem do dia e fomentar o conformismo, como podem alargar o

debate e favorecer a multiplicidade de opiniões”. Esta presunção de que os meios de comunicação de massas exercem um efeito cognitivo tão acentuado sobre os cidadãos “que estes últimos gozam de pouca autonomia no seu comportamento”, remete-nos para a teoria de *agenda-setting*.

A teoria do agendamento, ou *agenda-setting*, como é habitualmente conhecida, descreve a capacidade dos *media* para influenciar o destaque dos tópicos da agenda pública, definindo quais são as questões da atualidade. Desenvolvida por Maxwell McCombs e Donald Shaw num estudo efetuado em 1968 sobre as eleições presidenciais americanas, ela veio romper com o paradigma funcionalista de que a comunicação social não influenciava diretamente as audiências, dado que a experiência e vivência pessoal de cada individuo iria interferir nesses efeitos, relativizando-os. O estudo de McCombs & Shaw que veio comprovar que, em circunstâncias específicas e na abordagem de determinados assuntos, existem efeitos cognitivos diretos (Sousa, 2006: 501). Esta teoria confirma a perspetiva construtivista sobre o papel dos *media* na construção da realidade social.

De acordo com este constructo, a agenda *setting* é determinante para a construção e evolução das agendas temáticas, a que a política não se pode imiscuir. Assim, e neste contexto, a comunicação percecionada pelo entendimento da agenda *setting*, aborda os efeitos que os meios de comunicação exercem sobre as perceções da opinião pública nas mais dissemelhantes questões sociais. Assim, existe uma relação causal entre a agenda informativa e a agenda do público, pelo que se determina que os meios de comunicação condicionam as perceções dos representantes políticos, ou seja, como e quem estabelece as agendas, quem tem o poder de as controlar e como é que isso é realizado. Trata-se, portanto, da relação causal entre a agenda informativa e a agenda política.

A ideia da agenda *setting* emerge de um jogo coletivo de influência sendo que a relação entre os *media* e o público não pode ser isolada, uma vez que é parte de uma rede de interdependência em que as ações de um lado influenciam sistemicamente as atitudes dos outros (Marini, 2008).

Posteriormente McCombs & Shaw (1972) viriam a concluir que quanto maior é a ênfase dos meios de comunicação social sobre um tema e quanto mais continuada é a abordagem desse tema, maior é a importância que o público lhe atribui na sua agenda, enquanto que quanto mais intenso e alargado for o debate público acerca desse tema, menor é a influência que os *media* exercem na opinião pública.

Para Sousa (2006: 501), a abordagem da teoria de *agenda-setting* não constituiu propriamente uma novidade para os estudiosos da comunicação, pois já no início do século XX Gabriel Tarde (1989) afirmava que os media impunham “aos discursos e às conversas a maior parte dos seus temas quotidianos”, enquanto que seis décadas depois Cohen (1963) justificava que a comunicação social podia influenciar diretamente a opinião pública afirmando que esta “pode não ter frequentemente êxito em dizer às pessoas o que têm de pensar, mas surpreendentemente tem êxito ao dizer às pessoas sobre o que devem pensar” (Cohen, 1963: 120). No entanto os media são também um eco do recetor e só consegue chegar à sua audiência se lhes derem aquilo que ela espera.

Benjamin Page (1996:116) reforça o poder do *media* ao criar uma opinião pública que impõe uma certa visão dos acontecimentos, impedindo o jogo do debate democrático ao afirmar que:

Alguns meios de comunicação - especialmente jornais e revistas, mas às vezes também programas e redes de televisão - não refletem apenas as forças sociais e políticas em torno deles, eles trabalham ativamente para moldar o discurso político para os seus próprios fins<sup>6</sup> (Page, 1996: 116)

Em finais dos anos setenta do século XX começaram a surgir as abordagens que encaravam as notícias como o resultado de um processo de construção, surgindo então o conceito do “quarto poder”, que atribuía aos media a responsabilidade de vigiar e defender a opinião pública, contrapondo aos poderes instituídos “uma nova força social que é a imprensa” (Traquina, 1993: 23). Neste contexto a liberdade de imprensa ganhou uma nova relevância tornando imprescindível para a garantia do exercício da democracia.

No contexto das novas tecnologias da informação a teoria da agenda *setting* é ainda mais incisiva e contundente para com os agentes políticos, dada a velocidade com que as informações são avançadas. No entanto, e de acordo com McCombs (2006), esta aparente capacidade ilimitada de ir agregando cada vez mais páginas, cada vez mais informação, encontra um obstáculo tecnológico que se reflete no modo de atuação do próprio modelo. De facto, a rapidez informativa é contrariada pela velocidade a que as

---

<sup>6</sup> Tradução livre da autora. No original: *Certain media outlets – especially newspapers and magazines, but sometimes also television’s programs and networks – do not merely reflect the social and political forces around them, they actively work to shape political discourse to their own purposes* (Page, 1996: 116)

notícias perdem o interesse do público, ou, melhor dito, deixam de estar acessíveis à visualização pública, porque o alcance e o tempo disponível do público não encontra paralelo com a velocidade vertiginosa a que as notícias são publicadas.

Segundo Mesquita (2004: 72) a “fórmula do «quarto poder» foi muito utilizada pelas profissões dos media no debate político, com vista a reforçar a respectiva legitimidade no espaço público” e “colocar a imprensa em pé de igualdade com os grandes poderes de uma nação”. A origem política deste conceito remota ao séc. XIX, tendo sido utilizada pela primeira vez em 1821, em Inglaterra, pelo escritor William Hazlit para se referir de forma irónica, não ao conjunto da imprensa, mas a um jornalista em particular – William Cobbet – conhecido e temido pelas suas capacidades como panfletário.

Para Fonseca (2004:20) o reconhecimento da imprensa como um contrapoder, equiparou-a a uma instituição política democrática, com a premissa de que a democracia só subsiste em sociedades em que exista liberdade de expressão, difundida através dos meios de comunicação social. A sua função como quarto poder é agora mais completa e mais complexa, devido às novas tecnologias de comunicação e informação que expandem a esfera pública, ampliando a sua presença transnacional na opinião pública (Fonseca, 2004: 14). Segundo Fonseca (2004: 20) tendo em vista esses pressupostos caberá a pergunta: “quem controla o «quarto poder»?”



## CAPÍTULO III

### 3. Estudo de caso

#### 3.1. Introdução do Estudo de Caso

Neste capítulo iremos apresentar uma introdução ao estudo de caso, cuja análise empírica será feita no capítulo seguinte.

Conforme foi referido anteriormente, esta dissertação tem como objetivo analisar as relações existentes entre os *media*, a atividade política e a opinião pública e o modo como estes se influenciam mutuamente. Nesta perspetiva, propomos efetuar uma abordagem baseada na teoria construtivista, com a finalidade aferir qual é o papel dos *media* na construção da realidade social e da política externa, escolhendo para o efeito o contexto da “europeização” dos países membros da Comunidade Europeia que vivenciaram um período de crise económica e financeira.

Em 2008, teve início nos EUA uma crise financeira internacional que viria a ter repercussões desastrosas na economia da Zona Euro. Portugal, tal como outros países da União Europeia, como Espanha e Grécia, não ficou imune a esta crise. Com a sua situação económica a deteriorar-se, a que se somou a escassez de crédito e a crise da dívida soberana, Portugal foi obrigado em 2011, a solicitar auxílio financeiro à União Europeia, ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Central Europeu.

O estudo de caso que selecionámos para esta dissertação visa analisar a experiência de crise vivida em Portugal e o impacto que as notícias veiculadas nos *media* sobre os três últimos encontros do comité constituído por um representante do Banco Central Europeu, do Fundo Monetário Internacional e da Comissão Europeia (Troika) em Portugal, tiveram na opinião pública dos portugueses e dos alemães.

Para o efeito elegemos os sites *online* de três jornais portugueses de grande tiragem - o *Correio da Manhã*, o *Público* e o *Expresso* – assim como de três publicações alemãs, a saber, o *Bild Zeitung*, o *Frankfurter Allgemeine Zeitung* e a revista *Der Spiegel*.

Na base da escolha das nacionalidades dos jornais, está o facto de que, no caso português estes corresponderem à nacionalidade do país afetado pela crise e alvo

concreto das reuniões que estiveram na base da produção jornalística, e no caso alemão se tratarem de publicações do país que é o principal credor do resgate financeiro, e subsequentemente ter sido aquele que, durante o processo de reestruturação da dívida portuguesa mais pressão exerceu, tendo estado mais atento aos procedimentos e atitudes do Governo Português.

### **3.1.1. Identidade Portuguesa**

Um dos mais iminentes historiadores portugueses da atualidade, José Mattoso, defende a primazia do Estado na formação da Nação, argumentando que “o que cria e sustenta a identidade portuguesa é, de facto, o Estado”, justificando que é este facto que faz com que “o processo de eclosão da consciência nacional [seja] tão lento e a sua expressão popular tão tardia” (Mattoso, 2006: 49). No entanto, enquanto José Mattoso, tal como Boaventura Sousa Santos, analisam a identidade portuguesa segundo uma ótica de cultura de fronteira, característica de uma nação periférica, Eduardo Lourenço desvaloriza a relevância do espaço geográfico, considerando-o uma falsa questão. No seu artigo “«Lá fora» e «Cá dentro» ou o fim de uma obsessão” Lourenço (2004) relativiza a questão, salientando que a própria «Cá dentro» revela a personalidade algo insular dos portugueses e a sua noção de vivem numa ilha “cercados de mundo, que visto e sentido do interior da ilha que somos, ou da nossa interioridade simbólica, é um «Lá fora» que, em última análise, nada altera o sentimento de intimidade, de conforto, de plenitude que nos confere a ideia de cá dentro” (Lourenço, 2004: 163).

Seguindo a mesma perspetiva de Anderson, com as suas “comunidades imaginadas”, Hobsbawm avança com uma proposta de “tradições inventadas”, que integra os costumes que ao longo do tempo emergiram de uma forma mais ou menos difusa, mas que rapidamente foram adotadas pelas sociedades. Essas tradições incluem os símbolos, os rituais e as práticas sociais comuns a essas sociedades e que chegam inclusive a tornar-se marcas de uma nação, como os hinos e as bandeiras, que tendo emergido dos movimentos nacionalistas e de formação dos Estados, caracterizam atualmente as nações europeias (Hobsbawm, 1998). Para este autor, as identidades não surgem naturalmente, mas são inventadas (Hobsbawm & Ranger, 1983).



Essas marcas identificadoras de uma nação, ou símbolos nacionais, tornaram-se os códigos semióticos dessa identidade, que integram a História de um povo e o legitima como tal. Segundo Mattoso (2006: 17-18) o processo de consciencialização nacional recorreu frequentemente ao uso constante de "emblemas e sinais concretos, como o escudo de armas do rei, a bandeira nacional e a moeda", que se tornaram, de facto, sinais identificadores da nação portuguesa. O autor refere ainda que "a sua categoria simbólica dotava-os de um poder emocional que contribuiu para fazer esquecer o seu sentido primitivo de emblemas de dominação" (Mattoso, 2006:18).

No caso de Portugal, estes símbolos transformaram-se na marca da sua "portugalidade", quer sejam eles símbolos oficiais como o hino e a bandeira nacional, o Chefe de Estado e o Brasão de Portugal, que a Constituição Portuguesa identifica<sup>7</sup>, ou outros estereótipos que o universo imaginário lusitano adotou como seus e que os *media* amplamente difundiram, tal como, por exemplo, o pastel de nata e o bacalhau, provenientes do nosso património gastronómico, ou o "Zé Povinho" e o "Galo de Barcelos" oriundos da nossa tradição artesanal, ou ainda o Fado, o género musical tipicamente português que se tornou Património Imaterial da Humanidade.

Estes símbolos, ou se preferirem, estas marcas identificadores da portugalidade, foram explorados de forma exaustiva pelo Estado Novo, como afirmação do seu domínio político, tornando-se nos elementos simbólicos que deram consistência ao regime. Feitos históricos como a epopeia dos Descobrimentos, foram revisitados como uma manifestação da grandeza da "alma lusitana" e da sua "raça", patentes sobretudo naquela que é provavelmente a maior operação de propaganda do Estado Novo: a Exposição do Mundo Português<sup>8</sup>. De notar, que mesmo no século XV, quando, devido aos descobrimentos e à expansão portuguesa, Portugal se tornou no centro do mundo, nunca foi, contudo, o centro da Europa.

Esta característica, tipicamente portuguesa, de subalternização face ao resto de Europa,

---

<sup>7</sup> Estes quatro símbolos nacionais constam da Constituição da República Portuguesa - Princípios fundamentais - Artigo 11.º - Símbolos nacionais - Lei Constitucional nº 1/97, disponível em: <http://www.presidencia.pt>, [consultado em 2016.04.03].

<sup>8</sup> Realizada em Lisboa em 1940, esta exposição foi a maior do seu género até à Expo 98. Tendo como objetivo oficial comemorar, conjuntamente, a data da fundação Portugal (1140) e da restauração da independência (1640), teve lugar num período de consolidação do Estado Novo, tornando-se no acontecimento político-cultural mais marcante do regime. Enquanto no resto da Europa de viviam os horrores da Segunda Guerra Mundial, este evento serviu para demonstrar a eficácia governativa do regime e a sua capacidade de manter Portugal à margem da devastação mundial, numa aparente atmosfera de progresso e de prosperidade (Hemeroteca Municipal de Lisboa, 2005).

explica por motivo Portugal assumiu um papel conformista, de acomodação e resignação ao seu estatuto de semiperiferia e que este fator implica também uma visão da sua própria identidade. Já a Grécia, um país periférico em relação à UE, teve uma postura completamente diferente.

### 3.1.2. Identidade Alemã

No primeiro capítulo desta dissertação quando abordámos o conceito de identidade nacional, concluímos que é possível fazer a distinção entre as diversas identidades nacionais, partindo da perspectiva que analisa os diferentes processos de construção de nação e formação de Estado e que gera essas mesmas identidades através de distintas trajetórias.

Para Spohn *et al.* (2003: 96) o processo de formação da identidade alemã está marcado por um forte nacionalismo político, o qual, por sua vez deriva de um nacionalismo cultural e étnico<sup>9</sup>. Esta perspectiva é partilhada por Brubaker (1992: 9f) e Greenfeld (1992: 358-371), os quais sustentam que o conceito alemão de nação está geralmente associado à construção de uma nação cultural etnicamente definida, que se refere ao povo alemão como uma comunidade, mas que não o associa nem a um Estado (nacional), nem a uma legitimação democrática.

Durante o Romantismo, tanto Herder com o seu *Volksgeist*<sup>10</sup>, como Fichte com os seus *Reden an die deutsche Nation*<sup>11</sup>, quiseram demonstrar que o conceito da nação alemã incluía uma auto percepção “essencialista” da germanidade, que é considerada antiética pelos padrões do modo de pensar francês ou americano (Spohn *et al.*, 2003: 106).

Até recentemente a imagem que os alemães faziam de si próprios, baseava-se ainda no estereótipo do germanismo ariano para se apresentarem como uma população etnicamente homogénea. Dittgen (1996: 10f) ilustra esta afirmação citando o caso de uma brochura oficial, datada de 1991, e emitida pelo Centro Alemão de Informação de New York, onde se pode ler: “Para os americanos compreenderem os fundamentos

---

<sup>9</sup> Existe também um debate acerca do nacionalismo cívico e étnico. Enquanto o étnico se encontra usualmente mais associado à Alemanha, o nacionalismo cívico é mais associado aos Estados Unidos e à França. Este é, contudo, um debate que continua em aberto.

<sup>10</sup> *Espírito do povo* (tradução da autora).

<sup>11</sup> *Discursos à Nação Alemã* (tradução da autora).

psicológicos do atual debate entre os alemães sobre como lidar com a imigração, é necessário entender que, ao contrário da tapeçaria multiétnica dos Estados Unidos, as nações-Estados da Europa, têm sido tradicionalmente etnicamente homogêneas”<sup>12</sup> (citado em Dittgen, 1996: 10f).

Segundo Spohn *et al.* (2003: 106), dificilmente a Alemanha poderia ser vista como um protótipo de nação onde os conceitos de nação, comunidade étnica e Estado nacional coincidiram. A ideia de homogeneidade étnica da nação alemã, que está inerente ao conceito de *Volksgemeinschaft*<sup>13</sup>, codificados nas leis alemãs de 1913, nascidas do culminar do processo de formação da nação alemã, têm uma conotação que encontra expressão numa forma de política popular, que é, no fundo, racista. Este desenvolvimento não foi determinado por Herder, no período romântico, mas deriva de outras situações, como a fragmentação dos Estados alemães no século XIX (Spohn *et al.*, 2003: 107).

A legislação de 1913 e a ideia da comunidade do povo ainda está no centro da definição de que o povo constitui o estado e pode ser encontrada na constituição alemã (*Grundgesetz*). Pode-se deduzir do preâmbulo, no qual “o povo alemão” aparece como um “substrato nacional racista (*völkisch*)” (Oberndörfer, 1991:60), assim como do artigo 116 e das leis de 1953 respeitantes aos alemães que foram expulsos da sua pátria depois da guerra (*ibid*; Brubaker, 1992:168-171). A teimosa recusa de todos os governos em reconhecer que a Alemanha era um país de imigrantes também ajudou a consolidar este conceito (cf. Kurthen/Minkenberg, 1995; Hollifield, 1996)<sup>14</sup> (Spohn *et al.*, 2003: 108).

Num artigo de 2004, intitulado *Discursos simbólicos e símbolos discursivos: considerações sobre a etnografia da identidade nacional*, Jens Schneider, que é professor no Instituto de Ciências Culturais da Universidade de Bremen, na Alemanha, publicou os resultados da sua investigação, sobre a antropologia do discurso, exemplificada com materiais oriundos de pesquisas sobre identidade nacional realizadas

---

<sup>12</sup> Tradução livre da autora. No original: “For Americans to understand the psychological underpinnings of the current debate among Germans on how to deal with immigration, it is necessary to realize that, unlike the multi-ethnic tapestry of the U.S., the nation-states of Europe have traditionally been ethnically homogeneous” (citado em Dittgen, 1996: 10f)

<sup>13</sup> *Comunidade do povo* (tradução da autora).

<sup>14</sup> Tradução livre da autora. No original: “The law of 1913 and the idea of the community of the people still lie at the centre of the definition of the people constituting the state as it can be found in the German constitutive (*Grundgesetz*). It can be deduced from the preamble, in which “the German people” appears as a “racist (*völkisch*) – national substratum” (Oberndörfer, 1991:60), as well as from article 116 and the laws from 1953 concerning those Germans who were driven out of their homeland after the war (comp. *Ibid*, and Brubaker, 1992:168-171). The stubborn rejection of all governments to recognize the reality of Germany being an immigrant country also helped to consolidate this concept (cf. Kurthen/Minkenberg 1995; Hollifield 1996)” (Spohn *et al.*, 2003: 108)

na Alemanha e no Brasil, e que visava propor uma distinção teórica entre a construção da identidade nacional alemã - centrada no discurso - e brasileira - centrada nos símbolos - (Schneider, 2004).

Schneider defende que “a análise das identidades e dos seus princípios básicos de estruturação deve voltar-se antes para as *condições* e *processos* políticos e históricos da formação em si, do que para seu ‘conteúdo cultural’, qualquer que seja” (Schneider, 2004).

Para este estudo, Schneider teve de levar a cabo dois projetos de investigação etnográfica centrados em grupos-alvo, tanto no Brasil, como na Alemanha. Para o seu “projeto alemão”, que decorreu entre 1995 e 1996, o autor selecionou a cidade de Berlim, a capital da então recentemente unificada Alemanha, e o único espaço urbano do país onde os alemães orientais e ocidentais eram "obrigados" a conviver e interagir.

Schneider direcionou o seu estudo para os *processos* de construção das diferenças, partindo do princípio que os processos de formação das nações e dos grupos étnicos obedecem essencialmente às mesmas regras e colocando “a nação como um "subtipo" — histórica e politicamente específico — de formação étnica. Segundo o autor, “a antropologia pode desempenhar um papel proeminente nos estudos interdisciplinares da identidade, sobretudo em vista de seu rico acervo de pesquisas sobre uma vasta gama de processos de formação grupal” (Schneider, 2004).

Para este investigador é importante identificar o *locus* social onde a formação da identidade se processa, dado que esta não é apenas uma representação simbólica, mas um instrumento poderoso, capaz de reproduzir os princípios básicos nos quais ela foi fundada e inclusive “mobilizar rapidamente milhões de pessoas para "morrer pela nação". Ou, pelo menos, para sentar em frente à televisão e torcer pela seleção de futebol durante uma competição internacional” (Schneider, 2004).

No que concerne à germanidade, ou identidade alemã, e às suas origens no transcurso da sua história nacional, Schneider verificou que os ideais constitucionais básicos sobre cidadania e nacionalidade dão ênfase à ascendência. Assim, segundo as leis alemãs de cidadania, os filhos de alemães, independentemente do seu local de nascimento têm nacionalidade alemã garantida (*jus sanguinis*)<sup>15</sup>. Em contrapartida, um indivíduo

---

<sup>15</sup> Direito do sangue. Princípio segundo o qual a pessoa herda a nacionalidade dos seus pais ou ascendentes (Schneider, 2004)

nascido em solo alemão, cujos pais não possuam nacionalidade alemã, não lhe é concedida automaticamente a cidadania alemã (Schneider, 2004).

As leis que regulamentam a cidadania alemã têm sido objeto de extensos debates nas duas últimas décadas, pois o princípio de *jus sanguinis* já não se coaduna com a realidade vivida atualmente na Alemanha, marcada pelos fluxos de imigração que aumentaram a diversidade étnica no seio sociedade alemã contemporânea.

Para Schneider este conceito de identidade alemã, remete para o seu passado nacional-socialista, com a sua ideologia racista de "sangue e solo". Segundo o autor, “a construção de uma germanidade baseada na 'ascendência' pode ser altamente problemática, sobretudo para os membros das ‘elites discursivas’” (Schneider, 2014).

De referir que no decurso da sua investigação, Schneider verificou que a maior parte dos entrevistados revelaram que a sua conceção de identidade assentava na noção de ascendência, presente no discurso dominante sobre a germanidade, confirmando o seu sentimento de pertença à Alemanha, quando os interrogaram sobre qual seria sua identidade caso fossem filhos dos mesmos pais, mas tivessem nascido noutra país (Schneider, 2014).

Essa noção de ascendência ficou ainda mais reforçada quando um dos entrevistados, colocou a ênfase nos seus “pré-requisitos biológicos”, para sugerir que a identidade alemã “também apresenta componentes "racializados", já que, na interação quotidiana, a cor da pele funciona como um "indicador visível" de origem ou descendência estrangeira e ambos os aspectos equivalem a uma *não-germanidade*” (Schneider, 2004).

Tal como acontece com os portugueses que adotaram diversos elementos simbólicos, utilizados como marcas identificadoras da portugalidade, também os alemães buscam a legitimidade da sua identidade na sua noção de *Deutschtum* (germanidade). Sob a ótica do *Deutschtum* a ideia de nação possui um conteúdo étnico irredutível, onde se funde nação e *Volk* (povo) e se propaga através das suas tradições culturais, como a célebre Oktoberfest de Munique que tem uma congénere em Blumenau, no Brasil, promovida pela comunidade de descendentes de colonos alemães aí residentes e que perpetua a nação alemã como um entidade supraterritorial, assente numa herança cultural e linguística comum, que une um povo da mesma origem (Mauch & Vasconcellos, 1994:

210). Estas marcas de germanidade são visíveis na sua tradição gastronómica, com a cerveja e a salsicha alemã, elementos que remetem de imediato para o imaginário germânico.

No entanto, apesar de ser um povo orgulhoso das suas raízes, o choque provocado pela Segunda Guerra Mundial, deixou sequelas na imagem que os outros povos têm dos alemães, o que os leva a sentirem-se mais constrangidos quando instados a falar sobre o tema das identidades e dos nacionalismos, sendo que esta característica é também um traço da sua própria identidade e os alemães ainda se encontram, constantemente, a ser ensombrados pelo seu passado obscuro. Devido a essas sequelas, os conceitos de "identidade alemã" e a noção de "germanidade" ainda são relativamente recentes. Mesmo sem as consequências da Segunda Guerra Mundial a pairar constantemente sobre suas cabeças, muitos alemães estão começando a criar uma nova identidade para si próprios. Então, o que realmente significa ser alemão atualmente?

Num estudo publicado em 1999, Thomas Banchoff, desenvolve um quadro analítico desenhado para identificar o conteúdo da identidade do Estado alemão do ponto de vista construtivista. O autor procurou apresentar os efeitos dessa identidade face à política europeia seguida pela Alemanha na esteira de reunificação, pressionando para uma integração económica e política mais profunda, como parte de uma comunidade supranacional emergente. Segundo o autor identidade europeia supranacional não emergiu subitamente, após 1990, mas tem raízes profundas que remontam às décadas do pós-guerra (Banchoff, 1999: 274).

Em 2006, um grupo de 28 estudantes de desenho fotográfico da Escola Superior Técnica de Dortmund inauguraram uma exposição durante as Jornadas Fotográficas Internacionais de Mannheim, onde apresentaram os resultados das pesquisas levadas a cabo por toda a Alemanha, com o intuito de identificar o típico alemão. "*A arte de ser alemão*", assim se chamava a exposição revelava os estereótipos alemães, desde o consumo de salsichas e cerveja até ao hábito de separar o lixo e outras virtudes consideradas exclusivo dos alemães, como a pontualidade. Curiosamente, uma das alunas apresentou retratos de filhos de estrangeiros que, apesar de terem nascido na Alemanha, continuam sendo considerados "estrangeiros" no imaginário identitário alemão.

Esta é, aliás, uma das características mais visíveis do *Deutschum*, onde os conceitos de identidade<sup>16</sup>, cidadania<sup>17</sup> e nacionalidade<sup>18</sup>, longe de se misturarem permanecem teimosamente separados, num mundo marcado pela transnacionalidade e pelas crescentes migrações internacionais.

### 3.1.3. Identidade portuguesa e alemã na União Europeia

Segundo o artº 2º do Tratado da União Europeia (UE), esta foi fundada nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias (TUE). Na prática isso implica que aos olhos da União Europeia os cidadãos de todos os seus países membros são iguais e têm os mesmos direitos – direito à dignidade, a liberdades, à igualdade, à solidariedade, à cidadania e à justiça<sup>19</sup> – assim como os mesmos deveres – nomeadamente o respeito pelo Estado de direito, para proteção desses valores - pelo facto de serem "cidadãos europeus".

No entanto, o facto de serem todos cidadãos europeus e conseqüentemente partilharmos uma mesma identidade europeia, não implica que as respetivas identidades nacionais tenham perdido a sua preponderância, submetendo-se a um paradigma mais amplo e subsequentemente mais abrangente.

No âmbito da União Europeia, as identidades alemã e portuguesa apresentam facetas distintas, pois para além das questões culturais e históricas que as separam – desde já patentes no modo como as respetivas identidades nacionais se formaram – as questões económicas, nomeadamente as respetivas posições que ambos os países ocuparam, e que se acentuaram no contexto da crise financeira na Europa, faz com os dois países se assumam respetivamente como credor e devedor, posição essa que, obviamente, fragiliza Portugal.

---

<sup>16</sup> Acerca do conceito de identidade vide supra **3.1.1. Identidade portuguesa.**

<sup>17</sup> Por cidadania entende-se o estatuto de membro de um país, reconhecido por lei. Uma mesma pessoa pode ter múltiplas cidadanias, como é o caso de filhos de emigrantes que podem ter direito à cidadania do país nasceram e simultaneamente à do país de origem dos pais.

<sup>18</sup> O termo nacionalidade é muitas vezes utilizado como sinónimo de cidadania. No entanto, pode ter significados diferentes, como o da pertença a um grupo étnico grande, como, por exemplo, o da nação cigana.

<sup>19</sup> Ver Carta dos Direitos Fundamentais. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=URISERV:l33501&rid=6>

Porém, essa aparente posição de “membro subalterno” que coloca Portugal e outros países devedores debaixo do domínio da Alemanha contradiz a própria génese da criação da União Europeia. Senão, vejamos.

Historicamente a ideia da criação de uma comunidade de países europeus que se pudessem apoiar mutuamente com vista ao seu desenvolvimento económico, surgiu no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, numa Europa arruinada por um conflito sem precedentes em termos de perdas de vidas humanas e danos materiais.

A Alemanha, derrotada no conflito, foi responsabilizada pela guerra, gerada pela política expansionista do regime nazi, e perdeu parte considerável do território que possuía antes da guerra que foi ocupado pelas potências vencedoras.

Face ao fim da histórica hegemonia europeia sobre o mundo e perante a emergência do Estados Unidos e da União Soviética como as duas novas superpotências, mais fortes, militar e economicamente, que o total de todos os países europeus, as rivalidades e as tendências nacionalistas existentes no período anterior à guerra foram gradualmente amenizadas, à medida que crescia uma nova consciência da necessidade de trabalhar para paz, de modo a evitar um novo conflito.

O primeiro passo para o início da integração europeia partiu de Robert Schumann, então ministro da Relações Exteriores de França, o qual num discurso proferido a 9 de maio de 1950 e que ficou conhecido como Declaração Schumann, apelou aos países europeus que se unissem a fim de instituírem a criação de uma única autoridade transnacional que controlasse o mercado siderúrgico, integrando a produção industrial e fornecimento de matérias-primas.

A CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) nasceria em 1952, tendo como países membros o Benelux – um grupo económico criado em 1944 e formado pela Bélgica, Holanda e Luxemburgo – a que se juntaram a França, Alemanha e Itália.

A 25 de março de 1957, o Tratado de Roma, daria origem à Comunidade Económica Europeia (CEE) ao Mercado Comum Europeu (MCE), ampliando-se o âmbito dos acordos económicos, que agora não se limitavam apenas à siderurgia. Ao longo das décadas seguintes a *Europa dos Seis*, duplicou convertendo-se na *Europa dos Doze*, com a entrada da Inglaterra, Irlanda, Dinamarca, Grécia, e, em janeiro de 1986, de Espanha e Portugal. O Tratado de Maastricht, ou Tratado da União Europeia, assinado a 7 de fevereiro de 1992, deu origem ao que é hoje conhecido por União Europeia e



lançou as bases para a criação de uma moeda única europeia: o euro (Conselho das Comunidades Europeias/ Comissão das Comunidades Europeias, 1992). Atualmente a União Europeia integra 28 Estados membros, após a adesão da Croácia em julho de 2013.

Segundo Philipp Bagus (2012) apesar da introdução do euro implicar algumas desvantagens para a Alemanha face ao marco alemão, então a moeda mais forte<sup>20</sup>, o governo alemão optou por o sacrificar com objetivo de abrir caminho para a reunificação do país em 1990. Mais temida do que o poderio bélico com tinha assolado a Europa durante a Segunda Guerra Mundial, a moeda alemã representava uma nova ameaça que fazia tremer países como a França e o Reino Unido aterrorizados “com a ideia de uma Alemanha unificada e forte”. Convinha pois privar a Alemanha da “sua arma mais temida”<sup>21</sup>. A solução estava na união monetária pois,

como Mitterrand havia dito para Thatcher após a reunificação alemã: *“Sem uma moeda única, todos nós — vocês e nós — estaremos sob domínio alemão. Quando eles elevarem as taxas de juros lá, nós temos de fazer o mesmo, e vocês também, mesmo que não participem do nosso sistema monetário. Somente poderemos ter voz ativa se houver um Banco Central Europeu no qual possamos tomar decisões conjuntas”* (Traduzido de uma citação em Hannich, *Die kommende Euro-Katastrophe*, p. 22, citado por Bagus, 2012).

Apesar de tudo, o sacrifício do marco também trouxe vantagens para a Alemanha, em especial para o setor exportador alemão, dado que os outros países da zona euro não podiam agora desvalorizar as suas moedas com o intuito de tornar as suas empresas exportadoras mais competitivas. Para além disso, os sucessivos deficits dos países do sul da Europa acabariam por enfraquecer o euro, relativamente aquilo que o marco alemão, estimulando as exportações alemãs, que adquiriram assim uma vantagem competitiva em relação aos países de fora da zona do euro (Bagus, 2012).

Mais fortes e mais avançadas em termos tecnológicos, as empresas alemãs suprimiram a concorrência estrangeira, mas o evento que teve uma importância crucial para que este “milagre económico” se operasse permanece teimosamente ignorado e é algo que a Alemanha muito convenientemente prefere “esquecer”.

---

<sup>20</sup> Na época, o Bundesbank detinha um enorme poder sendo temido pelas outras nações porque as forçava repetidamente a adotar políticas monetárias mais austeras ou a realinhar suas taxas de câmbio (Bagus, 2012).

<sup>21</sup> Após a abolição do padrão-ouro, o marco alemão de certa forma veio a ocupar o seu lugar, assumindo-se como um novo padrão. A sua força provinha de um comportamento menos inflacionário em comparação com a maior parte dos outros bancos centrais europeus (Bagus, 2012).

Com efeito, a 27 de fevereiro de 1953, um tratado assinado em Londres e ratificado por 20 países, entre os quais se encontravam a Grécia, Irlanda e Espanha, perdoava mais de metade da dívida contraída pela Alemanha, antes e depois da Segunda Guerra Mundial, e permitia um reescalonamento da dívida restante para um período de 30 anos. Com este plano, o Acordo de Londres de 1953 visava também assegurar o crescimento económico do país devedor e a sua capacidade efetiva de pagamento, ao estabelecer a possibilidade da Alemanha suspender os pagamentos e renegociar as condições “caso ocorresse uma mudança substancial que limitasse a disponibilidade de recursos” (Toussaint, 2006). O alívio do fardo da dívida contraída pela Alemanha foi determinante para este país de tornar numa grande potência económica mundial, e subsequentemente para a posição de maior preponderância que ocupa atualmente, enquanto ator, nas decisões tomadas pela União Europeia.

O perdão da dívida alemã - o qual tem sido estrategicamente “esquecido” tanto pela historiografia alemã, que não faz qualquer menção a este facto nos livros de história que constam nos programas escolares alemães, como pelos *media*<sup>22</sup> – e que foi decisivo para o seu “milagre” económico, contrasta flagrantemente com o tratamento que é dispensado atualmente aos países devedores, a que não é alheio um certo preconceito, patente inclusive na própria sigla utilizada para se referirem a eles – “PIIGS”<sup>23</sup> – usada frequentemente para reduzir socialmente esses países, condicionalismos esses que têm contribuído para a criação de barreiras entre o Norte e o Sul da Europa<sup>24</sup>.

Com efeito, Portugal e Alemanha encontram-se em polos opostos face à União Europeia. O primeiro pertence ao grupo dos países pobres e o segundo ao dos ricos, dicotomia que é acentuada também pelos binómios Sul/Norte e centro/periferia. Para além disso, já antes da crise, ambos os países ocupavam lugares muito diferentes. Enquanto que a Alemanha foi um país central para a criação da União Europeia, Portugal só veio posteriormente a aderir à EU. Assim, também neste aspeto, o nosso país pode ser considerado periférico, pelo que o contexto da crise só veio reforçar esta hierarquia.

Em face do exposto, algumas questões se levantam:

---

<sup>22</sup> A ausência da referência nos *media*, a este perdão da dívida alemã, consubstancia uma prática clara de manipulação das notícias em benefício da Alemanha.

<sup>23</sup> Que se confunde facilmente com “*pigs*” (porcos em inglês).

<sup>24</sup> Correspondendo geograficamente aos países ditos “ricos” (Norte) e aos países “pobres” (Sul).

- Estarão atualmente as identidades portuguesa e alemã, mais separadas entre si, devido à organização do próprio sistema europeu, não tendo seguido no sentido da convergência, tão desejado pelos criadores da própria União Europeia, como Jacques Delors?

- Segundo documentos da UE, a Alemanha é um país direcionado para a produção e Portugal é um país mais ligado aos serviços. Será que estas diretivas da União Europeia não condicionam a identidade e o posicionamento destes dois países na União Europeia?

- Nesta fase, ser um cidadão europeu é de facto igual para qualquer nacionalidade, como é o caso, por exemplo, de Portugal e da Alemanha?

- Estaremos a caminhar para um futuro marcado pelo federalismo<sup>25</sup>, de aproximação de identidades, ou irão estes períodos de crise exacerbar os nacionalismos?

- Qual é a nossa identidade? Somos portugueses ou somos europeus? O que é certo é que quando questionadas as pessoas sentem-se mais cidadãos do seu país, do que cidadãos da Europa. No entanto, a democracia supranacional é cada vez mais importante e no contexto europeu, a identidade não pode ser uma visão fechada nem hermética, mas que abre horizontes.

### **3.2. O contexto da crise financeira europeia**

Nesta fase importa esboçar o contexto em que surgiu a crise financeira europeia, também denominada crise financeira da Zona Euro, a qual afeta alguns países da União Europeia – entre os quais Portugal – e que tem dificultado o pagamento ou a reestruturação da sua dívida pública sem a ajuda de terceiros (Haidar, 2012).

O descontrole da dívida pública desses países deve-se essencialmente a problemas fiscais gerados pelo desequilíbrio entre os gastos públicos e o dinheiro arrecado por meio de impostos. Para poderem equilibrar as suas balanças esses países começaram a

---

<sup>25</sup> Por federalismo entenda-se aqui um modelo forte que seja capaz de unir as diferentes configurações político-institucionais que se cruzam na Europa, com o fim de desenvolver um modelo europeu que, apoiado nestas diferenças, seja mais forte que elas.

acumular dívidas. O Tratado de Maastricht, que criou a Zona Euro em 1992, estabelece o limite de 60% para a relação do endividamento de um país sobre o seu PIB. No caso da Grécia, por exemplo, essa relação ultrapassa em mais do dobro o limite estabelecido, o que ilustra o ponto a que chegou o descontrole das suas contas públicas.

A crise da dívida pública europeia começou a apresentar os primeiros indícios do seu surgimento na sequência do escândalo financeiro que rebentou nos Estados Unidos, proveniente da “bolha” de especulação do mercado imobiliário. Na altura temeu-se que, à semelhança dos bancos americanos, também vários bancos europeus possuíam ativos de alto risco sustentados em hipotecas com os valores gravemente inflacionados.

Os altos níveis de endividamento do governo e de algumas entidades privadas de vários Estados europeus agravaram-se quando a crise de 2008 confirmou essas suspeitas e os governos desses países resolveram resgatar os seus sistemas bancários através da transferência das dívidas privadas, geradas pela especulação imobiliária, para a dívida pública (Gross, 2011).

A injeção massiva de capital nas economias dos países afetados agravou os déficits nacionais, já muito elevados. Outro dos contributos para a crise e que limita a capacidades dos governantes europeus para encontrar soluções para a resolver é o facto de que, apesar da estrutura da Zona Euro assentar numa única moeda, o que os impede de empregar uma política monetária independente para combater a crise económica, a essa união monetária não corresponde uma união fiscal, o que faz com que cada país possua impostos e regras de pensões públicas diferentes. Para além disso, os sistemas bancários europeus possuem significativas quantidades da dívida pública soberana dos respetivos países o que reforça as preocupações dos mesmos com a sua solvência (Gross, 2011).

Na Grécia, um dos países mais afetados, fruto de compromissos insustentáveis com os salários e as pensões do setor público, a situação agravou-se quando uma reportagem publicado no jornal *The New York Times*, em fevereiro de 2010, revelou a existência de acordos entre esse país e o banco Goldman Sachs com o objetivo de esconder parte da sua dívida pública (Gross, 2011).

Na sequência dessa notícia a Comissão Europeia decidiu investigar esse assunto, desencadeando uma onda de desconfiança nos mercados, que levou a que, em abril

desse ano, as agências de dotação financeira procedessem a uma reclassificação em baixa das notas dos títulos soberanos da Grécia, assim como de Espanha e de Portugal, agravando o clima de pessimismo já existente, e fazendo recuar os investidores, receosos de que esses países não tivessem capacidade para honrar as suas dívidas (Gross, 2011).

Os efeitos dessa desconfiança poderiam ser desastrosos para a Europa, pois ao disseminar o pânico nos mercados financeiros, este iria refletir-se na atividade bancária, fazendo com que um excesso de cautela impedisse a concessão de crédito a empresas e particulares (Gross, 2011).

Por outro lado, a súbita venda de ações e títulos europeus, por parte dos investidores provocaria a fuga de capitais, que afetaria não só os países sobre-endividados, como também aqueles que têm as contas equilibradas, dado que não se poderia desvalorizar a moeda para controlar a situação (Gross, 2011).

A solução encontrada passa por impor sacrifícios à população, como corte de salários e redução de benefícios sociais. Esse tipo de soluções cria o risco de gerar um círculo vicioso, tornando-se numa armadilha, pois havendo menos dinheiro para fazer a economia girar - numa altura em que é necessário haver crescimento para se poder arrecadar mais impostos e reduzir o endividamento – essa estagnação pode conduzir a uma recessão. Num segundo momento os esforços de ajuste fiscal ficariam prejudicados, obrigando à implementação de medidas de austeridade ainda mais severas, que gerariam mais recessão, num círculo contínuo de empobrecimento e miséria (Gross, 2011).

Sendo a Europa um dos maiores mercados consumidores do mundo, os efeitos económicos far-se-iam sentir a nível global, com a diminuição da importação de bens e serviços.

Face à gravidade da situação, os ministros da finanças dos países da Zona Euro, decidiram criar, no início de 2000, o Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) e o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE).

Para combater a crise da dívida pública europeia, o BCE (Banco Central Europeu) implementou medidas política e programas de resgate financeiro, propondo também a redução das taxas de juro e concedendo créditos baratos, para manter os fluxos monetários entre os bancos europeus. Para além dessas medidas, e com o intuito de

acalmar os mercados financeiros, o Banco Central Europeu anunciou também, em 6 de setembro de 2012, a concessão de apoio ilimitado e sem custos a todos os países da Zona Euro com programas preventivos ou de resgate, implementados pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira e pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade, através da redução da taxa de juro associado a OMT<sup>26</sup> (*Outright Monetary Transactions*) (European Central Bank, 2012).

Para além dos efeitos adversos gerados nas economias dos países mais atingidos, a crise da dívida pública europeia teve também um significativo impacto político no governo de oito dos países-membros da União Europeia, que se traduziu não só em mudanças de poder em Portugal, como também na Grécia, Irlanda, Itália, Espanha, Eslovénia, Eslováquia e Países Baixos. Assim, esta crise que se está agora a analisar, mais do que uma única crise, consistiu, no fundo, num conjunto de várias crises – da dívida soberana, dos bancos, do modelo da integração – que todas somadas contribuíram para abalar os alicerces políticos dos países afetados.

### **3.3. O contexto da crise financeira que deu origem à entrada da Troika em Portugal**

De entre os países da Zona Euro, que foram afetados pela crise da dívida pública, os denominados PIIGS<sup>27</sup>, ou seja, Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha são aqueles que pior geriram as suas contas, endividando-se excessivamente, pelo que a sua situação atual é delicada. Assim, para além de terem ultrapassado os limites estabelecidos pelo Tratado de Maastricht, traduzido no peso dos seus défices orçamentais, a ausência de recursos gerou desconfiança nos mercados, afastando potenciais investidores.

Cada um destes países teve de suportar altos *spreads*, se comparados com o Bund<sup>28</sup>, durante os dez anos que antecederam a sua entrada no euro, no início de 1999. Esses *spreads* demonstram as expectativas de inflação e depreciação da moeda nesses cinco

---

<sup>26</sup> Outright Monetary Transactions ("OMT") é um programa do Banco Central Europeu no âmbito do qual o banco, que faz compras secundárias em mercados de obrigações soberanas, sob certas condições, de obrigações emitidas pelos estados-membros da Zona Euro. Cf. European Central Bank, 2012.

<sup>27</sup> PIIGS corresponde a Portugal, Ireland, Italy, Greece, Spain (no original em inglês) e é um acrónimo usado para se referir aos cinco países da Zona Euro, que foram considerados economicamente mais fracos na sequência da crise financeira. Cf. <http://www.investopedia.com/terms/p/piigs.asp>.

<sup>28</sup> O Bund é um título de dívida emitido pelo governo federal da Alemanha, para poder financiar os seus gastos. Cf. <http://www.investopedia.com/terms/b/bund.asp>.

países, os quais, durante o período pré-euro, puderam adotar medidas inflacionárias face às previsões da depreciação da sua moeda, para resolver os seus problemas orçamentais. Contudo, com a entrada na Zona Euro, estas condições mudaram, pois deixaram de ter uma moeda e um banco central independentes para poderem estabilizar a inflação (Haidar, 2011: 127).

Apesar de estabelecer as metas de inflação e controlar a emissão de moeda, através do seu órgão responsável pela política monetária, o Banco Central Europeu não consegue controlar os gastos públicos dos países membros da União Europeia, motivo pelo qual muitos dos descalabros orçamentais demoram a ser descobertos.

Como forma de garantir que os países da Zona Euro se empenham em sanear as suas finanças públicas e em coordenar as suas políticas orçamentais, foi criado o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC). A sua adoção visava evitar os efeitos nocivos sobre o crescimento e a estabilidade macroeconómica desses países, criados por políticas fiscais irresponsáveis (Comissão Europeia, 2012).

O PEC é composto por um conjunto de normas, das quais algumas são destinadas a evitar derrapagens na política orçamental, enquanto outras visam corrigir os défices orçamentais excessivos ou o excessivo endividamento público. Ou seja, os países membros comprometeram-se com a questão do equilíbrio fiscal.

Aqueles que se encontravam altamente endividados ficaram com a imposição de apresentar ‘planos de convergência’ para reduzir a dívida para níveis mais aceitáveis. Caso esses planos não fossem cumpridos ficavam sujeitos a multas e sanções. No entanto, a aplicação dessas penalidades não seria automática, ficando a sua decisão dependente de uma avaliação a ser levada a cabo pelo Conselho Europeu. Contudo, esta política mostrou-se insuficiente para controlar os gastos públicos dos PIIGS, entre os quais se encontra Portugal.

Em setembro de 2012 entrou em vigor o Mecanismo Europeu de Estabilização (MEE), que substituiu o Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) e o Mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira (MEEF), cuja vigência caducou em 2013. Estes dois instrumentos tinham sido decisivos para o financiamento dos programas de assistência económica e financeira acordados com a Irlanda em novembro de 2010, com Portugal em maio de 2011, com a Grécia em 2012 (segundo programa), e em julho de

2012, com a Espanha, para dar assistência ao seu setor bancário (Comissão Europeia, 2012).

O MEE é a maior instituição financeira internacional a nível mundial. Tem um capital de 700 mil milhões de euros, e uma capacidade máxima de financiamento de 500 mil milhões de euros, que provêm de contribuições de países membros da Zona Euro, assim como de operações no mercado de capitais. O MEE possui a capacidade de conceder empréstimos, sob condições estritas, tanto aos Estados-membros da União Europeia, como diretamente às suas instituições financeiras, podendo também intervir nos mercados obrigacionistas primário e secundário de dívida soberana dos países que recorram à sua assistência (Comissão Europeia, 2012).

Em setembro de 2010, foi posto em prática o Semestre Europeu, tendo sido adotado o chamado «*six pack*», para fazer face à crise financeira da dívida pública europeia, cujas políticas orçamentais e económicas, levam em linha de conta o Programa de Estabilidade e Convergência (PEC) e a Estratégia Europa 2020.

O “*six pack*” compreende quatro componentes principais:

1. [...] Os Estados-Membros ficam comprometidos a fazer progressos significativos para atingir objetivos orçamentais de médio prazo (OMP), sendo usados novos e melhores indicadores para aferir do ajustamento necessário. Os países da área do euro que não respeitem estas regras estão obrigados a constituir um depósito não remunerado de montante equivalente a 0,2% do PIB.
2. [...] Os Estados-Membros com dívidas superiores a 60% do PIB devem ativamente procurar reduzir a sua dívida. Uma vez mais, os países da área do euro que não respeitem estas regras verão ativadas sanções financeiras progressivas ainda numa fase precoce do PDE.
3. [...] Os Estados-Membros devem garantir que os seus programas orçamentais estão em linha com padrões mínimos de qualidade, com metas quantificadas, abrangendo todos os níveis da administração pública e adotando uma perspetiva multi-anual.
4. A quarta dimensão é a prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos e competitividade. Durante a última década, os Estados-Membros fizeram escolhas que contribuíram para gerar ou aprofundar divergências de competitividade e desequilíbrios macroeconómicos na União. Um novo mecanismo de supervisão visa prevenir e corrigir tais divergências. Este vai contar com um sistema de alerta que recorre a um painel de indicadores e estudos aprofundados, bem como a regras rígidas sob a forma de um novo Procedimento Relativo ao Desequilíbrio Excessivo (PRDE). A possibilidade de aplicação de sanções financeiras aos Estados-Membros que não acatem com as recomendações deverá assegurar o seu melhor cumprimento (Comissão Europeia, 2012).



Em 2011, Portugal teve necessidade de recorrer à assistência internacional, tendo sido objeto de um programa de assistência económica e financeira por parte da UE, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do BCE para poder combater “os efeitos conjugados da recessão económica, da crise de solvabilidade das finanças públicas nacionais e de um ambiente de turbulência nos mercados financeiros internacionais”. O “Memorando de Entendimento” então assinado, permitiu ao “governo português aceder a empréstimos no montante de 78 mil milhões de euros para fazer face aos seus compromissos financeiros” (Comissão Europeia, 2012).

Durante o ano anterior Portugal tinha tentado resistir à pressão dos mercados sobre as condições de financiamento da sua economia, mas as circunstâncias que levariam a este desfecho já remontavam ao período anterior à crise, pois desde 2001 que Portugal registava um crescimento económico muito reduzido, a par de um igualmente fraco crescimento da produtividade, e défices orçamental e da balança corrente muito elevados (Lourtie, 2011).

Com a adesão ao euro na segunda metade da década de 1990, a descida das taxas de juro reais, levou a uma diminuição da poupança privada, ao crescimento do setor de bens não transacionáveis e à diminuição do investimento em sectores de bens transacionáveis, com a conseqüente diminuição do crescimento da produtividade. À medida que o desemprego diminuía, suportado pelo crescimento económico gerado pela procura interna, aumentou a pressão para a subida dos salários. Deste modo, enquanto a economia ficava sobrevalorizada, o défice da balança corrente aumentava cada vez mais.

A entrada no mercado global da China, da Índia e de outras economias emergentes caracterizadas pelos baixos custos da sua produção, iria ter um impacto tremendo na economia portuguesa, em especial na indústria têxtil portuguesa, o qual representava o seu principal sector exportador, contribuindo em 1990 para 33% do total das exportações portuguesas, valor que em 2006 já tinha descido para apenas 13% (Lourtie, 2011).

Com a queda abrupta da procura interna privada em 2001-2002 o motor do crescimento económico parou e a pressão do endividamento começou a pesar sobre as famílias, ao mesmo tempo em que um novo ciclo político se propunha travar níveis excessivos de consumo e despesa. Assim, Portugal foi o primeiro país a completar o ciclo de

crescimento, sobrevalorização e quebra, que as outras economias periféricas da zona euro viriam a experimentar na sequência da recessão global de 2008-2009 (Lourtie, 2011).

Para retomar o crescimento Portugal tinha de ser mais competitivo, dada a contenção registada no consumo interno, algo que agora não podia fazer com o recurso à desvalorização cambial, como tinha feito nas décadas de 1970 e 1980. A única opção que se colocava era desinflação salarial e um maior crescimento da produtividade. Até certo ponto, ambos foram conseguidos na segunda metade da década de 2000, sua produtividade registava um nível de crescimento acima da média da UE.

O período em que Portugal teve um facto crescimento económico coincidiu também com a implementação de importantes reformas estruturais, nomeadamente na educação, onde, segundo dados dos Eurostat (citado por Lourtie, 2011) se registou uma diminuição significativa do abandono escolar e a duplicação das qualificações de nível superior no espaço de uma década, de 11,3% em 2000 para 23,5% em 2010. Também, no que concerne à investigação e desenvolvimento, se verificou um aumento acentuado do investimento de 0,53% do PIB em 1995 para 1,66% em 2009 (*idem*).

A redução da dependência energética foi outra das prioridades do governo português que apostou fortemente nas energias renováveis para reduzir a importação, a qual contribuía para quase metade do défice da balança comercial. Em 2010, a eletricidade produzida a partir de fontes renováveis atingiu 50,2% do total de produção elétrica, quando em 2003 esse valor se situava em 33,9%. Foram implementadas também reformas destinadas a reduzir a carga da burocracia pública e flexibilizar o mercado de trabalho (Lourtie, 2011).

Estes esforços de consolidação do défice público pararam em 2009, registando-se um aumento do défice de 2,7% do PIB em 2008, para 9,3% em 2009. Em finais de 2010, existiam diferentes perceções por parte dos países periféricos e dos países da Europa Central e do Norte, acerca da crise. Além disso, não só as situações económicas, como os interesses desses países, eram divergentes.

Na Alemanha e em alguns países do Norte e do Centro da Europa, onde os efeitos da crise não se tinham feito sentir, o sentimento era de que a crise se devia exclusivamente a uma errada gestão orçamental, opinião essa fortemente influenciada pelas notícias que

circulavam em grande parte da imprensa, e que era também incentivada “por partidos políticos que tentavam beneficiar de sentimentos nacionalistas e populistas” (Lourtie, 2011). Esta situação gerou uma maior tensão no debate político que influenciou de forma negativa a solidariedade europeia.

O orçamento aprovado no Parlamento português em novembro de 2010, foi o mais duro que se registou em cerca de trinta anos. O aumento da austeridade tinha como objetivo baixar o défice para 4,6% em finais de 2011, o que significava uma descida de quase cinco pontos percentuais. Foram aprovadas reduções salariais de 5% nos salários da função pública, reduzidos os subsídios e apoios sociais, e congeladas as pensões. Os cortes abrangeram também o Serviço Nacional de Saúde e outros programas de investimento público. Para aumentar as receitas fiscais, o IVA sofreu um aumento um aumento de dois pontos percentuais, enquanto que as contribuições dos trabalhadores para a Caixa Geral de Aposentações registavam um aumento de um ponto percentual (Lourtie, 2011).

Apesar de no início de 2011, os indicadores revelarem que o défice de 2010 poderia ficar dos 6,8% e a economia portuguesa já estar a registar um crescimento a uma taxa razoável de 1,3%, a pressão dos mercados apontava para a inevitabilidade do pedido de ajuda financeira por parte de Portugal.

O governo de então acreditava que Portugal tinha condições para evitar um pedido de resgate que não seria lucrativo para o país, dada as elevadas taxas de juro praticadas pela ajuda financeira internacional. Além disso, o sentimento generalizado era de que esse “resgate iria afetar negativamente, e durante muito tempo, a credibilidade de Portugal na Europa e no mundo. A curto prazo, o resgate iria reduzir ainda mais a margem de manobra, já de si pequena, do governo minoritário” (Lourtie, 2011).

Para atingir as metas de consolidação orçamental de 2011, 2012 e 2013, o governo português comprometeu-se a implementar mais reformas estruturais, tendo adotado o Programa de Estabilidade e Crescimento para 2012-2014, o pacote de austeridade que ficou conhecido como PEC IV. O chumbo do PEC IV no Parlamento teve como resultado a queda do governo minoritário do PS e a convocação de eleições antecipadas.

Os resultados das eleições de 5 de junho de 2011, deram a vitória à coligação formada pelos partidos da direita – PSD e CDS – que mudaram o rumo da política em Portugal.

Uma das primeiras medidas a serem implementadas foi o pedido de ajuda financeira internacional.

No âmbito deste resgate Portugal foi objeto de várias avaliações – 12 no total - levadas a cabo pelo comité constituído por um representante do Banco Central Europeu, do Fundo Monetário Internacional e da Comissão Europeia, vulgarmente apelidado de Troika. Assim, a 1ª avaliação teve logo lugar em agosto de 2011, a que seguiu outra em novembro do mesmo ano. Durante 2012, houve uma avaliação em fevereiro, outra em maio, a que se seguiram outras duas, em agosto e novembro, respetivamente. O interregno até à realização da 7ª avaliação foi maior, a qual só viria a ter lugar em junho de 2013. A 11 de julho desse ano, face à situação política que então se vivia em Portugal e para poder concluir o programa de ajustamento dentro do prazo previsto, o governo português pediu um adiamento da 8ª avaliação da troika, que só veio a ocorrer juntamente com a 9ª avaliação, em setembro de 2013. Por último, as três últimas avaliações – objeto de estudo desta dissertação – tiveram lugar respetivamente em dezembro 2013, fevereiro de 2014 e finalmente a 12ª e última avaliação da troika ficou concluída a 4 de maio de 2014 (Lusa, 2014).

#### **3.4. A Alemanha no contexto da crise económica e financeira da UE**

Num artigo publicado na edição de Maio/Junho de 2012 da revista *Foreign Affairs*, Andrew Moravcsik traça aquele que é, no nosso entender, um retrato revelador do papel desempenhado pela Alemanha no contexto da crise económica e financeira que assolou, e continua assolando, a União Europeia.

No seu artigo, Moravcsik (2012: 54) desenha o perfil da crise da dívida pública europeia, recuando até às origens da mesma, as quais, segundo o autor, remontam à adoção da união monetária, em 1992, e ao sonho utópico de que todos os países europeus teriam capacidade para fazer com que as respetivas economias convergissem.

De facto, o modelo de moeda única implicava que que os países do sul da Europa, usualmente deficitários, conseguiriam acompanhar os padrões económicos alemães, os quais assentam no baixo crescimento dos salários e numa baixa inflação, os quais resultam em mais poupança e menos gastos. Por outro lado, a Alemanha propunha-se

proceder a alterações na sua política, aumentando os salários e outros gastos públicos, para poder aproximar o seu modelo económico aos dos seus parceiros europeus (Moravcsik, 2012: 54).

Segundo este analista, a crise que atualmente se vive na Europa não foi motivada pelo desleixo na gestão dos gastos públicos, mas é uma consequência do desequilíbrio existente na Zona Euro, onde a mesma política monetária e uma taxa de câmbio única é aplicada num grupo diversificado de países (Moravcsik, 2012: 54-55).

Para Moravcsik (2012: 55) a solução para a crise não assenta nas políticas de austeridade e nos resgates financeiros, que considera insuficientes, mas na deslocação da carga pública dos países europeus deficitários para os seus sectores privados e para os países superavitários. Segundo o autor, este recurso é a única alternativa que poderá obstar a que uma catástrofe económica de longo prazo venha a drenar a riqueza e o poder da Europa, colocando a própria sobrevivência do euro em causa.

À semelhança dos restantes acordos, desde que a Europa começou a cooperar em questões monetárias, o Tratado de Maastricht, assinado em 1992, e que foi o ponto de partida para a introdução do euro, foi negociado tendo como base os termos estabelecidos primariamente pela Alemanha. Contrariamente ao que se pensa, estes termos não tinham como objetivo a criação de um regime federalista para a união política europeia, mas sobretudo *“promover o seu próprio bem-estar económico através de mercados abertos, uma taxa de câmbio competitiva e da política monetária anti-inflacionista”*<sup>29</sup> (Moravcsik, 2012: 55) .

Nos países do sul da Europa, como a Itália, Espanha ou Portugal, com moedas fracas, os políticos viram a união monetária como uma forma de imitar o modelo alemão, convictos de que, ao reformarem as suas economias, iriam obter o mesmo sucesso. Por outro acreditavam que a Alemanha iria adotar a estrutura europeia e que, algures no meio as duas abordagens viessem a convergir. Segundo Moravcsik (2012: 55), isso nunca veio a acontecer.

Para que uma política monetária única tivesse sucesso seria necessário que o comportamento macroeconómico de todos os países da Zona Euro fosse semelhante, o que na prática é muito difícil de implementar, pois o sistema da moeda única não

---

<sup>29</sup> Tradução livre da autora. No original: *“It was rather to promote its own economic welfare through open markets, a competitive exchange rate, and anti-inflationary monetary policy”* (Moravcsik, 2012: 55).

permite o controle unilateral sobre as taxas de juro, as restrições aos fluxos de capital e a manipulação das taxas de câmbio, que são as ferramentas tradicionalmente utilizadas para poder equilibrar a balança comercial em relação à Alemanha. Assim, quando a crise atingiu os países deficitários, a única alternativa que restou aos respetivos governos foi sacrificar a atividade económica. A diminuição dos salários e do consumo privado, assim como os cortes no investimento empresarial e nos gastos públicos, tiveram elevados custos que atingiram toda a sociedade (Moravcsik, 2012: 56).

No início todos os países da União Europeia pareciam ser capazes de ajustar as suas economias ao modelo alemão, com os países do norte de Europa a emprestar dinheiro a taxas de juro reduzidas aos países de moeda fraca, para estimular o seu crescimento económico. *“No entanto, sob a superfície, a zona euro era uma bomba-relógio”*<sup>30</sup> (Moravcsik, 2012: 57).

Após o escândalo financeiro de 2008, as economias dos países da Zona Euro começaram a distanciar-se, ficando os países deficitários sob pressão dos mercados internacionais.

Com a queda dos mercados especulativos internos e a subida das taxas de juros, as dívidas externas dos países deficitários aumentaram e o seu crescimento estagnou, enquanto que na Alemanha, por oposição se gozava de um boom económico sem precedentes. Segundo (Moravcsik, 2012: 57) *“essas trajetórias díspares colocaram em causa a viabilidade do euro”*<sup>31</sup>.

Segundo a versão oficial, a crise da dívida pública europeia resultou dos gastos públicos excessivos praticados por alguns países deficitários da Zona Euro, pelo que a resolução para esse problema seria impor restrições rigorosas sobre os orçamentos governamentais nesses países. Moravcsik, no entanto, sustenta que esse diagnóstico é enganoso e que embora alguns países devam cortar os seus défices, o esbanjamento público não foi a principal causa da crise. Para este analista, o que desencadeou a crise foi a fraca regulação do setor privado, que *“gerou políticas bancárias imprudentes na Irlanda, falta*

---

<sup>30</sup> Tradução livre da autora. No original: *“Yet underneath the surface, the eurozone was a ticking time bomb”* (Moravcsik, 2012: 57).

<sup>31</sup> Tradução livre da autora. No original: *“These disparate trajectories have called into question the viability of the euro”* (Moravcsik, 2012: 57).

de competitividade dos mercados em Itália, e um boom imobiliário que correu mal em Espanha”<sup>32</sup> (Moravcsik, 2012: 58).

Apesar dos críticos acusarem os países do Sul de possuírem uma cultura de corrupção e ineficiência, que seria a responsável pela crise, Moravcsik destaca o facto de que estes conseguiram igualar ou até ultrapassar a Alemanha em termos de crescimento do produto interno bruto e de produtividade do trabalho e no caso concreto da Grécia, a sua economia cresceu quase um terço no período compreendido em 1999 e 2008. Por isso, o investimento malsucedido no sul da Europa não proveio de fontes domésticas; os banqueiros e os obrigacionistas franceses e alemães ajudaram a financiá-lo com empréstimos a juros baixos (Moravcsik, 2012: 58).

Assim, a falência no sul da Europa e a prosperidade da Alemanha são os dois lados da mesma moeda, moeda essa, que por ser única, exagerou as diferenças existentes e eliminou os instrumentos políticos necessários para superá-las.

---

<sup>32</sup> Tradução livre da autora. No original: “*bred imprudent banking policies in Ireland, insufficient competition in markets in Italy, and a housing boom gone bad in Spain*” (Moravcsik, 2012: 58).





## **CAPÍTULO IV**

### **4. Metodologia Empírica**

A realização do presente estudo tem em vista explorar o papel e poder dos meios de comunicação social no contexto europeu numa altura de crise económica, a qual se fez sentir com mais gravidade em alguns países como Portugal e a Grécia.

Dado que as contingências e constrangimentos económicos que se colocaram aos países afetados tiveram impacto no contexto geral da UE, pretendemos analisar, através das notícias divulgadas, de que forma foram interpretadas pelos media as resoluções resultantes de cada um dos últimos três encontros entre o Governo Português e a Troika, antes da conclusão do programa de ajustamento a que o nosso país esteve sujeito.

#### **4.1. Análise de notícias**

Os artigos jornalísticos utilizam os factos de um determinado evento ou situação que tenha ocorrido os quais são moldados por escritores ou editores – os jornalistas – de forma a criar uma história coesa que tenha um início e um fim. Tal como outras formas de comunicação de massas, também estes artigos de jornal servem como veículo para transmitir uma mensagem específica sobre uma determinada temática.

Do ponto de vista de elegibilidade de um acontecimento para que este possa ser considerado notícia existem vários critérios que o mesmo deve respeitar. Segundo Erboltado (2004) alguns dos critérios de noticiabilidade podem ser definidos como: impacto, proeminência, interesse pessoal, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, política editorial, aventura/conflito, consequências, humor, raridade, progresso, oportunidade, dinheiro, expectativa/suspense, originalidade, culto de heróis, descobertas/ invenções, repercussão e confidências.

Segundo Traquina (2004) os critérios de noticiabilidade também sofrerem variações ao longo das épocas. Este autor refere que atualmente o jornalismo rege-se sobretudo em função dos valores defendidos por duas vertentes opostas: a vertente ideológica e a

vertente económica. Assim, enquanto a vertente ideológica defende que o jornalismo deve ser um serviço público, cujo objetivo deve ser noticiar aquilo que o leitor necessita de saber, para os defensores da vertente económica o jornalismo é um negócio e os critérios de noticiabilidade acabam sendo ajustados em função daquilo que vende mais jornais, ou seja, aquilo que desperta a curiosidade do público e que o diverte, mesmo que não aporte qualquer utilidade ou tenha qualquer tipo de importância para a sua vida em sociedade.

O mesmo autor salienta ainda que os valores-notícia também podem ser de construção ou de seleção, constituindo este último a opção de, entre vários acontecimentos, noticiar um e ignorar os outros. Para o efeito o jornalista (ou o editor) podem utilizar dois tipos de critério de noticiabilidade: critérios substantivos, baseados no interesse noticioso do acontecimento, ou critérios contextuais de produção noticiosa. Entre os primeiros, o autor destaca o óbito (sobretudo quando se trata da morte de alguém famoso ou falecido em circunstâncias duvidosas), a proximidade, a relevância para a vida social, a novidade, a notabilidade, o insólito, o inesperado, o conflito/controvérsia, e o crime, o qual ganha maior relevo em função do número de vítimas. No que concerne aos critérios contextuais, importa referir a facilidade com que se obtém a informação, o equilíbrio em relação ao número de notícias sobre um determinado tema, a visualidade, a concorrência e a agenda do dia (Traquina, 2005).

O texto jornalístico é caracterizado pela narratividade – os jornalistas são também “contadores de histórias” – inserindo-se essa narrativa jornalística num campo mais alargado, denominado de “narrativa factual”. A narrativa factual, conceito criado por Gérard Genette<sup>33</sup> (Genette, 1991), tem muitas vezes cruzado com a narrativa de ficção no espaço jornalístico, pois segundo Mário Mesquita, “a fronteira, por vezes, é indecisa: ficção jornalística, jornalismo ficcionado e jornalismo ‘factual’ coexistem e, por vezes, sobrepõem-se” (Mesquita, 2004:130).

Idealmente, a notícia que chega até nós deveria ser totalmente imparcial, isenta de preconceitos, de qualquer tipo de discriminação ou ideias pré-concebidas. No entanto, o jornalista, na qualidade de ser humano, não possui a capacidade de observar e transcrever fielmente a realidade dos factos (Heidegger, 1958), mas fá-lo a partir da

---

<sup>33</sup> Gérard Genette desenvolveu o conceito de “narrativa factual” por oposição à “narrativa de ficção”, a qual, no entanto, tem suscitado críticas, pois “a ficção também consiste no encadeamento dos factos” (Genette, 1991:66).

percepção simbólica que tem dessa realidade (Saussure, 1994) e que se rege por um quadro de valores que estão infundidos nos conhecimentos adquiridos ao longo da sua formação. Segundo Gans (1980) estes valores não são passíveis de serem filtrados pelos próprios jornalistas, pois estão profundamente enraizados na sua estrutura social e mesmo inconscientemente acabam sendo revelados.

Para Hall et al. (1978) desde a seleção do acontecimento a noticiar até à escolha das palavras que irão compor o discurso noticioso, de forma a lhe dar visibilidade pública, está patente o referencial de valores do profissional. Assim, enquanto que Schudson (1995:14) defende que o discurso noticioso reflete, mesmo que inconscientemente, os “significados culturais [...] e os padrões de discursos” conservados num sistema cultural pelos jornalistas, Edgar Morin (1984) sustenta que qualquer indivíduo é refém da sua própria ideologia, observando o mundo através dos filtros que as suas ideias lhe conferem, e acreditando que nessas ideias pode ver o mundo. Os jornalistas, tal como qualquer outro indivíduo, reagem da mesma forma, apesar de recorrerem a um conjunto de técnicas e metodologias para fazer face ao condicionamento da sua própria interpretação (Cruz, 2008). Assim, a produção jornalística, longe de ser o retrato fiel da realidade ontológica é, de facto, aquilo que Berger & Luckman (1966) apelidam de “construção social da realidade”.

É com base nestas premissas de que o olhar do jornalista é sempre socialmente construído que faremos a análise das notícias selecionadas para esta investigação.

## **4.2. Metodologia**

### **4.2.1. Problemática**

As mudanças operadas no espaço público nas duas últimas décadas vieram contribuir para que as políticas governamentais deixassem de ser palco de movimentações exclusivas dos agentes de governo e dos poderes executivos dos países, para dar espaço a novos atores no cenário político internacional, como a sociedade civil, as administrações estatais e a imprensa. Portanto, estas mudanças também vieram

configurar um novo modo de estar e de interpretar as Relações Internacionais e que configuram novas dinâmicas na construção das notícias (Valente, 2007).

Os acontecimentos políticos que se registam atualmente são agora fruto de intervenções mediáticas mais abrangentes, rápidas e alargadas à escala internacional e os meios de comunicação social dominantes passaram a ser local privilegiado para a legitimação das narrativas mais alinhadas com os centros de poder. A nova convergência digital vai assim resultar numa mudança de paradigma nas comunicações que passam a ser fruto da diversificação e da multiplicação de informações financeiras, comerciais e culturais em todo o planeta (Moraes, 2003).

#### **4.2.2. Objetivo principal desta dissertação**

- Verificar se existe uma correlação entre a influência dos *media* e a linguagem mediática no contexto da “europeização” dos países membros da Comunidade Europeia que vivenciaram um período de crise económica e financeira.

#### **4.2.3. Objetivos específicos**

- Verificar se existe uma relação entre o impacto na opinião pública de ambos os países, Portugal e Alemanha, das notícias divulgadas nos órgãos de comunicação social escolhidos sobre os resultados de cada um dos três últimos encontros antes do fim do programa de intervenção do comité constituído por um representante do Banco Central Europeu, do Fundo Monetário Internacional e da Comissão Europeia (Troika).

#### **4.2.4. Hipóteses / Argumento**

Neste contexto as crises económicas, sociais e culturais continuam a acontecer, tal como antes da massificação tecnológica dos média e, como então, elas continuam a ter impacto/influência no âmbito das Relações Internacionais e a ser estudadas no enquadramento das teorias que pautam esta disciplina. Assim, como serão elas afetadas pela forma como a nova comunicação social lê e escreve os acontecimentos? E por outro lado, que repercussões terão as dinâmicas políticas e internacionais, nos próprios meios de comunicação? Como é que os modelos ideológicos dominantes de organização do mundo e de organização das sociedades se encontram sujeitos à influência da comunicação *online/on time* deste século XXI? Como poderão estas relações de influência entre os meios de comunicação social e os agentes políticos ser observados através da análise específica de um problema político e económico concreto? Qual terá sido o tipo de papel representado pelos meios de comunicação social, com maior ou menor protagonismo, nas tomadas de decisão no enquadramento administrativo da União Europeia?

#### **4.2.5. Perguntas de partida**

Partindo deste contexto e reiterando as indagações que se colocaram atrás como aquelas que serviram de mote à construção do desenho de pesquisa que motivou a presente investigação, empreendemos um projeto de estudo que visa caracterizar a influência dos media e a linguagem mediática no contexto da “europeização” dos países membros da Comunidade Europeia, em particular o seu impacto no sentimento de europeização nos países mais diretamente envolvidos na grave crise económica e financeira, tanto enquanto devedores como credores.

Com base neste pressuposto colocamos as seguintes questões de partida:

- Existe uma mudança na opinião pública, antes e depois dos acontecimentos noticiados?

- Qual o impacto da linguagem mediática sobre a opinião pública na leitura da crise económica da União Europeia?
- Terão as notícias nos jornais *on line* sobre os três diferentes acontecimentos, afetado a opinião pública dos dois países da mesma forma?
- Que tipo de apreciação fazem os jornais online, dos dois países?

#### **4.2.6. Pergunta de investigação**

- Qual o impacto da linguagem mediática na leitura da crise económica da União Europeia?

#### **4.2.7. Metodologia adotada**

Para a realização deste estudo optámos por uma solução metodológica de cariz qualitativo. O método qualitativo parece ser o mais adequado ao presente plano de estudos porque facilita o estudo de multicasos e visa a descoberta de pontos comuns entre vários casos (Lessard-Hérbert, Goyette & Boitin, 2010). Dentro desta abordagem utilizaremos ainda a análise crítica do discurso e a análise de conteúdo.

Segundo Berelson (1948), a análise de conteúdo, quer na sua abordagem quantitativa, quer na sua vertente qualitativa é uma metodologia muito útil, pois permite desconstruir todo o conteúdo noticioso e contextualizá-lo, ao mesmo tempo em que nos oferece as respostas às perguntas clássicas: “Quem? Quando? O quê? Como? Onde? Porquê?”

Cruz (2008) refere que esta técnica permite perceber:

“ 1) o tipo de acontecimentos privilegiados pelos editores para serem transformados em notícia; 2) os critérios de noticiabilidade destacados pela construção noticiosa; 3) a distribuição noticiosa da agenda dos media

relativamente à realidade nacional e internacional e, dentro destas, evidenciar se há tratamentos geograficamente proporcionais no que respeita ao(s) centro(s) e periferia(s); 4) as personagens privilegiadas pelas notícias nacionais e internacionais; 5) a parcialidade no tratamento dos diferentes factos face aos valores culturais que envolve a produção da informação; 6) as dissemelhanças entre o paralelismo serviço público / interesses privados, no tratamento, organização e difusão dos produtos informativos, entre outros.” (Cruz, 2008: 4)

Considerando o objetivo do estudo optou-se por usar como método a análise exploratória comparativa. A investigação comparativa mostra-se a mais adequada à realização da presente investigação uma vez que através do raciocínio comparativo podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificar continuidades e discontinuidades, semelhanças e diferenças e explicitar as determinações mais gerais que regem os fenómenos sociais.

O objetivo desta metodologia pretende encontrar quais os efeitos performativos do discurso, partindo de três pontos principais: o acontecimento, o impacto na opinião pública e a leitura que cada jornal *online* faz da notícia.

A amostra será constituída por seis jornais *online* de referência, de Portugal e Alemanha, tendo sido elegidos o *Correio da Manhã*, o tabloide com maior tiragem em Portugal, o *Público* e o *Expresso*, e, por parte da Alemanha, o *Bild Zeitung* - o homólogo alemão do *Correio da Manhã* - assim como o *Frankfurter Allgemeine Zeitung* e a revista *Der Spiegel*. O *Bild Zeitung*, conforme já tínhamos referido no capítulo anterior, para além de ter uma grande tiragem no seu país de origem, beneficia também de uma ampla divulgação a nível europeu.

Para a escolha destas publicações foi relevante a nacionalidade das mesmas, assim como a escolha dos próprios jornais, todos eles pertencentes a grupos económicos diferentes. Nesta perspetiva, as publicações escolhidas são representativas: do país afetado pela crise e alvo concreto das reuniões que estiveram na base das notícias que serão analisadas; e do país que mais defendeu a política do programa de ajustamento imposto a Portugal, assumindo-se mesmo como o principal credor do resgate financeiro.

Os jornais analisados são, por sua vez, referenciados como jornais de grande tiragem no seu país de origem, sendo que as publicações alemãs são também amplamente divulgadas a nível europeu. No caso do *Correio Manhã* e do seu homólogo alemão *Bild*,

trata-se de publicações que são similares do ponto de vista do conteúdo editorial. Ambas recorrem a linguagem simples, com grande reforço de imagem, visando alcançar um público médio, mas abrangente, sendo ambos os preferidos dos leitores mais jovens, tal como reportam as descrições que cada um apresenta acerca de si mesmo nas suas guias editoriais, acessíveis nos sites oficiais. São as publicações de maior tiragem nos respetivos países de origem.

Quanto ao jornal *Expresso* e o *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, na base da sua escolha esteve o facto de que ambos são direccionados para um público mais intelectual, uma vez que abordam com maior profundidade os temas da sociedade, sendo também caracterizados por ter um estilo mais conservador. Os dois jornais atribuem maior espaço para opinião de comentadores, sobre assuntos com preponderância na sociedade, nomeadamente o que se encontra em análise, abordando assuntos mais complexos, com isenção e sem utilização de sensacionalismo.

Por último, a escolha do jornal *Público* e da revista alemã *Der Spiegel*, ambos de facção mais liberal, destina-se a poder apresentar uma visão diferente, mais abrangente, contrária à tendência marcadamente conservadora das restantes publicações.

A busca foi feita diretamente nos sites das publicações através do recurso aos termos “troika” e “avaliação” no caso dos jornais portugueses e “troika” e “Portugal” no caso das publicações alemãs.

Depois de analisado os resultados obtidos foram selecionados apenas aqueles cujo conteúdo noticioso tinha a ver diretamente com o que se pretendia analisar, ou seja, a vinda da Troika a Portugal.

### **4.3. Análise das notícias publicadas**

#### **4.3.1. Primeiro encontro de Portugal com a Troika**

Entre 4 e 16 de dezembro de 2013, decorreu em Portugal o 1º encontro do comité constituído por um representante do Banco Central Europeu, do Fundo Monetário Internacional e da Comissão Europeia, comité esse vulgarmente apelidado de Troika, o qual constitui a primeira das três últimas avaliações levadas a cabo por esse comité. Esta



era a 10ª avaliação levada a cabo pela troika desde o início do programa de resgate financeiro a Portugal.

Para a pesquisa que sustenta este estudo empírico fizemos um levantamento de todas as referências encontradas nesse intervalo de tempo – 4 a 16 de dezembro de 2013 – nas edições online dos jornais selecionados. Esta pesquisa contemplou reportagens e entrevistas, editoriais informativos e artigos de opinião publicados durante o referido período.

#### **4.3.1.1. Correio da Manhã**

Relativamente ao tabloide Correio da Manhã, foram encontrados 34 resultados, dos quais selecionámos 12, correspondendo às notícias que tinham diretamente a ver com a vinda da Troika a Portugal. Relativamente ao conteúdo das notícias, verificámos que das doze matérias publicadas, seis (50%) refletiam o ponto de vista governamental, sendo transmissoras de uma visão positiva relativamente à vinda da missão a Portugal e aquilo que o governo da época considerava ser uma política de sucesso para retirar o país da crise financeira.

Assim, títulos como *Portas diz que Portugal só terá "um resgate"* (04.12.2013) ou *Portas anuncia que décima avaliação "foi positiva"* (06.12.2013) ou ainda o artigo de opinião de Carlos Rodrigues: *Passos além da troika? A economia recupera, e o Banco de Portugal prevê que vá recuperar ainda mais* (12.12.2013), podem servir como propaganda governamental, visando influenciar a opinião pública para aceitar as políticas de austeridade impostas pelo Governo.

Dos restantes seis artigos, três eram editoriais informativos que não refletiam qualquer opinião política e os três remanescentes veiculavam a posição crítica dos partidos e outras forças políticas da oposição face às cedências do governo para satisfazer a Troika. De salientar o artigo publicado em 13.12.2013, com o título *Portugueses entre os mais pobres do euro*, onde é feita uma análise aos sacrifícios impostos aos portugueses durante o período de resgate financeiro e que conclui estar o poder de compra das famílias portuguesa cerca de 25% abaixo da média da União Europeia.

#### 4.3.1.2. Bild Zeitung

Relativamente ao jornal alemão *Bild Zeitung*, verificou-se que durante os intervalos temporais que coincidiram com as três visitas a Portugal do comité da Troika foi publicada apenas uma única notícia abordando essa temática, a 7 de dezembro de 2013, a qual, sob o título ***Crise em Lisboa: Troika marca novo exame a Portugal***, dá conta da visita a Portugal dos inspetores da Troika. Trata-se de uma notícia apenas factual, não revelando qualquer tipo de apreciação.

#### 4.3.1.3. Expresso

No que concerne ao jornal Expresso, os resultados da pesquisa levada a cabo revelaram 8 artigos, dos quais apenas 5 estavam diretamente relacionados com a vinda a Portugal do comité de avaliação da Troika. Dessas 5 matérias, duas delas: ***Corte nos salários divide Governo e troika***, a 04.12.2013 e ***Portas faz balanço da décima avaliação***, publicada a 16.12.2013, apresentavam justificativas para as posições governamentais. No primeiro artigo, são inclusivamente apresentadas as imposições da troika, a qual segundo a autora, Liliana Coelho, “defende reformas estruturais mais ambiciosas e a redução dos salários no privado, em sectores como a energia, banca e telecomunicações, assim como na Justiça e Educação”, imposições às quais o Governo, segundo a mesma “já disse recusar esta hipótese”, adiantando que se o Tribunal Constitucional chumbar o corte nas pensões isso irá causar imensos problemas (Expresso, 2013).

Quanto aos restantes artigos, dois deles não refletem qualquer posição face ao tema em análise e apenas no artigo publicado em 16.12.2013 com o título ***Ajuda externa: Jerónimo (PCP) diz que avaliação é positiva porque 'troika' quer "continuar a assaltar"***, é transmitida a opinião da oposição acerca desta 10ª avaliação, de forma inequívoca, tal como o próprio título sugere, desta feita por parte do líder comunista.

#### 4.3.1.4. Frankfurter Allgemeine Zeitung

No que concerne ao jornal alemão Frankfurter Allgemeine Zeitung, durante o período que coincidiu com 10ª avaliação da Troika, o mesmo publicou apenas uma notícia onde aborda esta temática, a 19 de dezembro de 2013. Intitulado *Juízes do Tribunal Constitucional querem parar orçamento de austeridade*, o artigo menciona a existência, em Lisboa, de protestos contra as políticas de austeridade do governo, assim como as resistências aos cortes das pensões, que levaram à intervenção dos juízes do Tribunal Constitucional, os quais declararam ser essa medida inconstitucional. Da leitura do artigo infere-se um tom marcadamente negativo que contraria claramente com as referências feitas mais adiante acerca das expectativas otimistas do governo sobre o regresso de Portugal aos mercados financeiros, em meados de 2014.

#### 4.3.1.5. Público

Relativamente ao jornal Público, foram encontrados 39 resultados na busca efetuada no período correspondente à 11ª visita da Troika a Portugal, mas apenas 12 tinham a ver diretamente com a missão. No que respeita a estas matérias, verifica-se que 5 dos resultados davam destaque à avaliação positiva feita pela Troika, sem, contudo, manifestar qualquer tipo de opinião ou posição, a favor ou contra as políticas governamentais.

Assim, títulos como: *Portas: Portugal só terá “um resgate, um calendário, um pacote financeiro”* (04.12.2013); *Troika vê Portugal a terminar programa “de forma favorável”, diz a maioria* (12.12.2013) ou *Avaliação da troika anunciada como “positiva” e sem novidades sobre salários* (16.12.2013), que davam conta o otimismo revelado pelo Governo, através do vice-primeiro-ministro, Paulo Portas, e da ministra da Finanças, Maria Luís Albuquerque, acerca dos progressos apresentados por Portugal. Segundo o último artigo, quando questionado acerca das políticas governamentais sobre o mercado de trabalho, nomeadamente sobre um estudo do Banco de Portugal, que dava conta do ajustamento salarial feito à custa da “rotação de trabalhadores”, ou seja, com trabalhadores a saírem sendo substituídos por outros com salários, em média, 110 euros mais baixos, Paulo Portas limitou-se a declarar que “a política do Governo não é de salários baixos, é de aumento de produtividade” (Público, 2013).

Quanto aos restantes resultados, cinco deles davam conta das opiniões da oposição acerca das políticas governamentais ditadas pela Troika. Sob títulos como ***10ª avaliação: CGTP diz que os problemas se agudizam*** (16.12.2013) ou ***PS diz que aumentam as incertezas quanto ao futuro*** (16.12.2013) este jornal dá conta das posições menos otimistas veiculadas pelos partidos e outras forças políticas que se encontravam então na oposição. Destaque para a chamada de atenção neste último artigo que refere a indignação manifestada pelo dirigente socialista o qual terá considerado “‘incrível’ que Paulo Portas não tenha dirigido uma única palavra aos desempregados na conferência de imprensa sobre a 10ª avaliação da troika”. Um outro artigo publicado em 15.12.2013, dá conta da posição do PCP sobre a 10ª avaliação da Troika, opinião essa que é destacada no título: ***PCP diz que há “sintonia” entre Governo e ‘troika’ para “novo ataque aos salários”***.

#### **4.3.1.6. Der Sipegel**

Entre 4 e 16 de dezembro de 2013, a revista alemã *Der Spiegel* publicou um único artigo, a 13 de dezembro de 2013, que aborda a temática da ajuda financeira a Portugal. Sob o título ***Crise de Euro: Primeiro ministro português exclui segundo pacote de ajuda***, o *Der Spiegel* dá conta da decisão do governo português em rejeitar a hipótese de pedir um segundo empréstimo para Portugal, seguindo o exemplo adotado pela Irlanda e por Espanha. Segundo o autor do artigo, apesar de poucos meses antes Passos Coelho se apresentar pessimista ao ponto de referir a eventualidade de ter de pedir um pacote adicional, o cenário negativo não se concretizou graças à adoção do “orçamento de austeridade mais severo que Portugal registou nos últimos 40 anos” (*Der Spiegel*, 2013).

#### **4.3.2. Segundo encontro de Portugal com a Troika**

A segunda vinda da missão da Troika a Portugal, chefiada pelo indiano Subir Lall decorreu 19 e 28 de fevereiro de 2014. Trata-se da 11ª e penúltima avaliação regular ao programa de ajustamento. Foi efetuada uma pesquisa semelhante à que levámos a cabo para o período correspondente ao primeiro encontro.

#### 4.3.2.1. Correio da Manhã

Da análise realizada aos doze artigos publicados entre 19 e 28 de fevereiro de 2014, período correspondente ao segundo encontro de Portugal com a Troika, constatámos que cinco artigos refletiam um visão otimista acerca das políticas de austeridade impostas pelo resgate financeiro, como se pode ver por títulos como *FMI acredita que desemprego começa a cair em 2014* (19.02.2014) ou o artigo de opinião da autoria do presidente da Câmara Municipal de Viseu, Almeida Henriques, intitulado [muito convenientemente] *Esperança* e onde o autor afirma que “Portugal está hoje, inequivocamente, em melhor posição para ver uma luz ao fundo do escuro túnel da crise” (25.02.2014).

Dos restantes, três limitavam-se a informar sem veicular qualquer posição política e quatro artigos exerciam o que poderemos considerar o direito de contraditório, ou seja, opinavam sobre os efeitos negativos da política governamental ditada pela Troika, como se pode comprovar pelos títulos: *Sobe pressão para saídas na Função Pública* ou *Bruxelas pede mais cortes nos salários*, de 20 e 21 fevereiro 2014, respetivamente, ou os artigos de opinião Armando Esteves Pereira *Não há milagre: As notícias do milagre económico português são exageradas*, publicado em 19.02.2014 e *Perigo tecnocrata*, publicado em 23.02.2014.

#### 4.3.2.2. Bild Zeitung

Durante o período compreendido entre 19 e 28 de fevereiro de 2014, que corresponde ao segundo encontro de Portugal com a Troika, o *Bild* não publicou nenhuma matéria jornalística onde esse acontecimento, ou assuntos relacionados com o mesmo, tenham sido abordados.

#### 4.3.2.3. Expresso

O 11º encontro de Portugal com a Troika gerou apenas 3 referências, diretamente relacionadas com esta avaliação, entre os 8 resultados obtidos com a pesquisa levada a

cabo no site online do jornal Expresso, todas publicadas no último dia da avaliação: 28.02.2014. Duas dessas referências davam conta, laconicamente, do final da 11ª avaliação: *11ª avaliação da troika já acabou*, ou da divulgação dos resultados da mesma por parte do Governo: *Governo divulga hoje às 18h30 conclusões da penúltima avaliação da 'troika'*.

Com um cariz diferente e uma tónica acentuadamente crítica, por se pode aferir logo pelo título: *Avaliação da 'troika' será sucesso para Governo e para 25 famílias mais ricas – CGTP*, este último artigo revela as conclusões apresentadas pelo secretário-geral da CGTP acerca do resultado da 11.ª avaliação regular do programa de resgate português. Segundo, Arménio Carlos “o programa de resgate financeiro do país levou a um aumento do desemprego, à falta de proteção laboral, à emigração e à destruição da produção, o que deixou o povo martirizado” (Expresso, 2014).

#### **4.3.2.4. Frankfurter Allgemeine Zeitung**

Relativamente ao segundo período em análise – o do 11º encontro da Troika com Portugal - este jornal alemão publicou também uma única notícia – a 25 de fevereiro de 2014 – onde dá conta da fragilidade da banca portuguesa, com capital insuficiente e muito crédito malparado, sob o título *Testes de stress: bancos em verificação de segurança*.

#### **4.3.2.5. Público**

Os resultados da pesquisa feita aos artigos publicados durante o período da 11ª visita da Troika a Portugal revelaram a existência de 64 referências à *keyword* “Troika”, das quais seleccionámos 17 cujo conteúdo dizia diretamente respeito, ou estava relacionado com este evento. Entre as matérias analisadas 3 delas destacavam a avaliação positiva feita pela Troika e ou supostas melhorias resultantes das medidas de austeridade, sob títulos como *FMI melhora previsões para o desemprego* e *Dívida na saúde diminui*,

*mas ainda cresce ao ritmo de 34 milhões de euros por mês*, publicados em 19.02.2013 e *Cavaco destaca dez avaliações positivas da troika e desvaloriza falhas* (20.02.2013).

A maioria das notícias publicadas (8) dão conta da vinda dos inspetores e demais assuntos relacionados com esta avaliação, sem, contudo, refletirem críticas ou destacarem quaisquer aspetos positivos na atuação do Governo.

As restantes 6 matérias refletem sobretudo as críticas dos partidos da oposição à forma como o Governo está a gerir o país, completamente subordinado às exigências da Troika. Assim, no artigo intitulado *PS exige a Passos explicações sobre cortes de três mil milhões de euros em 2015*, de 21.02.2014, ou ainda *PS: Governo quer esconder resultado fundamental da avaliação*, de 28.02.2014, ficamos a saber as preocupações do principal partido da oposição acerca das cedências feitas à troika pelo Governo, em matéria de flexibilização de salários e lei laboral durante a realização desta avaliação, e que o Governo se preparar para realizar novos cortes nos próximos anos.

Sob o título *BE acusa Governo de “empurrar” mais austeridade para depois das eleições*, publicado em 28.02.2014, este artigo dá conta das acusações feitas pelo Bloco de Esquerda de que o Governo só estará à espera da última avaliação de troika para informar o país de que a política de austeridade se irá agravar ainda mais.

Na mesma linha da posição assumida por estes dois partidos da oposição, também o PCP se mostra desconfiado com as políticas governamentais. No *artigo PCP acusa Governo de preparar cortes definitivos*, de 28.02.2014, é feito eco das acusações do líder parlamentar deste partido, o qual afirma mesmo que o Governo se está a comportar como um “vendedor de banha da cobra”.

Por outro lado, também a UGT se mostra preocupada com o rumo dos acontecimentos tal como nos refere o artigo *Parceiros sociais criticam insistência da troika em reduzir salários*, alegando que a presidente desta associação sindical, Lucinda Dâmaso, referiu que "não houve nem mudança de discurso, nem mudança de avaliação das práticas nem das políticas introduzidas pela troika".

#### **4.3.2.6. Der Spiegel**

Apesar de ter sido publicado fora do hiato temporal que contempla a 11ª encontro da Troika com Portugal, o qual terminou a 28 de fevereiro de 2014, decidimos incluir nesta análise um artigo de 2 de março de 2014, ou seja, publicado dois dias depois do final da visita, intitulado *Relatório Troika: Portugal aumentou previsão de crescimento*. Neste texto são descritas as previsões otimistas que chegam de Lisboa, referindo as expectativas da recuperação económica do nosso país, apoiadas pelo setor de exportação. Segundo o autor deste artigo, o governo português previa “deixar o fundo de resgate do euro no verão [de 2014]”, anunciando uma previsão de crescimento económico de 0,8% para 1,2% e o “fim da recessão mais profunda e mais longa no país por um longo tempo” (Der Spiegel, 2014).

#### **4.3.3. Terceiro encontro de Portugal com a Troika**

O terceiro e último encontro de Portugal com a Troika ocorreu entre 22 de abril e 4 de maio de 2014 e correspondeu à 12ª e última avaliação do programa de resgate. Repetiu-se a pesquisa, feita nos mesmos moldes do que para os dois primeiros encontros, a fim de selecionar as matérias que continham informação acerca da vinda do comité ou de alguma forma relacionada com essa missão.

##### **4.3.3.1. Correio da Manhã**

O período correspondente à 12ª e última avaliação da Troika (3º encontro) – 22 de abril a 4 de maio de 2014 – foi também aquele que teve mais mediatismo, com trinta matérias publicadas sobre a visita do comité, sete das quais logo no primeiro dia da visita (22.04.2014). De salientar que, dos trinta artigos publicados apenas sete (23%) veiculavam uma opinião positiva acerca dos resultados deste encontro, com títulos como *Governo opta por saída limpa do memorando da troika* (30.04.2014), *Paulo Portas: Décima segunda avaliação está concluída e foi "bem superada"* (02.05.2014) ou *Passos anunciou saída limpa do resgate* (04.05.2014).



Relativamente aos restantes artigos, treze deles eram neutros e os dez remanescentes transmitiam uma visão mais pessimista sobre as políticas ditadas pela Troika, como se pode ver dos títulos de três peças publicadas logo no primeiro dia do encontro – 22 de abril de 2014 - *BE lamenta consenso da troika com Governo para aprofundar cortes, "Limpa ou não, não há mesmo saída" para rumo de austeridade e PS considera que mais austeridade levará Portugal à estagnação*. A mesma opinião negativa é revelada pelos títulos: *Semedo desvaloriza avaliação da 'troika' e acusa governantes de serem "mentirosos"* e *BE diz que "não há saída" da 'troika' mas "agudização da austeridade"*, de 02.05.2014 e 03.05.2014, respetivamente, assim como os artigos de opinião de Eduardo Cabrita, *Portugal Encerrado* (23.04.2014), onde o autor afirma que “o cocktail de insensibilidade com ignorância territorial condena-nos a um Portugal encerrado” e de Armando Esteves Pereira de 04.05.2014, o qual sob o título *Solução do costume*, opina que “Portugal anuncia uma saída limpa do resgate, com mais subidas de impostos”.

#### 4.3.3.2. Bild Zeitung

Durante o terceiro encontro de Portugal com a Troika o *Bild* não publicou nenhuma notícia sobre o assunto. No entanto, no dia seguinte ao do final do encontro – 5 de maio de 2014 – publicou um artigo noticiando a saída de Portugal do resgate financeiro, motivo pelo qual, apesar de ultrapassar a delimitação temporal pré-estabelecida, iremos considerar esta publicação no nosso estudo.

Sob o título *Saída do pacote de resgate: milagre financeiro em Portugal*, o *Bild* publica uma extensão matéria onde faz uma clara apologia às políticas de austeridade levadas a cabo pelo governo português que trouxeram uma “nova esperança para a crise do euro em Portugal” (Bild, 2014). Sob o subtítulo *Louvor e admoestação*, o autor do artigo refere que o ministro das finanças alemão, Wolfgang Schäuble, elogiou as sólidas políticas orçamentais portuguesas que conduziram o país ao “caminho do sucesso” e cita o comissário Siim Kallas, o qual alerta que “o governo português não deve descansar sobre os louros. Ele deve continuar com as reformas”. O artigo termina em tom muito otimista, referindo que a saída de Portugal do resgate “é um sinal de que a situação financeira acalmou consideravelmente” na zona euro e que os países do sul da Europa tinham então condições para regressar aos mercados financeiros (Bild, 2014).

#### 4.3.3.3. Expresso

Durante o período que mediou a vinda a Portugal da Troika para a 12ª e última avaliação, foram encontrados 9 resultados na pesquisa feita ao jornal Expresso, dos quais 6 estavam relacionados diretamente com essa avaliação.

Após análise a esses 6 resultados verificou-se que 4 apenas davam conta da realização dessa avaliação num tom marcadamente neutro, e apenas dois artigos aprofundaram o tema, demonstrando uma posição crítica em relação ao mesmo. Publicados no mesmo dia – 21.04.2014 – com os títulos, *Avaliação da 'troika' não analisou encerramento de repartições de finanças* e *FMI diz que há uma troika que põe em risco o crescimento de Portugal*, referem-se a “recados” para o pós-troika veiculados pelo relatório da avaliação. Segundo este último artigo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) apesar de reconhecer a existência de “sinais de recuperação em Portugal,” aponta fatores que considera colocar em risco o crescimento da economia, tais como: “deflação, decisões do Tribunal Constitucional adversas para o Governo e tensões políticas”, sugerindo a adoção de mais reformas estruturais, no pós-troika que “beneficiem o crescimento, que sejam capazes de evitar o aumento do desemprego e que potenciem as exportações” (Expresso, 2014).

#### 4.3.3.4. Frankfurter Allgemeine Zeitung

No que ao jornal alemão *Frankfurter Allgemeine Zeitung* diz respeito, o período que coincidiu com a 12ª e última avaliação da Troika foi mais fértil em notícias, tendo esta publicação duplicado as referências feitas a Portugal e à vinda da Troika ao nosso país, em relação ao que se verificou nos anteriores períodos que analisámos. Com efeito, durante este intervalo temporal, o *Frankfurter* publicou dois artigos. Com o título de *Crise do euro: Portugal tem que decidir agora* a primeira matéria refere as circunstâncias que rodearam o pedido de assistência financeira por parte de Portugal. Wieland, autor do referido artigo, questiona se passados três anos do pedido de resgate o país já estará em condições de “dar o passo para a independência” (Wieland, 2014).

Segundo o jornalista que assina o artigo, nesta fase Portugal tem que tomar uma decisão sobre a eventualidade de pedir um novo empréstimo. O artigo seguinte, *Portugal retorna aos mercados financeiros*, publicado precisamente no último dia da derradeira visita da Troika a Portugal – 4 de maio de 2014 – revela um cariz mais otimista, dando conta da “saída limpa” de Portugal do programa de resgate e o seu regresso aos mercados financeiros. Leo Wieland, que também assina este artigo, afirma inclusive que a Troika terá certificado que o nosso país experimentava uma “recuperação económica sólida” (Wieland, 2014).

#### 4.3.3.5. Público

Dos 81 resultados obtidos com a pesquisa realizada neste período às publicações do jornal Público, seleccionámos 23 que estão relacionados com a 12ª avaliação da Troika. Entre esses resultados a maioria – 14 – dão conta de diversos assuntos relacionados com o tema, mantendo, no entanto, um registo neutro, enquanto que 4 das matérias veiculam uma visão governamental, obviamente otimista, acerca da mesma temática. Assim, sob os títulos *PSD e CDS saúdam último exame da troika, oposição questiona silêncio sobre 2015* (22.04.2014) ou *Discurso na íntegra de Passos Coelho sobre a saída de Portugal do programa de resgate* (04.04.2014) somos confrontados com a opinião governamental de que o programa de resgate “irá terminar de forma favorável”, e de que “o Programa está no bom caminho para o seu termo e colocou a economia portuguesa no caminho da solidez das finanças públicas, da estabilidade financeira e da competitividade” (Público, 2014).

Por outro lado, o contraditório surge com artigos como *Troika deixa Portugal com uma taxa de desemprego ao nível dos anos 80* (03.05.2014), no qual a jornalista Raquel Martins, cita Wolfgang Münchau, colunista do Financial Times, o qual sustenta que a taxa de emprego é a melhor forma de avaliar a recuperação de uma economia, para alertar para o facto de que “nesse sentido, nos países sujeitos a programas da troika será necessário pelo menos uma geração até se poder falar nessa recuperação” (Público, 2014).

Os títulos *PS com a “certeza” de que a austeridade vai continuar em Portugal* (22.04.2014) e *Oposição acusa Governo de voltar a faltar à sua palavra* (30.04.2014),

refletem uma visão bem menos otimista do que a governamental, por parte do maior partido da oposição, acerca da “saída limpa” e do futuro promissor para Portugal, tão propalados pelo Primeiro-ministro. No artigo *Muitas contradições no relatório do FMI* (22.04.2014), é dado conta da existência, no relatório da 11ª avaliação do programa de resgate da troika, de um novo programa de rescisões para os funcionários públicos menos qualificados, facto que pouco tempo antes era veemente negado pela própria ministra das Finanças, a qual afirmava precisamente dizia o contrário.

#### **4.3.3.6. Der Spiegel**

Os artigos que analisaremos em seguida também foram publicados fora do período assinalado e que corresponde à 12ª e última avaliação da Troika, a qual terminou em 4 de maio de 2014. Trata-se de as duas únicas referências feitas por esta publicação a esta temática e ambos os artigos foram publicados a 5 de maio de 2014, ou seja, no dia seguinte à saída “limpa” de Portugal do resgate financeiro.

O primeiro destes artigos, *Adeus ao resgate: Portugal dispensa linha de crédito de emergência*, utiliza precisamente este termo – “saída limpa” – para se referir à decisão do governo português em não recorrer à linha de crédito para emergências. O segundo artigo – *Voltar aos mercados: Euro Grupo acredita no retorno de Portugal* – retoma o assunto do anterior, reforçando a decisão de Portugal em recusar nova ajuda para poder manter-se independente, acrescentando que os ministros das finanças dos países da zona euro apoiam a decisão do governo português e que estão otimistas acerca do regresso de Portugal aos mercados financeiros.

Apesar de sair fora do âmbito delineado para esta análise – os períodos que coincidiram com as três últimas avaliações da Troika a Portugal – não quisemos deixar de mencionar um trabalho muito relevante para entendermos o tom com que é reportada a notícia em causa, publicado nesta revista alemã a 17 de maio de 2014, ou seja, no “rescaldo” da “saída limpa” de Portugal do programa de assistência financeira.

Com o título de *Crise social de Portugal: Milhões na miséria*, e num registo completamente diferente dos artigos anteriores, Stefan Schultz, convida o leitor a dar um “passeio por Lisboa”, à medida em que desvenda a fria realidade que esconde o “sucesso anunciado pelo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho”, cujas duras medidas de austeridade destruíram a classe média, deixando, segundo o autor, 2,5 milhões de pessoas em risco de pobreza (Schultz, 2014).

Assim, enquanto o retorno aos mercados financeiros é anunciado em conferência de imprensa, Portugal vive uma crise social histórica que mergulha um quarto da sua população no limiar da pobreza. O texto de Schultz descreve a realidade pós-Troika portuguesa numa visita guiada a um Portugal onde "milhões de pessoas perderam a sua dignidade" (Schultz, 2014).

Com o subtítulo de “**a miséria invisível**”, o autor traça o retrato de uma classe média [“que não existe mais” (sic)] sem esperança no futuro, forçada a pedir ajuda alimentar, porque devido ao alto valor a pagar pelas suas hipotecas não lhes sobra dinheiro para o supermercado. Por outro lado, não podem vender as suas casas, visto que ninguém lhes paga por elas um preço razoável que lhes permita liquidar a hipoteca ao banco (Schultz, 2014).



## CAPÍTULO V

### 5. Análise e discussão dos Resultados e Conclusão

#### 5.1. Análise dos resultados

No que ao estudo de caso desta dissertação diz respeito, a análise ao discurso das publicações selecionadas reflete uma postura marcadamente conservadora no que se refere às notícias veiculadas pelo maior tabloide português, o *Correio da Manhã*. Com efeito, não só a frequência – muito maior em relação a visões antagónicas - com que são noticiadas as posições governamentais, assim como o tipo de discurso adotado, claramente positivo, permitem concluir uma total subordinação deste género de imprensa, totalmente alinhado com os poderes instituídos e usando a sua influência para moldar a opinião pública.

Uma posição mais neutra é revelada pelos outros dois meios de comunicação portugueses analisados.

De facto, o jornal *Expresso*, revela um discurso pouco interventivo, por vezes ligeiramente crítico – quanto baste – mas sem apresentar posições claramente definidas, quer alinhando com as políticas governamentais, quer opondo-se a elas, distanciando-se do exercício da influência mediática.

Quanto ao jornal *Público*, este assume um tom ligeiramente mais crítico sem, contudo, assumir posições rígidas de oposição ao governo. No entanto apresenta alguns artigos onde exerce o contraditório e alguma influência, não se distanciando tanto como o jornal *Expresso*.

A análise à imprensa alemã pautou-se pelos escassos resultados obtidos, o que comprova a posição nitidamente periférica que Portugal ocupa no contexto europeu. Com efeito, a quase ausência de referências noticiosas ao nosso país, no período em análise, revela um total desinteresse pelos media alemães, e em última análise, pela opinião pública alemã, sobre os destinos deste seu devedor. Em comparação, no período analisado as referências noticiosas à Grécia eram quase diárias. Das ilações que se podem tirar desta constatação, para além do volume representado pelos valores financeiros em causa, o facto de Portugal – e neste caso em concreto os governantes que

estavam à época à frente dos destinos do nosso país – ser um “aluno bem-comportado”, que seguia cegamente as diretivas que lhe eram impostas, poderá justificar também esta falta de interesse. Face à “rebeldia” grega, que qual David enfrentou o “Golias” alemão, a prestação dócil e obediente do devedor português talvez não representasse qualquer surpresa em termos de critérios noticiosos que justificasse mais do que uma breve e esporádica referência.

Das três publicações analisadas, o gigante *Bild Zeitung*, o tabloide de maior circulação na Alemanha, e cuja influência se estende ao resto da Europa, apesar de ter ignorado quase totalmente a agenda portuguesa da Troika, não se furtou a deixar um “recado final” já depois de concluídas as três avaliações a Portugal. A análise ao discurso do artigo onde é feito o elogio às políticas de austeridade levadas a cabo pelo governo português demonstra que o tom apologista do mesmo se deve à satisfação sentida pela opinião pública alemã, aqui traduzida pelos seus media mais influentes, na cega obediência demonstrada pelos portugueses às imposições da Troika, o que, na prática, significa às imposições da chanceler alemã, Angela Merkel.

Conhecida pela qualidade dos seus artigos de opinião, a revista *Der Spiegel* destacou-se dos restantes media alemães analisados, pela publicação de um artigo onde revela a crua realidade dos resultados da política de austeridade levada a cabo em Portugal. Num discurso fluído, que revela uma clara (mas frustrada) tentativa de imparcialidade, Stefan Schultz traça o retrato de uma classe média empobrecida, vítima da cruel obsessão pelos números e do total desprezo governamental pelos destinos de um povo.

## **5.2. Reflexão sobre o conceito de europeização**

Cidadãos cétricos e cidadãos otimistas são as duas faces polarizadas da europeização. Os cétricos, ou eurocétricos, termo que se vulgarizou para designar aqueles que duvidam das vantagens da europeização, receiam os danos causados às culturas e identidades nacionais pela integração europeia.

Uma maior integração no espaço europeu não implica necessariamente uma perda de identidade nacional, segundo os federalistas, ou eurootimistas (por oposição a eurocétricos), os quais acreditam firmemente nas vantagens de uma europeização,



sustentando que quanto mais forte for a identidade europeia, melhor será para os cidadãos da União Europeia.

A questão da manutenção de uma identidade nacional no espaço europeu tem suscitado debates constitucionais, para os quais não existe uma resposta única. Checkel e Katzenstein (2009) consideram que podem existir duas óticas diferentes para o projeto europeu. Um projeto cosmopolita que incorpora uma identidade europeia comum e que está voltado para o futuro. A segunda vertente, de raiz nacionalista está agarrada ao passado e receia não só eventuais mudanças económicas e sociais, como até mesmo a imigração, que possam colocar em causa a sua identidade nacional.

Para Medrano (2009) a identidade europeia não passa de um conjunto de banalidades, enquanto que para Flagstein (2009) a construção identitária pode apresentar dois panoramas diferenciados: a obstinação nas lealdades a nível nacional que impossibilitam a construção de uma identidade europeia, e um outro favorável a uma europeização fruto da evolução demográfica, emergindo essa identidade comum nas novas gerações.

Numa perspetiva mais positiva, múltiplas fontes de identidade podem fornecer oportunidades para o hibridismo ao reunir misturas culturais incomuns ou sem precedentes. A europeização dos filhos dos imigrantes, poderá facultar-lhes a mesma mobilidade que marginalizou os seus pais. É uma dimensão da identidade europeia, que não abrange apenas as questões políticas de imigração e de integração, mas também apela aos direitos humanos (European Commission, 2012)

### **5.2.1. A identidade europeia e a crise**

Segundo tem sido comprovado através das sondagens efetuadas, os cidadãos dos países de União Europeia identificam-se em primeiro lugar com o seu país de origem e, num grau muito menor grau, com a Europa. Apesar deste sentimento variar de país para país, segundo o Eurobarómetro de 2010, a maior parte dos inquiridos sente uma maior ligação ao seu país, e esse sentimento estende-se a todos os Estados-Membros da União Europeia (Eurobarometer, 2011).

A convicção europeísta de que a política, a educação e a coesão social poderiam contribuir para o reforço de uma identidade europeia é algo que tem vindo a provar-se uma utopia e nas últimas décadas essa tendência tem sido inversa.

Segundo o Eurobarómetro, devido à crise, o sentimento de união poderá ter sido reativado, mas trata-se sobretudo de um sentimento de destino comum, e não propriamente de uma identidade comum, pois não existe uma “fusão de identidades”. Assim, desde 2009 que os fatores determinantes da identidade nacional parecem ter-se alterado. A importância de conceitos subjetivos, como sentimento, partilha ou fé está a diminuir, ao mesmo tempo que aumenta o peso dos conceitos mais concretos e objetivos, como local de nascimento dos inquiridos e dos pais destes, locais onde foram educados, competências linguísticas e direitos civis. Por outro lado, uma identidade nacional forte, como acontece, por exemplo nos países do leste europeu, pode coincidir com uma identidade europeia, pois uma coisa não exclui a outra (Eurobarometer, 2011).

Para Marina Prentoulis (2016) o maior fracasso da União Europeia “tem sido a sua incapacidade de forjar uma identidade europeia capaz de transcender as fronteiras nacionais”. O resultado desse fracasso reflete-se no surgimento de novos nacionalismos, que têm sido habilmente explorados pela extrema direita.

Segundo esta autora, professora de Política e Comunicação, na Universidade de East Anglia, UK, o dramático fracasso da União Europeia na sua resposta à crise financeira de 2007/2008, assim como as deficiências estruturais da zona euro criaram novas divisões entre Norte e Sul, que afetaram sobretudo países como a Grécia, Espanha e Portugal, os quais foram impostos severas medidas de austeridade, que levaram a uma maior recessão e desemprego em massa (Prentoulis, 2016).

Este fracasso foi sobretudo visível na Grécia, confrontada com as instituições da União Europeia, as quais longe de personificarem os ideais europeus, revelaram uma faceta autocrática e antidemocrática. Segundo Prentoulis (2016) face à crise que se abateu sobre este país, a União Europeia “cancelou” a democracia, substituindo-a por uma estrutura burocrática e oca: onde “nenhuma das "pessoas" da Europa é bem-vinda nos seus processos de tomada de decisão”.

Em face da pesquisa feita e perante a questão de saber para onde caminha a Europa – caminhará para um possível desmembramento, como a recente saída do Reino Unido poderá deixar antever? – a nossa conclusão é de que a europeização é um processo e não um

fim. Para atingir uma europeização plena, ainda há muito por fazer, o que é notório pelos resultados das respostas do eurobarómetro, no que diz respeito ao sentimento da identidade europeia, bem como pela abordagem que os jornais fazem.

### 5.3. Conclusão

Conforme referido anteriormente, aquilo que nos propusemos realizar com este trabalho foi desenvolver um estudo de caso, com o objetivo de verificar qual é a influência da comunicação social na construção, ou não, da europeização, visando-se, em última análise, verificar a ligação entre identidade e o poder dos media.

Entre as questões de partida a que procurámos responder, encontravam-se as seguintes:

- Existe uma mudança na opinião pública, antes e depois dos acontecimentos noticiados?
- Qual o impacto da linguagem mediática sobre a opinião pública na leitura da crise económica da União Europeia?
- Terão as notícias nos jornais *on line* sobre os três diferentes acontecimentos, afetado a opinião pública dos dois países da mesma forma?
- Que tipo de apreciação fazem os jornais online, dos dois países?

Sendo a pergunta principal de investigação:

- Qual o impacto da linguagem mediática na leitura da crise económica da União Europeia?

Tendo como base uma abordagem construtivista, desenvolvemos um estudo de caso, tendo como base 3 jornais portugueses e 3 jornais alemães, com o intuito de perceber se os media, e em particular a imprensa online, têm influência na construção de uma identidade europeia.

Da análise que efetuámos uma das principais conclusões que foi possível retirar, foi o

pouco interesse que a imprensa alemã dedica ao nosso país em geral e à problemática envolvendo o resgate financeiro levado a cabo pela Troika, em particular.

Com efeito, durante os períodos em análise, o jornal de maior tiragem na Alemanha, o *Bild Zeitung*, primou pela quase ausência de referências às avaliações levadas a cabo pela Troika em Portugal, enquanto abundavam quase diariamente matérias jornalísticas, quer notícias, quer artigos de opinião acerca da situação na Grécia, outro dos países alvo de resgate financeiro. De vertente claramente conservadora, a única vez que esta publicação se debruçou de forma mais detalhada pela situação portuguesa, foi para fazer a apologia das políticas de austeridade impostas a Portugal, pela voz do ministro das finanças alemão.

No cômputo geral não encontramos indícios que nos permitissem concluir acerca da existência de uma correlação entre a influência dos media e a linguagem mediática no contexto da “europeização” dos países membros da Comunidade Europeia que vivenciaram um período de crise económica e financeira.

No entanto, da análise levada a cabo pelos jornais portugueses, é possível aferir a que existe de facto, uma correlação entre o impacto na opinião pública portuguesa, das notícias divulgadas nos órgãos de comunicação social sobre os resultados de cada um dos três últimos encontros antes do fim do programa de intervenção do comité constituído por um representante do Banco Central Europeu, do Fundo Monetário Internacional e da Comissão Europeia (Troika), nomeadamente por parte do jornal de maior tiragem em Portugal.

O contexto da crise mundial, está a facilitar a ascensão da direita ao poder, com todas as consequências que isso traz para a União Europeia e para a crise da sua identidade.

Esta foi uma análise que permitiu compreender que os media não só influenciam, como se deixam influenciar. Isto porque, no nosso entender, a economia e os media são os “motores” da sociedade globalizada em que os NOSM (media emergentes), aportam valor acrescentado, pela rapidez e imediatismo com que a informação chega aos cidadãos da União Europeia e do mundo.

## Bibliografia

- Adler, Emmanuel (1999). O construtivismo no estudo das relações internacionais. *Lua Nova*, 47, 201-246.
- Almeida, Rui L. A. (2005). *Portugal e a Europa – Ideias, factos e desafios*, Lisboa: Edições Sílabo.
- Amadeo, Javier & Rojas, Gonzalo (2010) Marxismo, pós-colonialidade e teoria do sistema-mundo. *Lutas Sociais*, São Paulo, 25/26, 29-43.
- Anderson, Benedict (2006). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of the Nationalism*. Revised Edition [first published by Verso 1983]. London; New York: Verso.
- André, João M. (2004). Globalização, mestiçagens e diálogo intercultural. *Revista da História das Ideias*, 25, 51-127.
- Arendt, Hannah (1995). *Qu'est-ce que la politique?*. Paris: Édition du Seuil,
- Aron, Raymond (1967). Qu'est-ce que'une théorie de relations internationales ? *Revue Française de Science Politique*, 17, 837-861.
- Bagus, Phillip (2012). Por que a Alemanha abriu mão do marco alemão. *Instituto Ludwid von Mises Brasil*. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1199> [consultado em 2016.05.06]
- Banchoff, Thomas (1999) German Identity and European Integration. *European Journal of International Relations*, 5, pp. 3259-289
- Baptista, Maria Manuel (2007) Uma fraterna oposição: Agostinho da Silva e Eduardo Lourenço na cultura portuguesa. In Renato Epifânio (org) *Agostinho da Silva Pensador do Mundo a Haver*. Actas do Congresso Internacional do Centenário de Agostinho da Silva – 15-17 de Novembro de 2006. Corroios: Zéfiro, pp. 61-67.

- Barnett, Michael (2011). Social Constructivism. In J. Baylis & S. Smith (Org.) *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. Oxford: Oxford University Press.
- Barton, Geoff (s.d.) *The Lasswell Formula*. Disponível em: [www.geoffbarton.co.uk/files/student.../The%20Lasswell%20Formula.doc](http://www.geoffbarton.co.uk/files/student.../The%20Lasswell%20Formula.doc) [consultado em 2016.02.19].
- Baylis, John; Smith, Steve & Owens, Patricia (2011). *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. Oxford: Oxford University Press.
- Begniss, Héron S. M.; Azevedo, Gabriella; Stein, Maurício *et al.* (2011). Pós-Modernismo e as relações internacionais: uma análise sob a ótica da complexidade.. In: *3º Encontro Nacional ABRI 2011*, disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000122011000200027&lng=en&nrm=iso](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000200027&lng=en&nrm=iso)> [consultado em 2016.02.05].
- Bennett, W. L., & Iyengar, S. (2008). A new era of minimal effects? The changing foundations of political communication. *Journal of Communication*, **58**, 707–731.
- Berger, Peter & Luckmann, Thomas (1985). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Berger, P. L. & Luckmann, T. (1999). *A Construção Social da Realidade*, traduzido por Ernesto de Carvalho. Lisboa: Dinalivro.[1966].
- Beynon, John et al. (2001). *Civilization of integrated Europe: studies in cultural perspectives*. Lodz: Lodz University Press, pp. 101, 161, 174.
- Bobone, Carlos (2004). Jornais Assaltados e “Empastelados”. *Centenário da República*. Disponível em: <http://www.centenariodarepublica.org/centenario/2009/09/10/jornais-assaltados-e-%E2%80%9Cempastelados%E2%80%9D/> [consultado em 2016.04.28]

- Bourdieu, Pierre (1990). A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, Pierre (2000). *Propos sur le champ politique*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- Braillard, Philippe (1990). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Breton, Philippe; Proulx, Serge (2002) *Sociologia da comunicação*. Tradução de Ana Paula Castellani. São Paulo: Loyola.
- Brown, Chris & Ainley, Kristen (2009). *Understanding International Relations*. Nova York: Palgrave MacMillan.
- Brubaker, Rogers (1992). *Citizenship and Nationhood in France and Germany*. Cambridge: Harvard UP.
- Bruter, Michael (2005). *Citizens of Europe? The emergence of a mass European identity*. Palgrave Macmillan.
- Bueno, Adriana Mesquita Corrêa ([s.d.]) *Perspectivas contemporâneas sobre regimes internacionais: a abordagem construtivista*. Disponível em: <http://www3.fsa.br/proppex/recrie/numero1/recrietexto22009.pdf>, [consultado em 2016. 03.28].
- Cabral, Manuel Villaverde (2003). A identidade nacional portuguesa: conteúdo e relevância. *Dados*, 46(3), 513-533. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582003000300004>, [consultado em 2016.04.03].
- Carmo, H.; Ferreira, M.M. (1998). *Metodologia da Investigação. Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carr, Edward H. (1969). *The Twenty Year's Crisis, 1919-1939*. Londres: Macmillan, 1939 e 1981; Nova York: Harper & Row.

- Charaudeau, Patrick & Maingueneau, Dominique (2004). *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto.
- Checkel, J. e Katzenstein, P. (2009). The politicization of European identities. In J. Checkel e P. Katzenstein (Eds.). *European identity*. Cambridge: Cambridge University Press: 1-25.
- Checkel, Jeffrey T. & Moravcsick, Andrew (2001) A Constructivist Research Program in EU Studies? *European Union Politics*, 2: 219-249.
- Cohen, B. C. (1963). The press and foreign policy. In: B.R. Berelson. & M. Janowitz (eds.) (1966) *Reader in Public Opinion and Communication*. New York: The Free Press.
- Collares, Paula Renata Lucas (2012) O imaginário português pelo olhar de Boaventura de Souza Santos e de Eduardo Lourenço. *Letrônica*, 5 (2), pp. 347 – 354.
- Comissão Europeia (2012) *A Europa e a Crise Financeira Mundial*. Disponível em: [http://ec.europa.eu/portugal/pdf/informa/publicacoes/resposta\\_crise\\_ue\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/portugal/pdf/informa/publicacoes/resposta_crise_ue_pt.pdf), [consultado em 2016.04.05].
- Conselho das Comunidades Europeias/ Comissão das Comunidades Europeias (1992). *Tratado da União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Correia, João Carlos (2009). *Teoria e Crítica do Discurso Noticioso: Notas sobre Jornalismo e Representações Sociais*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Cowles, M. G. & Caporaso, J. A. (2001). *Transforming Europe: Europeanization and domestic change*. Cornell University Press.
- Cruz, Carla Isabel Simões dos Santos (2008). A Desconstrução do Jornal. Uma análise metodológica para a desmontagem dos noticiários televisivos. *VI Congresso*



*Português de Sociologia: Mundos Sociais, Saberes e Práticas.* Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Dabrowsky, Marek (2009). *The Global Financial Crisis: Lessons for European Integration. Case Network Studies & Analyses N° 384.* Warsaw: Case - Center for Social and Economic Research.

Defleur, M. L., Ball-Bokeach, S. (1993). *Teorias da Comunicação de Massa.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Delanty, Gerard (1995). *Inventing Europe: idea, identity, reality.* Palgrave Macmillan.

De Vreese, C. H., & Boomgaarden, H. G. (2006). Media Effects on Public Opinion about the Enlargement of the European Union. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 44(2), 419-436.

Diez, Thomas (1999) Speaking Europe: the politics of integration discourse. *Journal of European Public Policy* 6:4 Special Issue: 598 – 613.

Downey, John & Fenton, Natalie (2003). New media, counter publicity and the public sphere. *New Media & Society*, 5(2), 185-202.

Eilstrup-Sangiovanni, Mette (Ed.) (2006). *The Constructivist Turn in European Integrations Studies. Debates on European Integration: a Reader.* London: Palgrave Macmillan, pp. 393-405.

Eliade, Mircea (1991). *Imagens e Símbolos: ensaios sobre o simbolismo mágico-religioso.* São Paulo: Martins Fontes.

Eurobarometer (2011). *New Europeans: Report. Special Eurobarometer 346.* Bruxelles: TNS OPinion & Social. Disponível em: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_346\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_346_en.pdf) [consultado em 2016.07.21].

European Central Bank (2012). *Technical features of Outright Monetary Transactions.* Press release. Disponível em:

[http://www.ecb.europa.eu/press/pr/date/2012/html/pr120906\\_1.en.html](http://www.ecb.europa.eu/press/pr/date/2012/html/pr120906_1.en.html),

[consultado em 2016. 04.04].

European Commission (2012). *The Development of European Identity/Identities: Unfinished Business. A Policy Review*. Brussels: Directorate-General for Research and Innovation Socio-economic Sciences and Humanities

Exadaktylos, Theofanis; Claudio M. Radaelli (2012) *Research Design in European Studies: Establishing Causality in Europeanization*. New York, Palgrave Macmillan.

Faustino, Paulo (Coord.) (2006). *O alargamento da União Europeia e os Media: Impactos no Sector e nas Identidades Locais*. Lisboa: Media XXI.

Featherstone, K. & Radaelli, C. M. (2003.) *The politics of Europeanization*. Oxford: University Press.

Fligstein, N. (2009). Who are the Europeans and how does this matter for politics? In J. Checkel e P. Katzenstein (Eds.). *European identity*. Cambridge: Cambridge University Press: 132-166.

Fonseca, Francisco C. P. (2004). Mídia e democracia: falsas confluências. *Revista de Sociologia e Política*, 22, 13-24

Foucault, Michel (1997) *A ordem do discurso*. Lisboa: Relógio d'Água.

Froud, Julie, Nilsson, Adriana, Moran, Michael & Williams, Karel (2012). Stories and Interests in Finance: Agendas of Governance before and after the Financial Crisis. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, 25 (1), pp. 35-59.

Gans, H. (1980). *Deciding What's News. A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, News, Newsweek and Time*. New York: Pantheon Books

Gellner, Ernest. (1993). *Nações e Nacionalismo*. Lisboa, Gradiva.

Genette, Gérard (1991) *Fiction et diction*. Paris: Seuil.

Giddens, Anthony (1979). *The Central Problems in Social Theory: Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*. Berkeley/LA: University of California Press.

Giddens, Anthony (1984). *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley/LA: University of California Press.

Gillmor, Dan (2004) *Whe the Media – Grassroots Journalism by the People, for the People*. Disponível em:  
<http://www.oreilly.com/catalog/wemedia/book/index.csp>

Giuliani, Marco (2003) Europeanization in Comparative Perspective: Institutional Fit and National Adaptation. In *The Politics of Europeanization*. Oxford: Oxford University Press, 134-155.

Gomes, Aureo T. (2012) Análise do Discurso e Relações Internacionais: Duas Abordagens. *Revista Política Hoje*, América do Norte, 20, disponível em :  
<http://www.revista.ufpe.br/politica hoje/index.php/politica/article/view/109/96>  
[consultado em 2016.02.05].

Greenfeld, Liah (1992). *Nationalism. Five Roads to Modernity*. Cambridge: Harvard UP.

Gross, Eva (2009). *The Europeanization of national foreign policy: continuity and change in European crisis management*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Gross, Terry (2011). How the financial crisis created a “New Third World”. Disponível em:  
<http://www.npr.org/templates/transcript/transcript.php?storyId=140948138>,  
[consultado em 2016.04.04].

Guzzini, Stefano (1998). *Realism in International Relations and International Political Economy: The Continuing Story of a Death Foretold*. London: Routledge.

- Guzzini, Stefano (2013). Uma reconstrução do construtivismo nas relações internacionais. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, 2 (3), 376- 429.
- Habermas, Jürgen (1978). *L'espace public, archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris: Payot.
- Habermas, Jürgen (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Haidar, Jamal Ibrahim (2012) Sovereign Credit Risk in the Euro Zone. *World Economics*, 13 (1), 123-136.
- Hall. S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J. & Reports, B. (1978), *Policing the crisis – mugging, the state and law order*, New York: Holmes & Meier Publishers, Inc.
- Hall, Stuart (1997). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Heidegger, M. (1958), *The Question of Being* (trad. William Kluback e Jean T. Wilde) New Haven: Connecticut College and University Press.
- Hemeroteca Municipal de Lisboa (2005). *Efemérides: Exposição do Mundo Português (1940)*. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/Restauracao/Exposicaodomundoportugues.htm> [consultado em 2016.05.06].
- Hobsbawm, Eric. J. (1998). *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quintino. 2ª Edição. [São Paulo]: Paz e Terra.
- Hobsbawm, Eric & Ranger, Terence (Ed.) (1983) *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Hohlfeldt, A., Martino, L. C., França, V. V. (orgs.) (2001) *Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hopf, Ted (1998) The Promise of Constructivism in International Relations Theory. *International Security*, 23 (1), 171-200.
- Hough, Peter; Malik, Shahin; Moran, Andrew & Pilbeam, Bruce (1998). *International Security Studies: Theory and Practice*. London: Routledge, Taylor and Francis Group.
- Humphreys, Peter (1996). *Mass Media and Media Policy in Western Europe*. Manchester University Press.
- Huntzinger, Jacques (1987). *Introduction aux relations internationales*. Paris: Éditions Du Seuil.
- Kant, Immanuel (1995). *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Lisboa: Edições 70.
- Kappelman, Todd (2001) *Marshall McLuhan: "The Medium is the Message"*. Probe Ministries International. Disponível em: [www.leaderu.com/orgs/probe/docs/mcluhan.html](http://www.leaderu.com/orgs/probe/docs/mcluhan.html) [consultado em 2016.02.18]
- Kastoryano, Riva (1998). *Quelle Identité pour l'Europe?* Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Katz, Elihu (1989). La Recherche en Communication depuis Lazarsfeld. *Hermès*, 4, Paris: CNRS, 77-91.
- Krasner, Stephen (1983). Structural cases and regime consequences: regimes as intervening variables. In S. Krasner (ed.) – *International Regimes*. Ithaca: Cornell University Press.
- Kratochwill, Friedrich (1989). *Rules, Norms and Decisions: On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs*. Cambridge: Cambridge University Press.

Innerarity, Daniel (2006). *O Novo espaço público*. Tradução de Manuel Ruas. Lisboa: Teorema.

Instituto de Filosofia da Linguagem ([s.d.]) *Dicionário de Filosofia Moral e Política*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Lacerda, Miguel N. N.B. (2011). *Europeização ou Presidencialização Política? Dinâmicas e Metamorfoses na figura do Primeiro-Ministro em contexto da União Europeia*. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas e Relações Internacionais. Lisboa. Faculdade de Ciência Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Lasswell, Harold (1948). Bryson, L. (Ed). *The Structure and Function of Communication in Society. The Communication of Ideas*. New York: Institute for Religious and Social Studies.

Lasswell, Harold D. (1927) “The Theory of Political Propaganda”. *The American Political Science Review*, v. 21, n. 03, p. 627-631.

Lazarsfeld, Paul (1972) A Opinião Pública e a Tradição Clássica, in Charles Steinberg (org.), *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Cultrix.

Le Bon, Gustave (1909). *Psicologia das multidões*. Tradução de Agostinho Fortes – 2ª ed. Revista e anotada pelo tradutor. Lisboa: Tipografia de Francico Luiz Gonçalves [1ª edição: 1895].

Lessard-Hébert, M.; Goyette, G.& Boutin, G. (2010). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Lourenço, Eduardo (2004). «Lá fora» e «Cá dentro» ou o fim da obsessão in *Destroços: O Gibão de Mestre Gil e outros ensaios*. Lisboa: Gradiva.

Lourtie, Pedro (2011). Portugal no contexto da crise do euro. *Relações Internacionais* n° 32, Disponível em:

[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992011000400005](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000400005) [consultado em 2016.05.06].

Lusa (2014). Três anos de Troika em Portugal. *Revista Lusofonia*. Disponível em: [http://www.revistalusofonia.com/politica/artigo.php?id=tres\\_anos\\_troika#pagina=8](http://www.revistalusofonia.com/politica/artigo.php?id=tres_anos_troika#pagina=8) [consultado em 2016.05.07].

Magalhães, Diego T. D. (2012). Conflito entre teorias de relações internacionais sobre a paz: Implicações normativas. *Relações Internacionais*, 36, 119-133.

Marini, Rolando (2008) *Mass media e discussione pubblica: leteoriedell'agenda setting*. 2. Ed. Roma-Bari: Laterza.

Mattoso, José (2006). *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva.

Mauch, Claudia & Vasconcellos, Naira (1994). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. Canoas: Editora da ULBRA.

McCombs, M.E. (1976) "Elaborating the Agenda-Setting Influence of Mass Communication", *Bulletin of the Institute for Communication Research*, Keio University.

McCombs, Maxwell (2004). *Setting the agenda: The mass media and public opinion*. Cambridge: Polity Press.

McCombs, Maxwell (s.d.). *The Agenda-Setting Role of the Mass Media in the Shaping of Public Opinion*, disponível em: [http://www.infoamerica.org/documentos\\_pdf/mccombs01.pdf](http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/mccombs01.pdf) [consultado em 2016. 02.25].

McCombs, M. E. e Shaw, D. L. (1972) - The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36: 176- 187.

McNamee S, Hosking DM. (2012) *Research and Social Change. A Relational Constructionist Approach*. New York: Routledge.

- Medrano, J.D. (2009). The public sphere and the European Union's political identity. In J. Checkel e P. Katzenstein (Eds.). *European identity*. Cambridge: Cambridge University Press: 81-107.
- Mendes, Pedro E. (2012). A (re)invenção das relações internacionais na viragem do século: O desafio do construtivismo. *Relações Internacionais (R:I)*, (36), 105-118.
- Mesquita, Mário (2004). *O Quatro Equívoco: O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea* (2ª Edição revista). Coimbra: Edições MinervaCoimbra.
- Miguel, Luís F. (2002). Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, 55-56, 155-184.
- Mingst, Karen A. (2009). *Princípios de Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Moraes, D. (org.). (2003). *Por uma Outra Comunicação: Mídia, Mundialização Cultural e Poder*. Rio de Janeiro: Record.
- Moravcsik, Andrew (2012). Europe After the Crisis, How to Sustain a Common Currency, *Foreign Affairs*, 91 (3), pp. 54-68.
- Morin, Edgar. (1984). *Pour Sortir du XXe Siècle*. Collection Points. Paris: Éditions du Seuil.
- Nogueira, João P. & Messari, Nizar (2005). *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*, Rio de Janeiro: Campus Elsevier.
- Olsen, Johan (2002). *The Many Faces of Europeanization*. Oslo: Arena. Centre for European Studies. Faculty of Social Sciences University of Oslo.



- Onuf, Nicolas (2014). *Rule and Rules in International Relations*. Helsinki: Erik Castrén Institute of International Law and Human Rights. University of Helsinki.
- Palmer, Michaël (1990). Pour relativiser l'importance des médias. In Bernard Miège (Dir.) *Médias et Communication en Europe*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 79-89.
- Page, Benjamin I. (1996). *Who deliberates? Mass media in modern democracy*. Chicago: University of Chicago Press.
- Ponte, Cristina (2004). *Leituras das Notícias: Contributos para uma análise do discurso jornalístico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Prentoulis, Marina (2016). Has the EU failed us, or have we failed to forge a European identity? *LSE: The London School of Economics and Political Science*. Disponível em: <http://blogs.lse.ac.uk/eurocrisispress/2016/02/09/has-the-eu-failed-us-or-have-we-failed-to-forge-a-european-identity/> [consultado em 2016. 07. 22].
- Quéré, Louis (1982) *Des miroirs équivoques : aux origines de la communication moderne*, Paris : Aubier.
- Quivy, R. & Campenhout, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reis, José (2004). Governação e territórios na Europa: Hipótese sobre um sub-federalismo europeu. In Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.) *Ideias de Europa. Que fronteiras?* Coimbra: Quarteto, pp. 13-27.
- Reitz, Joan (2004-2014). *Online Dictionary for Library and Information Science*. Disponível em: [http://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis\\_A.aspx](http://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_A.aspx) [consultado em 2016.04.29].

Renan, Ernest (1882). *Qu'est-ce qu'une nation?*(Conférence prononcée le 11 mars 1882 a la Sorbonne), disponível em : [http://classiques.uqac.ca/classiques/renan\\_ernest/qu\\_est\\_ce\\_une\\_nation/renan\\_quest\\_ce\\_une\\_nation.pdf](http://classiques.uqac.ca/classiques/renan_ernest/qu_est_ce_une_nation/renan_quest_ce_une_nation.pdf), [consultado em 2016.04.03].

Rieffel, Rémy (2004). *Sociologia dos Media*. Porto: Porto Editora.

Risse, Thomas (2001). A European identity? Europeanization and the evolution of nation-state identities. *Transforming Europe: Europeanization and domestic change*, 198-216.

Salaün, Jean-Michel (1990) L'aménagement de la culture. In Bernard Miège (Dir.) *Médias et Communication en Europe*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 25-42.

Sallevsky, Heidemarie & Müller, Ina (2011) *Translation as Systemic Interaction: A New Perspective and a New Methodology*. Berlin: Frank & Timme.

Sampieri, R. H.; Collado, C. F.; Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda.

Santos, Andressa (2012). O Realismo na teoria das relações internacionais. *Caderno de relações internacionais*, 3 (5), 84-92

Santos, Boaventura S. (1992). O Social e o Político na Semiperiferia Europeia. In *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Mariana Mesquita (2013) *Os media e a política externa dos EUA. O caso da intervenção na Líbia em 2011*. Coimbra: Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz e Segurança, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Santos, Vitor M. (2012). *Introdução à Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Editora do Instituto Superior Ciências Sociais e Políticas.

- Sapienza, Zachary S.; Iyer, Narayanan & Veenstra, Aaron S. (2015). Reading Lasswell's Model of Communication Backward: Three Scholarly Misconceptions, *Mass Communication and Society*, 18 (5), 599-622.
- Saussure, F. (1994). *Cours de Linguistique Générale*, Collection Grande Bibliothèque Payot. Paris: Éditions Payot & Rivages.
- Sauvy, Alfred (1977) *L'Opinion Public*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Schneider, Jens (2004) *Discursos simbólicos e símbolos discursivos: considerações sobre a etnografia da identidade nacional*, Mana, 10 (1) Rio de Janeiro. Disponível online em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132004000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000100004), [consultado em 2016. 04.05].
- Schoenbach, Klaus & Becker, Lee B. (1995). Origins and Consequences of Mediated Public Opinion. In Theodore L. Glasser & Charles T. Salmon (Ed.) *Public opinion and teh Communication of Consent*. Introduction by Elihu Katz. New York: The Guilford Press, 323-347.
- Schudson, M. (1995). *The Power of News*. Cambridge: Harvard University Press.
- Sheehan, Sean (2004). *Anarchism*. London: Reaktion Books, Ltd.
- Shoemaker, Pamela J.; Tankard, James W. & Lasorsa, DomPUF.inic L. (2004). *How to Build Social Science Theories*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Silveirinha, Maria J. (2003). Novos Media, Velhas Questões, in *Informação e Comunicação OnLine*, volume III, Covilhã, UBI, 1-16.
- Smith, Adam (2002). European Newspapers: Europe's Top Papers. Disponível em: <http://www.campaignlive.co.uk/article/european-newspapers-europes-top-papers/164161> [consultado em 2016.04.28].

- Smith, Anthony D. (1986), *The Ethnic Origins of Nations*. Oxford, Blackwell.
- Smith, Anthony D. (1992). National identity and the idea of European unity. *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)*, 55-76.
- Sousa, Jorge P. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*, Porto, disponível em: [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt), [consultado em 2016.02.27].
- Splichal, Slavko (1999). *Public Opinion: Developments and Controversies in the Twentieth Century*. New York: Rowman & Littlefield Publishers.
- Spohn, Willfried; Minkenberg, Michael & Becker, Daniel (2003). Germany. In B. Stråth & A. Triandafyllidou (Ed.) *Representations of Europe and the Nation in Current and Prospective Member-States: Media, Elites and Civil Society: The Collective State of Art and Historical Reports*. Brussels: European Commission, 89-130.
- Steininger, Michael (2012). "German tabloid Bild takes down politicians with its unmatched megaphone. *The Christian Science Monitor*. Disponível em: <http://www.csmonitor.com/World/Europe/2012/0118/German-tabloid-Bild-takes-down-politicians-with-its-unmatched-megaphone> [consultado em 2016.04.29].
- Stoetzel, Jean & Girard, Alain (1979). *Les sondages d'opinion publique*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF).
- Tajfel, Henri (1981) *Human Groups and Social Categories: Studies in Social Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tann, Ken (2010). Imagining communities: a multifunctional approach to identity management in texts. In J. R. Martin, M. Bednarek (Eds.), *New Discourse on Language – Functional Perspectives on Multimodality, Identity, and Affiliation*. London: Continuum, 163-194.

- Tarde, Gabriel (1989). *L'opinion et la foule* (1<sup>a</sup> ed. 1901). Paris. Les Presses Universitaires de France.
- Tocqueville, Alexis de (1972) *A Democracia na América*. Lisboa: Estúdios Cor.
- Toussaint, Eric (2006). The Marshall Plan and the Debt Agreement on German debt. *Committee for the Abolition of the Third World Debt*. Disponível em: <http://cadtm.org/The-Marshall-Plan-and-the-Debt>, [consultado em 2016.04.12].
- Traquina, N. (1993) *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Vega, Lisboa.
- Traquina, Nelson (2002). *Jornalismo*. Quimera Editores.
- Traquina, Nelson. (2004) *Teorias do Jornalismo, Volume I: Porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular.
- Traquina, Nelson. (2005). *Teorias do jornalismo, Volume II: A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis.
- Tsygankov, Andrei P. (2006). *Russia's Foreign Policy, Change and continuity in national identity*, Rowman & Littlefield Publishers, INC.
- Valente, Leonardo. (2007). *Política externa na Era da Informação*. Rio de Janeiro: Revan.
- Van Dijk, Teun A. (1988) *La Noticia como Discurso*. Barcelona: Paidós.
- Vivian, John (2009). *The Media of Mass Communication* (Ninth Edition). Boston: Pearson.
- Wallerstein, Immanuel (1997). *The Capitalist World Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Waples, Douglas (1942) Communications. *The American Journal of Sociology*, 47 (6): 907-17.
- Wendt, Alex (1992). Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International Organization*, 46 (2), 391-425.
- Wendt, Alex (1999). *A Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wilson, Greg. (2001). Technical communication and late capitalism: Considering a postmodern technical communication pedagogy. *Journal of Business and Technical Communication*, 15, 72–99.
- Wolf, Mauro (1994). *Teorias da Comunicação* (3ª edição). Lisboa: Presença.
- Wolf, Mauro (2006) *Teorie delle comunicazioni di massa*. 22. ed. Milano: Bompiani.
- Wong & Hill (2011) *National and European Foreign Policies: Towards Europeanization*. New York: Routledge.
- World Association of Newspapers (2005). *World's 100 Largest Newspapers*.